



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



ARQUIVOGRAFIAS
GODOFREDO FILHO E AS SUAS BAHIAS

por

MÔNICA DE MENEZES SANTOS

Orientadora: Prof^a Dr^a Eneida Leal Cunha

Salvador
2006



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



ARQUIVOGRAFIAS
GODOFREDO FILHO E AS SUAS BAHIAS

por

MÔNICA DE MENEZES SANTOS

Orientadora: Prof^a Dr^a Eneida Leal Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Salvador
2006

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

S237 Santos, Mônica de Menezes.
Arquivografias: Godofredo Filho e as suas Bahias / por Mônica de Menezes Santos. -
2006.

149 f. : il.

Inclui anexos.

Orientadora : Profª. Drª. Eneida Leal Cunha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

1, Godofredo Filho, 1904-1992. 2. Literatura brasileira - Bahia. 3. Escritores.
4. Cidades e vilas na literatura. I. Cunha, Eneida Leal. II Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 821(81)
CDD - 869.9

À Maria do Carmo, minha mãe, que me ensinou a ler e a sonhar.

À Sarah, minha filha, que me ensinou a desler e a voar.

AGRADECIMENTOS

À Eneida Leal Cunha, minha orientadora, pela confiança, paciência, carinho e, sobretudo, pelas potentes aulas de Literatura Brasileira XII que, no final da minha graduação, mudaram irreversivelmente o meu jeito de olhar a literatura e a cultura.

À Elizabeth Hazin, quem primeiro me ensinou o caminho dos arquivos.

À Sarah e Levi Fernandes, por aceitarem o meu silêncio, o meu deserto e pelo apoio emocional sem conta.

À minha mãe, meu pai, meus irmãos, por acreditarem em mim.

À Tânia Nolasco, pela delicada correção desta tessitura e pela longa amizade.

À Suzane Lima Costa e Marcos Mello, pelos bons ventos que me proporcionaram no final da travessia. E, ainda, a Suzane pelas dúvidas teórico-críticas ativadas e desativadas docemente.

À Anna Amélia de Faria e Pedro Ornellas, pelos passeios de carro ao som de Ramones para desestressar e pela alegria da amizade.

À Ana Lígia Leite e Aguiar, pela doçura no existir.

À Rachel Esteves Lima, pelo apoio bibliográfico.

À Marta Brasil, pela amizade .

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, pela possibilidade.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos aqueles que, por desejo ou compromisso, se arrisquem a ler esta grafia.

Ao sol, que nunca deixou de bater na minha janela.

Não há intimidade. Há o exterior,
esquadrinhado por um saber que com o corpo
se desenvolve, e se salva.

Roberto Corrêa dos Santos, 1999

RESUMO

Objetiva-se, nesta dissertação, analisar os documentos encontrados no arquivo do poeta e intelectual Godofredo Filho para avaliar sua contribuição na construção de narrativas que identificam a Cidade da Bahia. Investigando os aspectos históricos, críticos e ficcionais presentes no seu acervo, ensaia-se biograficamente a trajetória do escritor na tentativa de dar uma amostra da sua importância para a literatura baiana e brasileira. Posteriormente, desmonta-se esse mesmo arquivo para se ler criticamente as representações das muitas cidades que compõem a imagem da capital baiana configuradas em crônicas, poemas e outros escritos de Godofredo Filho, datados entre 1920 e 1960.

PALAVRAS-CHAVES: Acervos de escritores, Godofredo Filho, Cidade, Literatura baiana.

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the documents found in the intellectual and poet Godofredo Filho's archive to evaluate his contribution in narrative constructions that identify the City of Bahia. By investigating the historical, critical and fictional aspects present in his archive, his biographical trajectory is essayed in trying to give a sample of his importance for the Brazilian literature. Later, this archive is dismantled in order to critically read the many city representations that make the capital of the State of Bahia image, showed in chronics, poems and other Godofredo Filho's writings, dated since 1920 and 1960.

KEY-WORDS: Archive - Godofredo Filho - Bahia's Literature - City

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Autorretrato, óleo sobre tela de Godofredo Filho, 1948	25
Figura 2 - Igreja da Sé da Bahia, aquarela de Diógenes Rebouças, 1977	54
Figura 3 - Zeppelin sobre o céu da Praça Castro Alves, Arquivo Municipal, 1942	79
Figura 4 - Gravura de Hansen Bahia para o livro <i>Ladeira da Misericórdia</i> , 1975	92

SUMÁRIO

Introdução	10
Godofredo Filho: o homem arquivado	14
O Arquivo Godofredo Filho	15
O homem Godofredo Filho: entre sol e sombra	23
O poeta modernista Godofredo Filho	35
O intelectual Godofredo Filho	41
As Bahias de Godofredo Filho	50
No Arquivo, a(s) cidade(s)	51
A cidade museu	52
A cidade moderna	75
A cidade negra	89
Considerações finais	100
<i>Post Scriptum</i>	103
Referências	104
Anexos	112
Anexo 1: Ladeira da Misericórdia	113
Anexo 2: A DPHAN e a preservação do aspecto tradicional da Bahia	122
Anexo 3: Conservar o caráter típico da cidade monumento	125
Anexo 4: Dança das estátuas	128
Anexo 5: Salvemos a Bahia	131
Anexo 6: Invasões e favelas	134
Anexo 7: Ainda invasões e favelas	137
Anexo 8: Introdução ao estudo da casa baiana	140
Anexo 9: O mundo trágico da talha baiana	146

Introdução

As terras natais estão definitivamente perdidas.

Félix Guattari, 1992

A humana impossibilidade de abarcar a totalidade. Foi essa a angústia que invadiu o meu corpo desde o primeiro contato com o arquivo do escritor baiano Godofredo Filho. Como dar conta de ler e compreender tantas grafias? E, ciente da impossibilidade, como me conformar com um recorte, um caminho apenas, se um universo inteiro se descortinava à minha frente?

Era necessário fazer escolhas. Sempre é. E fiz. Pelo desejo, pela falta e até pelo acaso escolhi a biografia e a Cidade da Bahia de Godofredo Filho para ler no meu projeto de mestrado. A biografia, pois era essa a perspectiva do trabalho no qual me engajei na Iniciação Científica e, ainda, por uma pulsão nascida em mim – no acervo mesmo – de compreender esse homem que inventou a sua vida arquitetando o seu arquivo e o seu diário incansavelmente, até seus últimos dias de vigor físico. A cidade, por uma falta de “origem” e pelo desejo de conhecer um pouco mais desse lugar que escolhi para viver, amar e estudar: São Salvador da Bahia de Todos os Santos, do Brasil.

Os homens estão nas cidades. As cidades estão nos homens. Tudo é grafia. A cidade é engendrada pelo homem física e textualmente. E o homem compõe o texto da cidade, enquanto ator e autor. Diz-se que antes da cidade houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia houve o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e, antes de tudo isso, houve certa predisposição do homem para a

vida social. A cidade nasceu, pois, do encontro com o outro e do desejo humano de fixar-se em um ponto – processo de sedentarização – para garantir o controle permanente de um território e, assim, compartilhá-lo: morando, procriando, celebrando, produzindo, trocando, comercializando e dominando.

Lugar de encontro, de celebração, de troca, de sociabilidade, de conflito, a cidade é um hipertexto escrito coletivamente. Texto que pode ser lido de muitas maneiras, a depender do leitor, a depender do olho que o lê. E a cidade-texto ganha outras configurações com o processo de modernização, pois os séculos XVIII e XIX presenciaram, respectivamente, a queda dos muros das cidades medievais e a eclosão do capitalismo produtor da modernização e da experiência de viver em metrópoles. A concepção de cidade fechada cedeu lugar, de acordo com Robert Moses Pechman em “Pedra e discurso, cidade, história e literatura”¹, a uma nova cidade: aberta, pautada no movimento e na diversidade. A imagem da antiga cidade, então, reelabora-se radicalmente; o espaço fechado, restrito e protegido dá lugar à ocupação extensiva, à aglomeração populacional, à convivência diária com a diferença dentro dos próprios limites da cidade.

E foi essa urbe aberta – representante da própria civilização, na medida em que a vida urbana passou a ser um destino inexorável – que, segundo Renato Cordeiro Gomes, no seu estudo “Cartografias urbanas: representações da cidade na literatura”, se tornou foco da observação, da análise e do discurso da literatura da época. Literatura

¹ PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: BERARDINELLI, Cleonice; GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *Semear: revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*. n. 3, Rio de Janeiro, NAU, 1999.

esta que, publicada em jornais, passava por um processo de democratização sem precedentes, fazendo com que o estupor diante do fenômeno urbano, traduzido nas páginas dos folhetins, fosse compartilhado por um segmento da população que desenvolvia o hábito da leitura e experimentava, paralelamente, o processo de modernização. A multidão anônima das cidades queria encontrar sua imagem nos romances que lia, e apaziguar, por meio de uma imagem domesticada, a pluralidade de tensões não resolvíveis, a perda de sinais de orientação.

A cidade moderna passou então a ser “[...] não apenas cenário, mas também personagem de muitas narrativas, ou a presença encorpada em muitos poemas.”² Como a Paris, d’*As Flores do Mal*, de Baudelaire, personagem representada em imagens ambíguas de multidão e solidão, riqueza e miséria, dandismo e compaixão popular, sonho e pesadelo. Ou a Londres labiríntica, do conto “O homem da Multidão”, de Edgar Allan Poe, cujo narrador se deixa seduzir pelo turbilhão da metrópole e tenta ler o mistério da cena urbana, o espetáculo da multidão. Ou, ainda, aqui no Brasil, a São Paulo da *Paulicéia Desvairada* de Mário de Andrade, cidade fragmentada, “alerquinal”, uma metrópole feita de “cinza e ouro”, de “luz e bruma”, de tradição e ruptura, do velho e do novo.

Motivada por minhas escolhas, no Arquivo Godofredo Filho encontrei grafias humanas e urbanas. No arquivo, eu, sujeito crítico, li essas grafias e construí outras. Por isso, este texto dissertativo é um mapa. Não o mapa de um arquivo tal como foi

² GOMES, Renato Cordeiro. Cartografias Urbanas: representações da cidade na literatura. In: BERARDINELLI, Cleonice; GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *Semear: revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*. n. 3, Rio de Janeiro, NAU, 1999. p. 43.

arquitetado. Não o mapa de uma vida tal como foi vivida, ou o mapa de uma cidade tal como foi configurada textualmente. Mas um mapa de um arquivo, de uma vida, de uma cidade, tal como consegui ler e redesenhar. Um mapa riscado por minhas mãos amadoras, no qual procurei traçar, no capítulo intitulado “Godofredo Filho: o homem arquivado”, a trajetória crítica e ficcional do poeta e intelectual, na tentativa de apresentar, sob a perspectiva de uma crítica ensaística, a sua biografia a partir dos documentos encontrados em seu acervo. Também mapeei, no segundo capítulo “As Bahias de Godofredo Filho”, algumas imagens da capital baiana colocadas em cena nas crônicas e poesias do escritor, produzidas entre 1920 e 1960.

No entanto, “[...] de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas [...]”³, afirma Marco Pólo, quando indagado pelo imperador Kublai Khan sobre o fato das cidades descritas por ele serem todas muito parecidas. Das Bahias configuradas por Godofredo Filho não aproveitei nem um terço, o que trago aqui é apenas um olhar, um discurso, um desejo. Sim, porque “[...] as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos.”⁴

³ CALVINO, Ítalo. *As cidade invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. Companhia das Letras, 1990. p.44

⁴ *Ibidem*

Godofredo Filho: o homem arquivado

[...] estar com mal de arquivo pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome "mal" poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum "mal-de", nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está com mal de arquivo.

Jacques Derrida, 2001

O arquivo Godofredo Filho

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.

Antônio Cícero, 1996

Godofredo Filho. Foi no outono de 1998 que escutei esse nome pela primeira vez, quando – motivada pelo desejo de ampliar os meus estudos enquanto aluna de graduação do curso de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia – procurei a Prof.^a Dra. Elizabeth Hazin para candidatar-me a uma bolsa de iniciação científica no seu projeto de pesquisa intitulado *Godofredo Filho: uma biografia intelectual* e que tinha, como objetivo principal, a reconstituição da biografia do escritor a partir dos documentos encontrados no seu acervo⁵.

Era maio daquele ano quando enveredei no Acervo de Manuscritos Baianos – AMB, como pesquisadora voluntária do referido projeto⁶, tendo como tarefa inicial a triagem, leitura e digitação das cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade remetidas a Godofredo Filho. O contato inicial com o arquivo deste escritor foi de admiração e, por que não dizer, de alumbramento. Arrebatava-me a diversidade de coisas guardadas por

⁵ Acervo adquirido, desde dezembro de 1995, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA – com verba das Taxas Acadêmicas do CNPq destinada ao Programa, somada àquela concedida pela Reitoria da Universidade Federal da Bahia, através de sua Assessoria de Planejamento – e acondicionado no Acervo de Manuscritos Baianos – AMB, núcleo interdepartamental, que envolvia os Departamentos de Fundamentos para o Estudo das Letras e de Letras Vernáculas, do Instituto de Letras, e o Departamento de Documentação e Informação, da Escola de Biblioteconomia e Documentação. Acervo este criado com o intuito de preservar a memória baiana por meio da conservação de seu patrimônio manuscrito, evitando, assim, a dispersão de documentos valiosos para a história de sua cultura.

⁶ Em setembro do mesmo ano fui contemplada com a bolsa de Iniciação Científica CNPq/PIBIC.

aquele homem que, até então, eu apenas sabia – pelas palavras da minha orientadora naquela época, Elizabeth Hazin – ter sido um poeta modernista de pouca projeção nacional, mas um dos precursores do modernismo na Bahia (na opinião de Eugênio Gomes, “[...] um dos melhores poetas brasileiros de sua geração”⁷) e colaborador da *Revista Arco & Flexa*.

“O homem encadernado”⁸ – é assim que Maria Helena Werneck define Machado de Assis, em livro homônimo que procura mapear o escritor nos inúmeros estudos biográficos feitos acerca da sua vida e obra. Sobre Godofredo Filho não encontrei inicialmente nenhuma biografia, nenhum texto, nenhuma referência bibliográfica, nas bibliotecas em que costumava frequentar, além da sua coletânea de poemas *Irmã Poesia*. Mas, diante de mim, estava o seu Arquivo e, ali, os vestígios da sua história pessoal, intelectual, profissional, como também – porque ninguém vive fora de um contexto e de uma paisagem – muitos índices da história do seu tempo e dos seus lugares. Por tudo isso, comecei a pensar o escritor Godofredo Filho como um homem arquivado. Arquivado por ele próprio, uma vez que foi ele quem guardou e organizou incipientemente os seus documentos, separando-os em pastas, inventariando-os em séries. Zeny Duarte, arquivista organizadora do seu espólio, ressaltou que

Godofredo Filho acumulou um conjunto documental a partir de procedimento natural. Organizou dossiês com seus primeiros livros, com suas primeiras letras escritas em cadernos caligráficos e com outros objetos pessoais. Preparou pacotes com documentação civil (registro de nascimento, casamento, CPF, identidade, título de eleitor, reservista).

⁷ GOMES, Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 01 de abril de 1954. p. 16.

⁸ Cf. WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

Guardou correspondências pessoais, documentos familiares, fotografias, documentos íntimos, outros de interesse profissional, estudos técnicos, históricos, científicos, artísticos e literários. [...] Fez embrulhos de documentos em folhas de jornais e do *Diário Oficial do Estado*. Classificou os itens documentais conforme o instante presente. Armazenou o que considerava relevante nas estantes do seu *bureau*, onde permanecia a maior parte do tempo.⁹

E me vi instigada a refletir sobre o que levava um homem a se arquivar, a arquivar as suas histórias tão minuciosamente, preservando os menores vestígios. A cada gaveta aberta, a cada novo invólucro examinado, assaltava-me a surpresa e, algumas vezes, o susto. Cartas, originais (várias versões) de poemas publicados e inéditos, provas tipográficas, fotografias, diários, anotações biográficas, anotações de leituras, anotações de pesquisas, anotações de viagens, fichas de aulas, desenhos, croquis, aquarelas, diplomas, certificados, documentos pessoais e profissionais, recortes de jornais, periódicos, livros autografados pelo e para o titular, etc. São, todos estes, materiais que normalmente fazem parte do espólio de um escritor, entretanto, no arquivo havia também rolhas e rótulos de vinhos (dezenas deles), cardápios (de vários lugares do mundo, alguns enviados por amigos, como Jorge Amado e Zélia Gattai, Tales de Azevedo, entre outros), cachos de cabelos (do titular e dos seus filhos) e esqueletos de lagartixas. O poeta guardava, acondicionados em pequenos invólucros de papel de seda branco, os esqueletos das lagartixas – sempre batizados por nomes femininos no diminutivo – que apareciam mortas no seu apartamento, na Rua 8 de Dezembro, do Bairro da Graça da Cidade da Bahia, cuja varanda dava para uma densa mata habitada por lagartixas, saguis e outros pequenos animais. Conheci, dessa maneira, Joantina,

⁹ DUARTE, Zeny. Arquivamento do eu. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004. p. 8.

Maricotinha, Luluzinha, as lagartixas mumificadas de Godofredo Filho. Todavia, nunca cheguei a descobrir o motivo de tal excentricidade, mesmo porque, como um dia observou o poeta Rainer Maria Rilke, “[...] as coisas estão longe de ser todas tão tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer; a maior parte dos acontecimentos é inexprimível e ocorre num espaço em que nenhuma palavra nunca pisou.”¹⁰ Deixei então as lagartixas de Godofredo Filho no lugar do mistério...

“Não, eu não tenho medo de morrer; o que eu tenho é vergonha de morrer”¹¹.

Essas frases, ouvidas da boca do seu avô materno, o coronel Manuel Eustáquio, ainda na infância, foram transformadas em versos pelo poeta. Foram anotadas algumas vezes no seu diário. Foram repetidas e reiteradas durante a sua vida. Godofredo Filho também tinha vergonha de morrer. Talvez por isso afastasse “[...] os índices brancos da velhice indesejada [...]”¹² tingindo sempre os cabelos e os bigodes de negro. Talvez por isso apenas tenha admitido que os amigos muito próximos o visitassem quando no seu leito de morte. Talvez por isso o poeta escrevesse e reescrevesse seu diário obsessivamente, buscando no ato narrativo o dom contínuo da vida, como a Sherazade que se salvou da morte contando histórias para o sultão enfurecido. Talvez por isso tenha arquivado suas memórias, suas histórias, seus objetos, tentando evitar o esquecimento, a morte. Pois, como escreveu Jacques Derrida, em *Mal de arquivo*,

¹⁰ RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. Trad. de Paulo Rónai. 30 ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 21.

¹¹ GODOFREDO FILHO. O avô Manuel Eustáquio. In: *Irmã poesia: seleção de poemas (1923-1986)*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Salvador: Secretaria da Educação e Cultura da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 1986. p. 339.

¹² FERREIRA, Jerusa Pires. A poesia em galego de Godofredo Filho: entre sol e sombra. In: MONTEIRO, Xesús Alonso; SALGADO, Xosé M. (organizadores). *Poeta alófonos em língua galega*. Atas do I Congresso. Santiago de Compostela, 1993. p. 213.

[...] não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, *não haveria mal de arquivo sem a ameaça dessa pulsão de morte, de agressão ou de destruição*.¹³

A morte parecia ser assunto de grande interesse em Godofredo Filho que, de acordo com seu amigo Luiz Viana Filho, contava a idade não pelos anos, mas pelas décadas, “[...] numa sábia maneira de prolongar a mocidade, ou pelo menos de ignorar o tempo”¹⁴. Em seu acervo encontra-se um dossiê onde ele guardou recortes de jornais sobre notas de falecimento, nas quais aparecem destacadas à caneta as idades dos falecidos. Além disso, sobre a morte, ou a ressurreição, ele também escreveu:

Ah, que forças terei para arrancar
Os pregos do caixão e a tampa enorme
Fazer saltar sobre esses rostos pasmos
E as rosas funerárias que me cobrem.¹⁵

Eneida Maria de Souza, em *Pedro Nava - o risco da escrita*, chama atenção para o “museu imaginário”¹⁶ constituído por esse escritor na sua casa, a qual se tornou um repositório de lembranças de amigos e familiares, simbolizadas pelos retratos, pelos móveis, pelos objetos, pelas cartas, pelos livros e transformadas em texto em suas memórias. Ao constituir o seu arquivo, Godofredo Filho também colecionou as suas memórias e, como Nava, transformou-as em um texto – escrito e reescrito ao longo de cinquenta anos (1937–1987) que ele mesmo denominou como seu diário íntimo.

¹³ DERRIDA, Jacques. Exergo. In: *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 32. (grifo meu)

¹⁴ VIANA FILHO, Luiz. As mil faces do poeta. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 26 de abril de 1984. p. 11.

¹⁵ GODOFREDO FILHO. Ressurreição. In: *Irmã Poesia. Op. Cit.* p. 268.

¹⁶ Cf. SOUZA, Eneida Maria de. *Pedro Nava: o risco da memória*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

“Diário”, “Meu diário”, “Diário íntimo”, “Fragmentos de um diário”, “Notas para um diário”, “Subsídios para um diário” são alguns dos títulos em torno dos quais ele reuniu, em épocas distintas de sua vida, os textos que ia compondo. Na realidade, seus escritos arquivados correspondem a trinta e três anos desses cinquenta e cinco referidos anteriormente, uma vez que em vinte e dois deles nada escreveu (ao menos é o que se deduz, pela ausência no arquivo de escritos nesse período). Consta no seu acervo um total de 790 peças documentais referentes ao diário, embora essa totalidade corresponda tão somente ao relato de 349 dias, o que é muito pouco se considerarmos a intensidade declarada de seu desejo de registrar a vida. Isso significa que essa “duplicação” do material escrito em relação ao número de dias anotados advém do fato de que refazia os textos escritos, em alguns casos existindo mais de dez versões de um mesmo dia. Em 1944, só para citar um exemplo, ele registra apenas 24 dias, mas existem 98 versões desses escritos. Em uma entrevista publicada, em comemoração ao seu octogésimo aniversário, o poeta, quando indagado sobre a existência de algum novo livro seu em andamento, refere-se ao diário explicando-o:

Dedico-me à revisão do meu diário, que pretendo publicar em parte, proximamente, sob o título geral de MEMÓRIA DA MEMÓRIA. Disse publicar em parte porquanto fragmentos dele, dos mais ponderáveis, só virão a lume do público dez anos depois de se me apagar o lume dos olhos. [...] E assinale que não se trata de diário sentimental ou piegas, de acontecimentos íntimos ou estritamente pessoais que só aos protagonistas devam interessar, mas, em forma límpida e bem cuidada, de um vasto painel onde estão fixados e comentados certos acontecimentos literários, políticos, sociais e religiosos, de que fui testemunha ou acaso comparsa, e por onde desfilam alguns escritores, políticos e homens do mundo, com quem convivi ou de quem fui contemporâneo. Também, as paisagens inolvidáveis deste e de outros

continentes, os vinhos inesquecidos, as comidas, as músicas, as luzes extintas, ao par de comentários sobre livros lidos.¹⁷

“Escrever é um caso de devir [...]”¹⁸, segundo Gilles Deleuze em “A literatura e a vida”. É um processo sempre inacabado em busca de um desvio: desvio da ordem em busca de outra ordem; desvio da realidade em busca da verossimilhança; desvio do eu em busca de outros eus; desvio da doença em busca da saúde (sim, porque a literatura é um empreendimento de saúde¹⁹, a invenção daquilo que falta); desvio da morte: “Só uma coisa me força, violentamente, a escrever e legar aos meus vorazes herdeiros esta confissão cruel: é o medo invencível do esquecimento, o horror à morte sem possibilidade de lembrança.”²⁰

Somente quando adoeceu, quando não tinha mais forças para escrever (“a doença não é processo, mas parada do processo [...]”²¹), o escritor entregou a versão definitiva do diário ao seu dileto amigo Fernando da Rocha Peres, para que fosse publicado dez anos após a sua morte²². Morte esta que o foi levando lentamente, talvez porque se recusasse a morrer, como testemunhou o amigo Edivaldo Boaventura: “Godofredo foi nos deixando aos poucos e partiu, finalmente, em 22 de agosto de 1992, e

¹⁷ Godofredo Filho em entrevista a Remy de Souza. Cf. SOUZA, Remy. Entrevista com Godofredo Filho. In: *Diário Oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984. p. 8.

¹⁸ DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 11.

¹⁹ *Ibidem*. p.13.

²⁰ Texto de Godofredo Filho encontrado no seu acervo, sem título, mas com uma anotação manuscrita feita pelo poeta com os seguintes dizeres: “Dois capítulos de um romance inacabado”. Cf. GODOFREDO FILHO. Dois capítulos de um romance inacabado. In: *Série escritos*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

²¹ DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e clínica*. Op. Cit. p. 13.

²² Não existe no acervo cópia da versão final do diário que foi publicado em 2008.

deverá dormir “ao acalento daquele céu tão manso... o grande sono sem felicidade ou tortura de sonho.”²³

Memória da memória que não se quer esquecida: o diário, o arquivo. Ambos são locais de poder. Poder de um discurso que se inscreve, que se imprime, que se consigna. E é Jacques Derrida, no livro citado, quem nos lembra dos dois sentidos etimológicos da palavra arquivo (*arkhê*): começo (princípio da natureza ou da história) e comando (princípio da lei, da ordem social). Partindo dessas duas acepções, pode-se pensar o arquivo de Godofredo Filho tanto como um “lugar de começo”, onde o escritor guardou os indícios das suas histórias “originais” – genealogia familiar, dados pessoais, referências literárias, referências profissionais, histórias da cidade etc; quanto como um local de comando, de autoridade sobre aquilo que deverá ser lembrado, o que Derrida designou de “poder de consignação”, ou seja, a ação de sistematizar e sincronizar o conjunto documental de modo a adquirir uma configuração ideal, homogênea. Aí reside o mal dos arquivos, pois, manipulando a memória, o Arconte, o “dono do arquivo”²⁴, exerce um poder sobre os documentos e pode dissimular, destruir, interditar ou desviar as informações, tornando o arquivo excludente e repressivo.

O arquivo é uma instituição onde o Arconte pode ou tenta controlar a memória: o que guardo é o que sou, ou aquilo que quero que pensem que sou. Mas esse poder, como todos os outros, pode ser revertido, o arquivo primordial pode ser violado e lido de outras maneiras, sob outras ordens, criando-se, dessa forma, uma nova ficção

²³ BOAVENTURA, Edivaldo M. Irmão feirense. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004. p. 4.

²⁴ Esse “dono do arquivo” pode ser o próprio autor, a família, herdeiros de qualquer instância, pesquisadores, institutos de ensino e pesquisa, governo, etc.

do saber, um novo arquivo. Talvez seja esse o meu papel, enquanto leitora do Arquivo Godofredo Filho, local onde exercito, ainda que precariamente, a capacidade de “[...] identificar, distinguir, aproximar, reconciliar ou conflitar desejos, valores e forças até então arquivados e num certo instante entregues à desumana selvageria do não saber, do não lembrar”²⁵, para citar Roberto Corrêa dos Santos, em *Modos de saber, modos de adoecer*.

O arquivo é meu porque sou eu quem o manipula agora, nessa minha sede pelo arquivo, pela memória, por compreender (pulsão de amor e de morte), mas também poderá ser do outro, pois o movimento da pesquisa implica em tornar o arquivo vivo, pulsante, e em escancarar as suas portas. Não, engano-me, neste caso, é apenas uma fenda que se abre.

O homem Godofredo Filho: entre sol e sombra

*Meu corpo não é meu corpo,
é ilusão de outro ser.*

Carlos Drummond de Andrade, 2002

A partir dos documentos encontrados no Arquivo, eu fui, aos poucos, (re)constituindo o homem Godofredo Filho: baiano de Feira de Santana, sua “terra lindamente chantada no planalto”²⁶; católico, “[...] mas ardentemente torturado pela

²⁵ SANTOS, Roberto Corrêa. *Modos de saber, modos de adoecer*: o corpo, a arte, o estilo, a vida, o exterior. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 13.

²⁶ GODOFREDO FILHO. Poema da Feira de Sant’Anna. In: *Irmã poesia. Op. Cit.* p. 79-91.

fé”²⁷; poeta que “[...] escrevia sempre à mão, corrigia muito e nunca ficava satisfeito com os seus textos”²⁸; pintor amador, desenhando de preferência “[...] ruas esconsas e mulheres longas, tocadas estas do cansaço das noites brancas”²⁹; professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia, ensinando as disciplinas História da Arte Brasileira e Estética, e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, onde lecionou sobre Arquitetura do Brasil; diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por 37 anos (1936 a 1974); leitor de Dostoiévski, Verlaine, Victor Hugo, Dante, Baudelaire, Kant, Hegel, Descartes, Spinoza, Schopenhauer, Nietzsche, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Antônio Vieira, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, José de Alencar, Aloísio de Azevedo, Cruz e Souza, Raimundo Correia, Apholnsus de Guimarães, Castro Alves, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, etc³⁰; apaixonado pelo vinho, preferindo “[...] os brancos e secos, em particular os do Reno [...]”³¹, tendo sido “[...] velho colecionador de Jerez, em cuja sabedoria possuía a veleidade de ser iniciado”³²; amante “[...] da boa mesa de todos os países”³³, conhecedor da “cozinha baiana como um amante *expert* conhece os segredos da amada”³⁴, e “[...] capaz de banquetear em sua residência o europeu de

²⁷ Dado retirado de um texto do poeta sobre ele mesmo, intitulado Godofredo Filho, encontrado no seu arquivo. Cf. GODOFREDO FILHO. Godofredo Filho. In: *Série biografia*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Idem. Ibidem*.

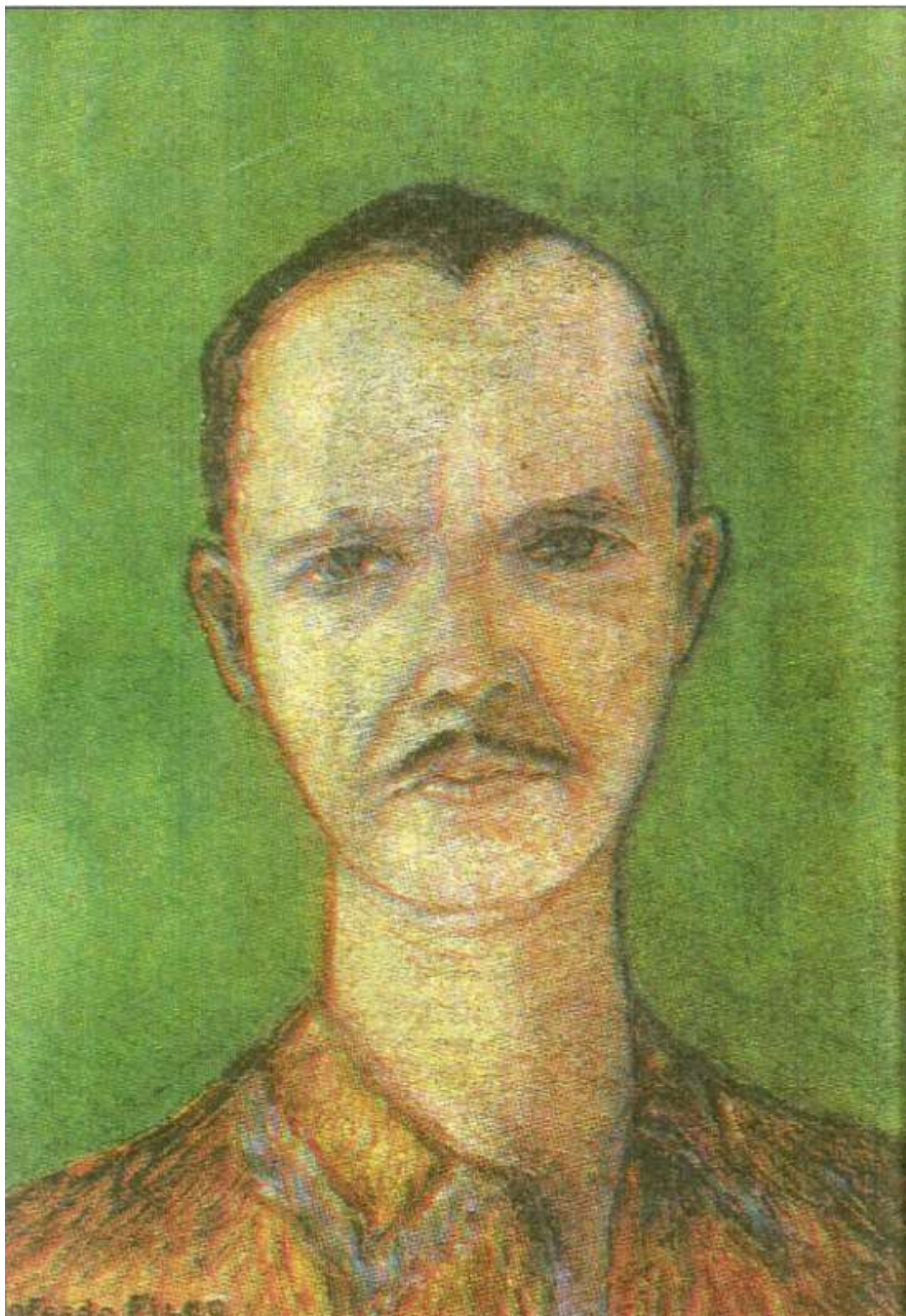
³⁰ Autores encontrados em parte da biblioteca do poeta que se encontra no seu Arquivo.

³¹ GODOFREDO FILHO. Godofredo Filho. In: *Série biografia. Op. Cit.*

³² *Ibidem*.

³³ *Idem. Ibidem*.

³⁴ GODOFREDO FILHO. Godofredo Filho. In: *Série biografia. Op. Cit.*



Autorretrato, óleo sobre tela de Godofredo Filho, 1948.

paladar mais exigente com quitutes de origem africana”³⁵, segundo Gilberto Freire, que muitas vezes experimentou do seu tempero; amigo de Manuel Bandeira, de quem foi “hóspede em Santa Tereza, na casa do Curvelo”³⁶, de Mário de Andrade, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de Carlos Drummond de Andrade, de Murilo Mendes, de Alfonso Reyes, de Alceu Amoroso Lima, de Jorge Amado; enamorado da Cidade da Bahia, por cujas ruas e ladeiras “[...] vagava sem rumo certo”³⁷, e conhecedor “[...] dos seus templos, dos seus santos, dos seus artistas, das suas tradições, das suas vias mais escusas, dos seus pitéus e dos seus pecados...”³⁸.

Nascido em Feira de Santana, em 26 de abril de 1904, Godofredo Rebello de Figueiredo Filho chegou à Cidade da Bahia em 1917, aos treze anos de idade, para ingressar no Seminário Arquiepiscopal de Santa Tereza, com o objetivo de seguir inclinação religiosa. A respeito dessa fase da sua vida, relatou:

Considero fundamentais no processo de minha formação os anos passados no Seminário Arquiepiscopal de Santa Tereza. O lastro de humanidades (e de humanismo), que acresci mais tarde, veio dali, dos excelentes mestres que tive, dos livros de que me cerquei e do longo tempo que havia para só cuidar de me instruir nas letras e de me aperfeiçoar nos caminhos do bem.³⁹

³⁵ FREIRE, Gilberto. Casa grande & senzala. In: SANTIAGO, Silviano (coordenação, seleção de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2. 2^o ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 560.

³⁶ Godofredo Filho, em carta de 10 de novembro de 1959, a Aloysio de Carvalho Filho. Nesta carta, o escritor – que seria apadrinhado pelo destinatário da correspondência na sua posse na Academia de Letras da Bahia – faz uma retrospectiva cronológica da sua vida com o intuito de munir o “padrinho” de informações para a elaboração do discurso de recepção. A missiva relata as leituras realizadas pelo poeta, os autores que mais o influenciaram, os seus conflitos íntimos, as suas amizades; descreve a sua personalidade e os seus sonhos. Cf. GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

³⁷ GODOFREDO FILHO. Godofredo Filho. In: *Série biografia*. Op. Cit.

³⁸ GOMES, Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde*. Op. Cit. p. 16.

³⁹ GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Op. Cit.

Filho de fazendeiro, o poeta foi, de acordo com Paulo Ormino de Azevedo, no seu texto “Godofredo Filho: entre o espírito e os sentidos”, “[...] um dos últimos representantes de uma aristocracia rural que entrelaçava as famílias de engenhos do Recôncavo e coronéis de currais do Sertão”⁴⁰ e cujos filhos normalmente iam estudar na capital, com o objetivo de elevar o nível sociocultural da família e facilitar a sua vida econômica pelas ligações que poderiam estabelecer com outros representantes da classe senhorial e com políticos.

Godofredo Filho escolheu, a despeito do desejo dos seus pais, estudar para ser padre, pois acreditava ele ser essa a sua vocação: “E não somente sonhos, também crenças, inclusive aquela que me fizera, vencendo o meio agnóstico em que fora criado e a própria vontade de meus pais, tentar uma carreira que sabia de renúncia e sacrifício.”⁴¹

O Reitor do Seminário, Pe. João R. M. Kuener, também reiterou em carta, escrita quando Godofredo Filho retornou à casa paterna para tratamento de saúde, a opção solitária do poeta:

Todos os dias peço ao Nosso Senhor de apressar a sua volta ao seminário, de lhe restituir ou dar as forças físicas (sic) e morais necessárias para sempre andar seguro e resoluto na sublime e santa carreira que livremente escolheu e de lhe permitir de ser um dia o apóstolo da sua família e de seu torrão natal.⁴²

⁴⁰ AZEVEDO, Paulo Ormino. Godofredo Filho: entre o espírito e os sentidos. In: *Tribuna cultural*. Feira de Santana, 02 de maio de 2004. p. 13.

⁴¹ GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Op. Cit.

⁴² KUENER, João R. M. Carta a Godofredo Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Op. Cit.

No entanto, saiu do Seminário aos dezessete anos de idade, em 1921, porque

[...] mais que os sorrisos e as formas opulentas ou delgadas das mulheres que eu começava a reparar nos umbrais do mundo, as palavras de Renan e a evocação de Lutero, cuja vida de angústia tanto admirei através de leituras, exerceram sobre mim fascínio de perdição. O espírito submergia na dúvida, antes que a carne estremecesse ao calor das primeiras paixões. [...] E, sozinho, empreendi o regresso daquele país, cujas cordilheiras azuis a se confundirem com o céu, eu entrevia com saudade e cada vez mais longe; voltaria por haver trocado a fé pela razão. Porque, por mais estranho que pareça num adolescente dos trópicos, foi a razão que me perdeu e afastou das veredas até então trilhadas.⁴³

Foram as leituras principalmente, segundo ele, que o afastaram da carreira religiosa, sobretudo nas férias, quando outros seres, outras vozes, outros livros se lhe revelavam. Strauss, Renan, Tolstoi, Maeterlinck, Lutero, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Raul Pompéia, Flaubert, entre outros, abriram em seu espírito “[...] sulcos irreversivos ou riscaram iluminações que em cinza fria tornaram tantos sonhos.”⁴⁴ No entanto, o tempo de vida eclesiástica marcou profundamente a sua personalidade. Eugênio Gomes relatou que, quando o poeta esteve algum tempo no Rio de Janeiro, “[...] o seu quarto de solteiro numa vila da Rua do Catete era de um asceta com bíblia e algumas obras de autores místicos e espanhóis à mesa de cabeceira.”⁴⁵

⁴³ GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações. Op. Cit.*

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ GOMES, Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde. Op. Cit.* p. 16.

A formação religiosa, de acordo com Jerusa Pires Ferreira, teria incutido no poeta “a marca do pecado e do desespero existencial [...]”⁴⁶. A respeito desse assunto, o próprio Godofredo Filho afirmou:

Crise religiosa: formação eclesiástica, disciplina espiritual, a paz a princípio e logo a tormenta, a proximidade do abismo... em seguida a volta à paz dos primeiros anos, o amor às coisas simples, ao desejo desmedido de expiação, ao reclamo da pureza que perdi e já não posso alcançar, ao veemente anseio de sacrifício pela felicidade do mundo.⁴⁷

Os anos passados no Seminário e no Ginásio da Bahia, que também frequentou, mais os seus estudos como autodidata, dotaram-no de uma educação humanista fundamental para o exercício da sua vida profissional, como professor e Diretor do 2º Distrito do SPHAN. Estudou latim, francês, filosofia, arte, história, literatura etc. Quando foi fundada a Escola Normal de Feira de Santana, em 1925, Godofredo Filho foi convidado a lecionar História Universal e História do Brasil. Apesar de não ter diploma universitário, a sua formação clássica levou-o, ainda, a ser convidado, em 1951, por Isaías Alves – então diretor da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia – a ocupar a cadeira da disciplina História da Arte Brasileira na instituição, onde também ensinou Estética. Lecionou, também, Arquitetura no Brasil na Escola de Belas Artes, mais tarde incorporada à UFBA. Consuelo Pondé de Sena, sua aluna de História da Arte Brasileira, do curso de Geografia e História, da

⁴⁶ FERREIRA, Jerusa Pires. A poesia em galego de Godofredo Filho: entre sol e sombra. In: MONTEIRO, Xesús Alonso; SALGADO, Xosé M. (organizadores). *Poeta alófonos em língua galega. Op. Cit.* p. 212.

⁴⁷ GODOFREDO FILHO. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho por Godofredo Filho. In: *Diário oficial*. Salvador: 26 de abril de 1984. p 12.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia, deu o seguinte depoimento sobre o Godofredo Filho professor:

Comentando, entusiasmado, sobre o conhecimento do belo, empreendia o Poeta longas viagens ao passado, conduzindo os alunos às noções da antiguidade clássica. Revia pontos de vista de Platão, Aristóteles e Plotino.

Reportava-se às considerações sobre a beleza contidas no Banquete e no Fedro, dizendo-se ambas propostas em função do AMOR.

Falava, com deleite, sobre a República de Platão, especialmente no que tange às críticas de ordem ética e metafísica relacionadas com os poetas.

Retomava o pensamento filosófico de Aristóteles. Detinha-se na Metafísica e sobre o que continha acerca das diferenças entre o Belo e o Bem, repetindo que o Belo está sempre na ação, enquanto que o Bem também se encontra nas próprias coisas imóveis. Mergulhando, suavemente, na filosofia da Arte, Godofredo discorria sobre as indagações de Plotino, contidas na ENÉADES.

Passava em seguida, aos escolásticos, que não se preocupavam com a filosofia da arte, mas nem por isso poderiam ser esquecidos.

Retornava às lições de Santo Tomás na sua clássica definição da beleza como *id quod visum placet*, aquilo cuja visão agrada e cujos requisitos reduzem-se: à integridade ou unidade, proporção ou harmonia, e a clareza ou luminosidade. Acrescentava que para os escolásticos a beleza se definia como “o esplendor da forma nas proporcionais da matéria”.⁴⁸

A erudição de Godofredo Filho era uma das qualidades sempre reiterada pelos amigos. No seu acervo, que contém muitos escritos seus sobre os mais diversos assuntos, é possível constatar esse conhecimento variado. Escreveu sobre arte, literatura, arquitetura e cultura baiana e brasileira, vinho, culinária, religião, filosofia, moda, morte. Foi uma “[...] personalidade altamente idiográfica”⁴⁹, no dizer de Edivaldo Boaventura.

A escrita, aliás, foi uma constante na vida desse homem que na maturidade declarou, em entrevista, que aos dezesseis anos tomou conhecimento de que era um

⁴⁸ SENA, Consuelo Pondé de. Meu convívio com dois mestres das humanidades. In: *Diário oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984. p. 10.

⁴⁹ BOAVENTURA, Edivaldo M. Irmão feirense. In: *Jornal A tarde*. Op. Cit.p. 4.

poeta e de que o seria para sempre⁵⁰. Poeta, entretanto, que ficou conhecido entre os amigos pela recusa em divulgar amplamente suas obras. Manuel Bandeira, em carta de 19 de setembro de 1941, chamou-o de “poeta engavetado”: “Fiquei muito satisfeito com o anúncio da próxima publicação das suas “Completas”. Sempre protestei contra a sua situação de poeta engavetado. Agora não fique só no projeto.”⁵¹

Na época, 1941, Godofredo Filho tinha apenas um livro publicado, o *Poema de Ouro Preto* (1932), o que justifica essa qualificação. Embora já tivesse prometido editar o conjunto dos seus poemas, que Bandeira chamou de as suas completas, apenas em 1986, quatro décadas depois, isso realmente aconteceu, com a publicação de *Irmã poesia*, coletânea que reúne poemas escritos desde 1923. Os livros editados antes disso foram: *Poema de Ouro Preto* (1932), *Poema da rosa* (1952), *Balada da dor de corno* (1952), *Sonetos e canções* (1954), *Lamento da perdição de Enone* (1959), *Sete sonetos do vinho* (1971), *Solilóquio* (1974), *Ladeira da Misericórdia* (1976), *Poema da Feira de Sant’Ana* (1977).

É importante chamar a atenção para o fato de que as suas publicações, com exceção do *Irmã poesia*, saíram sempre em plaquetas (livro de poucas páginas e aspecto gráfico apurado) com pequenas tiragens, cuidadosamente preparadas, que foram distribuídas somente a amigos e a alguns conhecidos. Ou seja, mesmo publicando, Godofredo Filho continuava controlando a circulação da sua obra, como também controlava a constituição e o acesso ao seu acervo.

⁵⁰ Godofredo Filho em entrevista a Remy de Souza. In: *Diário Oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984. p. 14.

⁵¹ Manuel Bandeira em carta a Godofredo Filho. In: *Série correspondências com escritores e intelectuais*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

Silviano Santiago, em “História de um livro”, ensaio que trata da publicação, divulgação e crítica da principal obra modernista brasileira, *Macunaíma*, esclarece que a parca circulação do livro de autor modernista, que normalmente acontecia somente entre os seus pares, trouxe entre as suas principais consequências

[...] a definição do livro modernista como objeto de classe; a preferência por uma escrita elitista, descompromissada dos recursos estilísticos que poderiam torná-la popular; a configuração de um público leitor mínimo, fato que poderia descaracterizar o livro como tendo uma função social entre nós.⁵²

Em Godofredo Filho, a publicação limitada de sua obra e a escassez do número de tiragem dos seus livros foram, antes de tudo, escolhas suas, como reconhece ele mesmo, talvez “[...] devido a um certo pudor íntimo”⁵³ e pelo “[...] desejo de obras gráficas requintadas”⁵⁴ ou, ainda, por conta de se sentir incomunicável, conforme declarou em entrevista: “Gostaria de ser de profundas raízes populares, mas infelizmente me sinto meio incomunicável ainda, ou gosto daquela “incomunicável poesia”, a que aludia Ribeiro Couto.⁵⁵

O poeta teve várias possibilidades e convites para publicar os seus poemas, e, no entanto, optou por leitores poucos e escolhidos, numa clara ambivalência entre visibilidade e velamento, sol e sombra.

⁵² SANTIAGO, Silviano. História de um livro. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 147.

⁵³ GODOFREDO FILHO. *Apud*. GROPPER, Symona. Um jovem poeta com 50 anos. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1975. p. 9.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ GODOFREDO FILHO. *Apud*. AYRES, Bisa; OLIVA, Zitelmann; ROCHA, Carlos Eduardo. Canção de amor e vinho de Godofredo Filho. In: *Tribuna da Bahia*. Salvador, 17 de julho de 1971. p. 5.

A expressão “entre sol e sombra” foi trazida por Jerusa Pires Ferreira, amiga pessoal do poeta e estudiosa da sua obra, no artigo intitulado “A poesia em galego de Godofredo Filho – entre sol e sombra”, no qual destaca o caráter conflituado deste escritor que tanto se refletia na sua vida quanto na sua literatura: “Seu mundo era mesmo muito peculiar, povoado de anjos e demônios, dilacerado entre dicotomias, em que se defrontavam sua religiosidade e mundanidade.”⁵⁶

Dividido entre luz e sombra, matéria e espírito, morte e permanência, prazer e danação, elevação mística e automaceração, o poeta era tido pelos seus amigos como “um barroco”⁵⁷:

É um poeta barroco, dominado a um tempo pelo sentimento da vida e da morte.⁵⁸

Godofredo Filho, tão baiano na sua personalidade e na sua poesia, é um orgulho de nossa terra e de todos nós. Na sua figura esquiva e mista, reflete-se a alma dúplice da Bahia barroca, religiosa e humana, mística e sensual.⁵⁹

Na sua dualidade, Godofredo Filho parece-me um prolongamento da musa de Gregório, o primeiro a estabelecer a ponte ibérica que assentou sua cabeceira na Bahia seiscentista. É, no seu fervor existencial, o poeta do inconsciente coletivo da sua cidade.⁶⁰

⁵⁶ FERREIRA, Jerusa Pires. A poesia em galego de Godofredo Filho: entre sol e sombra. In: MONTEIRO, Xesús Alonso; SALGADO, Xosé M. (organizadores). *Poeta alófonos em língua galega*. Op. Cit. p. 212.

⁵⁷ É importante salientar que o termo barroco aqui é utilizado como adjetivação, para designar um homem conflituado entre a matéria e o espírito, sem marcação histórica no tempo.

⁵⁸ GOMES. Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde*. Op. Cit. p. 16.

⁵⁹ COUTINHO, Afrânio. Alguma crítica. In: GODOFREDO FILHO. *Irmã poesia*. Op. Cit. p. 365.

⁶⁰ PÓLVORA, Hélio. Alguma crítica. In: GODOFREDO FILHO. *Irmã poesia*: Op. Cit. p. 364.

Esse dilaceramento, essa dobra⁶¹ barroca, refletia-se na sua maneira de ser, de escrever, de estar no mundo: sempre dobrado e redobrado entre o sagrado e o profano, entre as velhas igrejas da Bahia e os “castelos” da prostituição na rua da Misericórdia, entre a expiação em preces e o deleite no vinho, na culinária, no amor às mulheres. O poema “Ladeira da Misericórdia”, além de ser uma espécie de etnografia da Bahia barroca, é um canto de culpa e remissão, de amor e repulsa à ladeira dos seus pecados.

Na velha Cidade da Bahia, o poeta trilhou roteiros de salvação e perdição e foi se transformando num personagem que tinha muito a ver com os relatos orais que faziam parte do fabulário da cidade, situando-o frente aos mistérios e às vivências:

Mestre Godofredo Filho move-se com lentidão e dignidade. Vozes o saúdam das janelas antigas: - Godô, Godozinho, Godozão! Godofredo promete vir tomar um café um dia, mandar um peixe, não faltar a certa cerimônia ou festa. E caminha sereno, descendo ou subindo as ladeiras. [...] Acontece apenas que Godofredo Filho já se misturou para sempre à atmosfera, ao espírito, aos azeites baianos. É um baiano que a força de o ser universalizou-se. Tão baiano que é um grande da cultura de toda a parte⁶².

Quantas vezes o vi plantado, horas a fio, nas esquinas do nosso centro histórico com o chapéu enterrado na testa e óculos escuros observando o casario arruinado e o movimento das viventes⁶³.

⁶¹ Refiro-me aqui à noção de barroco trazida por Deleuze para quem “o traço do barroco é a dobra que vai ao infinito. Primeiramente, ele diferencia as dobras segundo duas direções, segundo dois infinitos, como se o infinito tivesse dois andares: as redobras da matéria e as dobras na alma. Embaixo, a matéria é amontoada de acordo com um primeiro gênero de dobra, sendo, depois, organizada de acordo com um segundo gênero, uma vez que suas partes constituem órgãos ‘dobrados diferentemente e mais ou menos desenvolvidos’. No alto, a alma canta a glória de Deus, uma vez que percorre suas próprias dobras, sem chegar a desenvolvê-las inteiramente, ‘pois elas vão ao infinito’. [...] Todo animal é duplo, mas de modo heterogêneo, de modo heteromórfico, como a borboleta dobrada na lagarta e que se desdobra”. Cf. DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Trad. Luiz Orlandi. Campinas, SP: Papirus, 1991. p. 13-14.

⁶² SCHIMIDI, Augusto Frederico. In: GODOFREDO FILHO. *Irmã poesia*. Op. Cit. p. 359.

⁶³ AZEVEDO, Paulo Ormino. Godofredo Filho: entre o espírito e os sentidos. In: *Tribuna cultural*. Op. Cit. p. 13.

Vestido inteiramente de branco, sempre com um chapéu coco na cabeça, cabelos e bigodes tingidos de preto, o poeta caminhava pela cidade, “[...] extraordinária figura, comportada e solene, mas trazendo algo de um *clown* simbólico embutido e, ao mesmo tempo, manifesto.”⁶⁴ Um *flâneur* que deambulava pela urbe e a escrevia: às vezes em tom solene, quando descrevia a *cidade museu*, palco de grandes acontecimentos históricos, cidade primeira do Brasil; outras vezes em tom moderado, quando se referia à *cidade moderna* que deveria conviver com a cidade tradicional para não descaracterizá-la; e em tom ambíguo, quando apresentava a *cidade negra*, alegre e triste, sensual e pecadora, bonita e feia e, por isso, muitas vezes silenciada.

O poeta modernista Godofredo Filho

Godofredo Filho, a maior expressão da poesia nova da Bahia...

Carlos Chiacchio, 1925

Quando, em 1926, viajou pela primeira vez ao Rio de Janeiro – a convite de Manuel Bandeira, com quem havia estabelecido amizade na passagem deste pela Cidade da Bahia, naquele mesmo ano –, Godofredo Filho entrou em contato com alguns dos grandes nomes do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, entre outros:

Sucessivas viagens ao sul do país. Amizade de Manuel Bandeira (de quem fui hóspede em St^a Tereza, na casa do Curvelo) e de Mário de Andrade (A. F. Schmidt escreveu a Castelo Branco que me conheceu no Rio Pajeado por Mário de Andrade). Amizade de Graça Aranha, de Ronald de Carvalho, cuja casa da rua Humaitá freqüentei nos seus

⁶⁴ FERREIRA, Jerusa Pires. A poesia em galego de Godofredo Filho: entre sol e sombra. *Op. Cit.* p. 212.

melhores tempos e de Alfonso Reyes, o insigne humanista, de quem conservo correspondência epistolar desvanecedora.

Fui, então, no delicioso Rio daqueles últimos anos da República Velha, companheiro constante de Augusto Frederico Schmidt (ainda pobre), de Cícero Dias, de Murilo Mendes, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de José do Patrocínio Filho (o fabuloso Zeca), de Jayme Ovalle, ~~de Renato Almeida~~,⁶⁵ de Felipe de Oliveira, e de tanto outros que já eram notáveis nas letras e nas artes, ou seriam mais tarde gloriosos.⁶⁶

As relações com os escritores modernistas foram definitivas para a vida intelectual de Godofredo Filho, porque o colocaram a par das reformulações estéticas pelas quais vinham passando a arte e a literatura no Sul do país, permitindo-lhe divulgá-las na capital baiana. O próprio poeta atesta a sua adesão com entusiasmo:

Adesão total ao modernismo, movimento literário e artístico que participei desde 1923, como dos mais ardorosos e combativos vanguardistas, propagando-o, de primeira mão, na Bahia, ainda cidadela de numerosos gramáticos e retóricos à moda lusitana.⁶⁷

Enquanto a vanguarda modernista, deflagrada com a Semana de Arte Moderna de 1922, balançou com toda a força as estruturas da arte e da literatura no Rio de Janeiro, em São Paulo e depois em Minas Gerais, na Bahia o modernismo aportou timidamente, a partir de algumas informações publicadas em jornais e de notícias trazidas por escritores que mantinham relações com os colegas do Sul. Ívia Alves, em seu livro *Arco & flexa: contribuição para o estudo do modernismo*⁶⁸, considera a revista *Arco & flexa* como uma das tentativas dos artistas baianos de entrar em sintonia com a renovação

⁶⁵ Rasura do autor.

⁶⁶ GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações. Op. Cit.*

⁶⁷ *Ibidem.*

⁶⁸ Livro que procura analisar as ressonâncias do movimento modernista na Bahia através desse periódico.

cultural que eclodiu na época, e chama a atenção para a importante colaboração de Eugênio Gomes e Godofredo Filho à revista, por conta do contato de ambos com as produções provenientes do sul do país. A principal influência de Godofredo Filho dava-se, segundo a autora, porque ele “[...] conhecia autores de São Paulo, e continuava a estabelecer novos contatos nas suas viagens para o sul.”⁶⁹

Também Hélio Simões, membro do grupo fundador da *Arco & Flexa*, em entrevista concedida a Ívia Alves, enfatizou a importância do escritor para divulgação do movimento modernista em terras baianas:

[...] porque nós já estávamos em comunicação com o modernismo (digamos assim) por notícias de jornais ou informações de amigos e, sobretudo, pela influência de Godofredo Filho. Ele era uma espécie de precursor do modernismo na Bahia.⁷⁰

Os livros *Moema*, de Eugênio Gomes, e *Poema de Ouro Preto*, de Godofredo Filho, ambos de 1927, são considerados os primeiros sinais de alguma renovação estética na conservadora e tradicionalista Bahia das primeiras décadas do século XX⁷¹. No entanto, é de 1925 o livro, ainda hoje inédito, *Samba verde*, de Godofredo Filho, tido, pelo próprio escritor, como a sua obra mais modernista, pela linguagem, pela forma e pelos temas que se filiavam aos padrões “modernos”. Embora tenha enviado este livro à editora Pongetti para ser publicado em 1927, após a revisão das primeiras provas, o escritor desistiu da sua publicação, diz-se que por motivos estéticos. Em palestra proferida na

⁶⁹ ALVES, Ívia. *Arco & flexa*: contribuição para o estudo do modernismo. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. p. 18.

⁷⁰ SIMÕES, Hélio. Entrevista realizada no dia 15/01/73. In: ALVES, Ívia. *Arco & flexa*. Op. Cit. p. 119.

⁷¹ ALVES, L. A.; BACELAR J.; CUNHA, E. L. Bahia, colonization and cultures. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America: A comparative History*. 1 ed. New York, 2004, v. 2, p. 551-565. (Tradução de Eneida Leal Cunha)

Academia de Letras da Bahia, em 1999, intitulada *Godofredo Presente*, Jerusa Pires

Ferreira explicou:

Falou-nos certa vez o poeta que nunca tinha publicado o seu livro modernista *Samba Verde* por motivos estéticos, por considerá-lo demasiadamente preso a padrões de época, considerava que movimentos literários e culturais definidos e datados se incumbiriam de afastá-lo das diretrizes daquilo que ele sentia ser o sentido mais profundo de sua continuidade criadora. [...] Compreendeu àquela altura que já não seria capaz de aceitar a interferência de estratos tipicamente modernistas, e não quis levar adiante a sua publicação.⁷²

A sua aparição nos meios literários deu-se na edição do *Jornal A tarde* de 10 de janeiro de 1925, onde publicou seis poemas do livro *Samba Verde*⁷³, que chocaram a todos e fizeram com que revistas e jornais da época o chamassem de “futurista”. As inovações visadas por essas críticas eram, segundo o próprio Godofredo Filho, de “[...] singular moderação, incidindo no ritmo livre, na ausência de rimas e na escolha de uma temática geralmente desconhecida e desacreditada: a vida cotidiana.”⁷⁴

Apesar da contradição de recusar a publicação da sua obra mais vanguardista, ao mesmo tempo em que era um propagador das ideias do movimento artístico renovador, Godofredo Filho foi denominado, por muitos críticos literários da época, o precursor do modernismo na Bahia:

Godofredo Filho é o legítimo precursor do modernismo na Bahia e um dos melhores poetas brasileiros de sua geração. A rigor, não pertenceu

⁷² FERREIRA, Jerusa Pires. *Godofredo presente*. Palestra proferida na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em 1999.

⁷³ Os poemas publicados foram: “Ironia”, “Melancolia”, “Do arrabalde”, “Onde o silêncio”, “Poça D’água”, “Esta saudade do adolescente lírico”. Dos seis poemas, apenas o último aparece publicado no *Irmã Poesia*.

⁷⁴ GODOFREDO FILHO. *Apud*. GROPPER, Symona. Um jovem poeta com 50 anos. *Op. cit.* p. 9.

ao grupo de Chiacchio, tinha-se antecipado de alguns anos em escandalizar as tranqüilas consciências literárias de nossa terra com experiências super-realistas que se fizeram rir a muitos, deixaram outros apreensivos, pois também havia certa ordem naquela loucura...⁷⁵

Godofredo Filho, pioneiro do modernismo na Bahia, cuja poesia lhe deve os surtos iniciais de renovação e de vanguarda.⁷⁶

De acordo com Ívia Alves, com o poema “Usina”, publicado no último número da revista *Arco & Flexa*, em 1929,

Godofredo Filho talvez estivesse muito mais próximo de uma solução para a temática modernista brasileira, que se apresentará depois, em 30, com base no ciclo da cana-de-açúcar, do que o próprio patrono da revista, na sua pretensão de limitar a Bahia a centro gerador de todos os motivos de raízes nacionais que poderiam criar temática própria brasileira, isto é, temática que indicasse “brasilidade.”⁷⁷

A Bahia de 1929 ainda não havia embarcado no processo de industrialização pelo qual passavam algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro; todavia, dois dos seus poetas, considerados modernistas⁷⁸, recriaram a temática das indústrias, utilizando-se para isso de índices locais. Godofredo Filho, em “Usina”, alude para a modernidade das fábricas utilizando-se da referência local das usinas, que substituíram os antigos engenhos de cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano⁷⁹. Essa ambivalência entre passado e futuro, entre local e universal, condizia com o conceito de

⁷⁵ GOMES, Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde*. Op. Cit. p. 16.

⁷⁶ LIMA, Hermes. Alguma crítica. In: GODOFREDO FILHO. *Irmã poesia*. Op. Cit. p. 360.

⁷⁷ ALVES, Ívia. *Arco & Flexa*. Op. Cit. p. 47.

⁷⁸ Eurico Alves é outro poeta do grupo da revista *Arco & Flexa* que se refere ao tema em um poema também intitulado “Usina”.

⁷⁹ Falarei mais sobre este tema na segunda parte desta dissertação, por isso o poema “Usina” não foi aqui transcrito.

“tradicionalismo dinâmico”⁸⁰ propugnado pelo grupo da revista *Arco & Flexa*⁸¹, que defendia o nacionalismo como um pressuposto essencial à literatura brasileira moderna, ao passo que rejeitava as experimentações formais e estilísticas de influência europeia; opunha-se também o grupo baiano a uma ruptura total com o passado, reconhecendo a sua continuidade no presente. “Tradicionalismo”, porque se buscava na tradição as características culturais do país que possibilitassem a renovação da arte e a interação da terra com ela mesma; e, ao mesmo tempo, “dinâmico”, pois se considerava que as forças positivas tradicionais evoluiriam levando a cultura para um ponto de aprimoramento que a impelisse para o progresso.

Mesmo tendo escrito e publicado poemas considerados esteticamente renovadores, a vinculação de Godofredo Filho ao modernismo deu-se muito mais pelas suas relações com os intelectuais do movimento e pelas ideias trazidas, quando retornava das suas viagens em visita aos amigos do Sul, do que por conta da sua obra. Hélio Simões e Eurico Alves Boaventura testemunharam acerca da influência do poeta para a divulgação do modernismo na Bahia, chamando a atenção, contudo, para o fato de que ele não se engajou à *Arco & Flexa*:

A posição de Godofredo Filho nunca foi de compromisso total. Sua ligação com o modernismo era mais com o grupo do Sul, do que mesmo com o da Bahia. Apesar de ter sido fonte de informação sobre o momento no Brasil, nunca foi adesista de *Arco & Flexa*, embora tenha colaborado.⁸²

⁸⁰ Tradicionalismo dinâmico significava manter a tradição movimentando-a, agitando-a para não morrer ou ser apenas decorativa.

⁸¹ A revista *Arco & Flexa* foi criada em 1928 pelos escritores Pinto Aguiar, Eurico Alves, Carvalho Filho, Hélio Simões e Carlos Chiacchio.

⁸² SIMÕES, Hélio. Entrevista realizada no dia 15/01/73. In: ALVES, Ívia. *Arco & flexa. Op. Cit.* p. 123.

Godofredo Filho na época estava paralisado, tinha ido ao sul, tinha se influenciado lá com os renovadores, chegou a fazer um livro *Samba* (não publicado). Na revista ele não fazia propriamente parte, era como um convidado. No movimento literário da Bahia, era um rapaz de grande valor e talento.⁸³

Embora seja considerado o precursor do modernismo na Bahia, alguns estudiosos ressaltam que, por se apegar demasiadamente à forma (não exatamente no mesmo sentido que os modernistas paulistas entenderam a experimentação estética na sua amplitude), o poeta acabou seguindo por outros caminhos que não o modernista.

O intelectual Godofredo Filho

Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum movimento contra revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos, filhas e até sobrinhos e sobrinhas.

Edward W. Said, 2005

As relações de Godofredo Filho com os intelectuais modernistas levaram-no a ser nomeado, em 1937, diretor do 2º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Regional Bahia e Sergipe – cargo que lhe foi designado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor Geral da instituição.

A primeira tarefa de Godofredo Filho, no início da sua gestão, foi a de inventariar, classificar e catalogar obras e monumentos baianos e sergipanos, elaborando pareceres sobre esses bens, a fim de determinar aquilo que deveria ser tombado. Ficou ainda ao seu encargo organizar o 2º Distrito, dotando-o de recursos

⁸³BOAVENTURA, Eurico Alves. Entrevista realizada no dia 15/01/73. In: ALVES, Ívia. *Arco & flexa. Op. Cit.* p. 127.

humanos e materiais, dentre eles o da formação de uma biblioteca altamente especializada sobre o tema da preservação do patrimônio. Segundo Fernando Machado Leal, arquiteto que atuou como técnico ao lado de Godofredo Filho no escritório regional do SPHAN a partir de 1952, o trabalho era desmedido, as verbas eram escassas e a quantidade de monumentos era enorme. No entanto, Godofredo Filho fez um serviço considerável à frente do 2º Distrito, reconhecido, inclusive, por Rodrigo Melo Franco de Andrade que, em carta na qual agradece a correspondência do poeta a propósito da sua aposentadoria, declarou:

Rio, 19 de maio de 1967

Caro Godofredo,

Muito e muito obrigado pelas palavras de apreço e de amizade ontem recebidas com sua carta de 10 de maio e o cartão, a propósito de minha aposentadoria. Espero e desejo de todo coração que meu afastamento da repartição não interrompa nossa correspondência, nem diminua as possibilidades do nosso encontro.

Por mais que as renove calorosamente, nunca tenha conseguido exprimir-lhe meu reconhecimento à sua dedicada assistência e minha admiração pelo valor dos serviços prestados por você à causa do patrimônio de arte e de história da Bahia: as palavras ficaram sempre muito aquém do sentimento. Aos colaboradores que você soube escolher com tanto critério e capacidade de apreensão das qualidades e aptidões de cada um, peço-lhe que não deixe de reiterar meus agradecimentos.

Antes de terminar estas linhas, quero lhe falar ainda que me releve as rabugices e indelicadezas cometidas no decurso do nosso longo trabalho em comum. Penitencio-me deles terrivelmente, confiando em que você as tenha levado da falta de amadurecimento e circunspeção para o exercício da função.

Abraço muito e muito afetuoso do amigo velho e grande admirador.

Rodrigo M. F. de Andrade⁸⁴

⁸⁴ Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta a Godofredo Filho. Série Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade. In: *Arquivo Godofredo Filho*. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

Da leitura da correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho⁸⁵, pode-se ainda inferir, além do respeito do Diretor Geral do SPHAN dispensado ao seu subordinado pelo trabalho realizado na instituição, uma grande admiração por conta do amplo conhecimento de Godofredo Filho a respeito da arte, da história e da cultura da Cidade da Bahia, considerada por ele como o “[...] acervo mais rico do Barroco brasileiro [...]”⁸⁶ e por isso mesmo de fundamental importância para o Patrimônio nacional.

Foi, portanto, como Diretor do SPHAN, que Godofredo Filho alcançou o respeito e o reconhecimento que o colocariam como uma das vozes mais respeitadas na Bahia da época (anos 30 a 70), sobretudo quando o assunto se relacionava à preservação da memória cultural da cidade. Fernando Machado Leal afirmou:

A parte mais importante do que hoje conhecemos como Pelourinho, só foi tombada em 1959, constituindo o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo. Nessa área havia vários monumentos tombados, individualmente, portanto, protegidos pelo Decreto-lei 25, mas o casario, de modo geral, não estava sob a proteção legal.

Entretanto, a atuação de Godofredo Filho na defesa do patrimônio cultural da cidade fora de tal natureza que lhe granjeou prestígio e força que lhe permitiu atuar como se toda área fosse tombada. [...] Nada se fazia sem que o 2º Distrito fosse ouvido. Em 1984 essa área foi ampliada e o conjunto tombado sob a designação de Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico da Cidade de Salvador. Aí sim, ficou totalmente sob proteção legal. Em 1985 o Centro Histórico da Cidade de Salvador foi inscrito pela Unesco na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

⁸⁵ Foram encontradas 40 peças documentais referentes à Série Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade (entre cartas, cartões, telegramas, convites) todas por mim triadas, lidas e digitadas enquanto bolsista de Iniciação Científica.

⁸⁶ Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta a Godofredo Filho. Série Cartas de Rodrigo Mello Franco de Andrade. *Op. Cit.*

*Não fosse a ação de Godofredo Filho, certamente tal honraria não teria sido concedida, pois grande parte da área teria sido desfigurada.*⁸⁷

O trabalho no SPHAN conferiu a Godofredo Filho o papel de intelectual, na acepção moderna da palavra. Dessa forma, para uma leitura que se pretenda, como o presente estudo, avaliar a contribuição do intelectual Godofredo Filho para a formação das narrativas que identificam a Cidade da Bahia, é importante alguma informação preliminar acerca do papel do intelectual na modernidade.

Em um sentido geral, o termo intelectual designa uma categoria ou classe particular de indivíduos que se distingue socialmente pela instrução e pela competência. Este é o sentido predominante no uso corriqueiro da palavra e também nos dicionários. No *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o verbete é assim apresentado:

[Do lat. tard. *intellectuale*.]

Adj. 2 g. 1. Relativo ao intelecto; 2. Que possui dotes de espírito, de inteligência. S. 2 g. 3. Pessoa que tem gosto predominante ou inclinação pelas coisas do espírito, da inteligência.⁸⁸

Entretanto, o termo tem uso e função bem mais complexos desde o final do século XIX, quando ocorreu na França a intervenção do escritor Émile Zola no caso Dreyfus⁸⁹. Ao levantar a sua voz corajosamente contra um ato de injustiça militar,

⁸⁷ LEAL, Fernando Machado. Visionário da preservação. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004. p. 10 (grifo meu)

⁸⁸ HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio: Nova Fronteira. s/d. p. 774.

⁸⁹ Militar judeu do exército francês que foi acusado injustamente de ser o autor de uma carta oferecendo documentos militares aos alemães e condenado em 1894 como traidor, sofrendo a deportação para a Ilha do Diabo e a degradação militar. Zola, com a sua famosa carta ao Presidente da República, Félix Faure,

antissemita e de fervor nacionalista - num momento em que existia na França um movimento contra tudo o que fosse alemão⁹⁰ por parte do Estado, da igreja católica, dos militares e, até, de uma parcela da população - Zola colocou-se contra o *status quo* e falou em nome de uma minoria. Foi nesse contexto que se definiu o sentido moderno do termo e a função dos intelectuais, como professores, estudantes, artistas, escritores que, a partir do prestígio adquirido em seu próprio campo, intervinham no campo político e assinavam manifestos a favor daqueles injustiçados ou desprovidos de voz e poder de defesa. Augusto Santos Silva, em “Podemos dispensar os intelectuais?”, quando se refere à condição intelectual, tal como o fim do século XIX a estabeleceu, reconhece que “[...] o “*J'accuse*” constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural⁹¹.”

Tendo se dedicado durante toda a sua vida, como comprova o seu arquivo, ao que geralmente se entende por “coisas da inteligência e do espírito”, entre a história, a arte e a literatura, pesquisando, escrevendo, lecionando, Godofredo Filho foi, no sentido mais amplo, um intelectual. Também no sentido mais específico (relativo a um

intitulada *J'accuse!* (Eu acuso!), publicada no jornal literário *L'Aurore*, em 13 de Janeiro de 1898, defendendo Dreyfus, desencadeou uma série de manifestações, dividindo a França em dois partidos: os dreyfusards (aqueles que apoiavam Alfred Dreyfus) e os antidreyfusards (aqueles que estavam contra ele). Os mais diversos interesses coligaram-se a favor ou contra o acusado, fazendo dele uma bandeira de luta. De certa forma, estas divisões seguiam a linha de demarcação entre um segmento conservador conivente com o antisemitismo apoiando frequentemente o retorno à monarquia e clericalismo - ou seja, o envolvimento da Igreja Católica Romana na política pública -, e uma ala liberal apoiando a República, muitas vezes com sentimentos anticlericais.

⁹⁰ Durante a Guerra Franco Prussiana (19 de Julho de 1870 a 10 de Maio de 1871), a França perdeu a região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, por isso existia, entre estas duas nações poderosas da época, uma rivalidade muito grande. Foi essa rivalidade que dividiu os grandes países da Europa em dois blocos, a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e a Tríplice Entente (Inglaterra, Rússia e França), que mais tarde se enfrentariam na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

⁹¹ SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais?. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 39

posicionamento político e ideológico) o escritor foi um intelectual que atuou na Cidade da Bahia, sobretudo exercendo o cargo de Diretor do 2º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decerto que Godofredo Filho não foi um intelectual tal como Zola que contestou o *status quo*; ao contrário, a sua posição foi de alinhamento à política do Estado Novo. O homem do patrimônio, como era chamado, fez parte de um grupo de escritores modernistas funcionários públicos, que foi cooptado pelo governo de Getúlio Vargas para ajudar na modernização da nação brasileira, trabalhando em instituições culturais. O intuito da política varguista era modernizar a nação, considerando as suas características peculiares e, para tanto, foi promovida uma série de empreendimentos culturais com o objetivo de definir a autêntica brasilidade e de embarcar o país no “concerto das nações cultas”. Um dos projetos foi a criação do SPHAN, do qual Godofredo Filho fez parte desde a sua fundação, nele atuando durante 38 anos.

Fernando Machado Leal ratifica tal informação:

Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho foi um dos convocados para fazer parte do antigo SPHAN. Foi o primeiro nomeado, o do 2º Distrito, jurisdição Bahia e Sergipe, cargo que exerceu até 1974, quando foi atingido pela compulsória. Exercendo uma função que requer várias qualidades e conhecimentos, soube se impor e granjeou reputação merecida na área sob sua responsabilidade, o que foi reconhecido em todo país.⁹²

A direção do 2º Distrito do SPHAN, uma função estreitamente vinculada ao Estado Novo e à sua política cultural, colocou Godofredo Filho ao lado daqueles

⁹² LEAL, Fernando Machado. Visionário da preservação. In: *Jornal A tarde*. Op. cit. p. 10.

intelectuais que, de acordo com Silviano Santiago, em “O intelectual modernista revisitado”⁹³, foram privilegiados competidores no mercado de postos da República Nova e acabaram sendo peças indispensáveis na modernização social e cultural pregada pelo Estado interventor⁹⁴.

Um intelectual tradicional ou universal é como pode ser qualificado Godofredo Filho, se tomadas as definições de Antonio Gramsci e de Michel Foucault.

Gramsci, em *Cadernos do cárcere*⁹⁵, embora considere que todos os homens são intelectuais, também admite que nem todos exercem na sociedade esse papel, e conceitua diferentes tipos de intelectuais de acordo com as suas funções na organização social. Define o intelectual cosmopolita como aquele que está mais preocupado com questões exteriores às da sua realidade nacional; o orgânico como o responsável pela conexão histórica entre a teoria e a prática, encarregado do não distanciamento entre as massas e as formulações intelectuais; e, por último, o tradicional, como um humanista, autônomo em relação às outras classes e serviçal da classe dominante.

Já a compreensão foucaultiana de intelectual está estreitamente ligada às relações entre poder e saber. É importante salientar que em Foucault a concepção de poder afasta-se simplesmente da ideia de repressão e de lei e torna-se complexa, pois, ao mesmo tempo em que se refere ao controle e ao disciplinamento, pode, como gerador de

⁹³ Este ensaio analisa a participação dos escritores modernistas no projeto autoritário promovido por Getúlio Vargas para a modernização do Estado Nacional.

⁹⁴ SANTIAGO, Silviano. O intelectual modernista revisitado. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 193.

⁹⁵ Cf. GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

conhecimentos, apresentar aspectos emancipatórios, positivos. O filósofo francês, numa entrevista publicada sob o título *Verdade e Poder*⁹⁶, distingue dois tipos de intelectuais: o universal, representado pelo grande escritor, portador de significações e de valores, no qual todos podem se reconhecer; e o específico, que surge no momento em que não é mais possível trabalhar no universal, mas em setores determinados. Em seu próprio campo, o especialista (médico, sociólogo, físico, magistrado, etc.), por meio de intercâmbios e de articulações, pode interferir nas lutas políticas que lhe são contemporâneas.

A própria necessidade de arquivar sua travessia, tanto como poeta quanto como homem público representante do Patrimônio da Cidade da Bahia, aproxima Godofredo Filho dos intelectuais tradicional e universal, não somente por ele produzir discursos “verdadeiros”, legitimadores, mas por dominar (ou por tentar dominar) um dispositivo de saber: o arquivo.

Dando um pequeno salto, mas ainda discutindo a questão do intelectual, pode-se dizer que o rapaz que percorre as ruas da urbe vendendo cafezinho em um carrinho de madeira, o executivo que trabalha no Centro Administrativo, a baiana que vende acarajé em frente à Fundação Casa de Jorge Amado, a moça que todos os dias observa o sol nascer e se pôr no transporte coletivo durante o percurso que vai da sua casa para o trabalho e vice-versa, a criança que faz malabarismos no sinal de trânsito em busca de alguns trocados, o homem maltrapilho que vaga pelas ruas recolhendo latas, a mulher que olha a paisagem da janela do seu apartamento, todos esses, e tantos outros,

⁹⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: *A microfísica do saber*. São Paulo: Graal, 2003. p. 8.

escrevem o texto da cidade a partir dos seus movimentos, das suas vivências, e transformam essa grande página habitando-a, percorrendo-a, lendo-a, escrevendo-a e reescrevendo-a incessantemente, porque, como disse Barthes, na sua palestra “Semiologia e urbanismo”, “[...] falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a.”⁹⁷ No entanto, existem aqueles autores ou atores cujos textos estão em maior evidência, como é o caso dos escritores, dos artistas, dos intelectuais; aqueles que ordenam o universo simbólico da cidade organizando os seus materiais heteróclitos – os muitos textos dispersos – em teias discursivas que constituirão as ficções (na medida em que são sempre construções), legitimadas pelo poder hegemônico ou por outras instâncias de instituição de poder, como escolas, canais de tv, revistas, jornais etc.

Como Diretor do 2º Distrito do SPHAN, Godofredo Filho, sem dúvida, interferia no espaço público, utilizava o poder do seu discurso, escrevendo e publicando artigos nos principais jornais da cidade em defesa de uma causa (no caso a do patrimônio). No entanto, a sua intervenção era institucionalizada, ou seja, ele era um intelectual que servia à burocracia estatal. É o olhar deste intelectual que irei ler para (re)configurar as Bahias descritas por ele no seu arquivo.

⁹⁷ BARTHES, Roland. *Semiologia e urbanismo*. In: *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 224.

As Bahias de Godofredo Filho

*Ninguém conhece melhor a Bahia, os seus templos, os seus santos, os seus artistas,
as suas tradições, as suas vias mais escusas, os seus pitéus e os seus pecados...
Gregório de Mattos, o que celebrava justamente esses pecados, e, com as suas
alternativas de misticismos e de mundanidade, Junqueira Freire encontram-se,
decerto, nesse poeta moderno da Bahia... Godofredo Filho conjuga enfim os
antagonismos do ambiente peculiar de nossa terra. É um poeta barroco, dominado
a um só tempo pelo sentimento da vida e da morte.*

Eugênio Gomes, 1954

No arquivo, a(s) cidade(s)

As reflexões que vou apresentar-lhes são reflexões de amador, no sentido etimológico da palavra: amador de signos, aquele que ama os signos, amador de cidades, aquele que ama a cidade. Pois eu amo a cidade e os signos.

Roland Barthes, 1967

Tomei emprestadas as palavras de Roland Barthes para iniciar esse capítulo historicizando o meu desejo de ler o texto da(s) cidade(s).

A cidade sempre exerceu sobre mim um fascínio. Quando menina – morando num sítio em Lagarto, interior de Sergipe – ficava deslumbrada olhando imagens de grandes metrópoles nas revistas que, eventualmente, chegavam às minhas mãos, nos filmes, nos livros e nos noticiários de tv.

“São Paulo! comoção da minha vida...”⁹⁸, escreveu Mário de Andrade, e a mim comoviam Nova York, Londres, Tóquio, Moscou, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e tantas outras. Seus edifícios, seus letreiros luminosos, seus viadutos, seus túneis, suas favelas, a diversidade de habitantes: o caos. E eu, então, colecionava imagens “das minhas cidades” e construía o meu arquivo. Quando vim morar em Salvador e ingressei no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, fui apresentada ao acervo do escritor baiano Godofredo Filho, o qual escreveu, colecionou e arquivou – durante grande parte da sua vida – documentos referentes à Cidade da Bahia (era assim mesmo que ele a chamava, como todos naquela época), construindo dentro do seu acervo uma cartografia simbólica dessa cidade.

⁹⁸ ANDRADE, Mário de. Inspiração. In: *Melhores poemas*. Seleção de Gilda Mello e Souza. 5 ed. São Paulo: Global, 2000. p. 19.

Foi, então, percorrendo os caminhos do arquivo organizado pelo escritor, que me deparei com a possibilidade de agrupar, por afinidade ou convergência dos escritos, algumas representações de Salvador. A partir de designações retiradas dos seus próprios poemas e crônicas, fiz associações textuais, cronológicas, simbólicas, e assim cheguei às três Bahias de Godofredo Filho aqui apresentadas (sempre mediadas pelo meu olhar amador): a *cidade museu*, a *cidade moderna*, a *cidade negra*. É importante salientar que estas cidades não são estanques, elas se interpenetram: nas ruas, nos becos, nas ladeiras, nas favelas, nos casarões, nos monumentos, nas cores, nos sabores, nas vozes, nas gentes da cidade estão todas as Bahias de Todos os Santos do Brasil.

A cidade museu

O museu, é verdade, sempre teve funções legitimadoras e ainda as tem.

Andréas Hyussen, 1996

Em 1923, quando fervilhavam na Cidade da Bahia os debates sobre a derrubada ou não da Catedral da Sé, Godofredo Filho escreveu o poema “Gostosura”, evocando a singularidade da cidade pelo seu casario colonial, pelas torres da igreja e destacando-lhe a trajetória histórica. Eis a *cidade museu*, caracterizada por seu passado monumental que urgia ser preservado:

Sé
 velha Sé
 corujões da Sé
 cura da Sé
 e a sábia torrinha decepada pro magistral equilíbrio do presepe do
 Sr. Tomé

gente que foi

gente que não foi
 e o poema da morte florindo lajes brancas
 eloquência da morte
 morte
 morte
 governadores ouvidores coronéis da Guarda Nacional

corujões da Sé
 sábia torrinha a filha do cônego Miranda

D. Pedro Sardinha na boca rosada da selvicolagem braba
 D. Fulano dos Anzóis Carapuça bispo que foi etc. e tal e Cia
 civilizadinho

ó suntuosidade da morte
 morte suntuosidade fria da morte
 naves da Sé
 meus sete pecados
 meus pecados sem conta
 Santa Terezinha não quer a Sé

ó minhas orações humildes
 e a torrinha decepada⁹⁹

A centenária igreja é a metáfora para se pensar a cidade museu de Godofredo Filho. Sua cura, suas torres, sua nave guardavam na memória a vida das gentes que por ali passaram, e a morte.

Morte à igreja! Morte à tradição! Gritavam eloquentemente aqueles que queriam o progresso, os detratores do “peso morto do passado”. Mas matar (demolir) a igreja significava apagar uma parte da história cultural da cidade, aniquilar um saber institucionalizado, e é claro que a “cidade letrada”, os intelectuais, se colocariam contra essa morte, gritando, do outro lado: morte aos progressistas! Morte à selvicolagem braba que, desta vez, não queria devorar em ritual antropofágico o Bispo Sardinha, mas dizimar a tradição cultural da cidade.

⁹⁹ GODOFREDO FILHO. Gostosura. In: *Irmã poesia. Op. Cit.* p. 61-62.



Igreja da Sé da Bahia, aquarela de Diógenes Rebouças, 1977.

A noção de museu que trago para pensar a configuração da *cidade museica* de Godofredo Filho diz de uma imagem conservadora elitista, bastião da tradição de alta cultura, condizente com a personalidade do poeta. No ensaio “Escapando da amnésia”, Andréas Huyssen, ao falar de como o museu conservador da tradição dá espaço ao museu da cultura de massa, enfatiza a importância desse lugar enquanto paradigma chave das atividades culturais contemporâneas:

Pensando na restauração historicizante dos velhos centros urbanos, de cidades e cenários históricos, na onda dos antiquários, na moda retrô, na onda de nostalgia, na obsessiva auto-musealização [...] o museu realmente não será mais visto como a única instituição com fronteiras estáveis e bem definidas.¹⁰⁰

Passa-se a compreender que uma outra forma de afeto relacionada aos museus parece “[...] ocupar espaços maiores da cultura e da experiência cotidiana.”¹⁰¹ Em contraposição ao pensamento contemporâneo de Huyssen, em Godofredo Filho a ideia de um templo com musas não foi enterrada. O desejo de conservação da Igreja da Sé diz também de uma vontade de conservar o passado monumental e assim edificar a cidade museica – lugar onde se coleciona, conserva e salvaguarda tudo o que foi lançado aos estragos da modernização.

Segundo Andréas Huyssen, “[...] a modernidade é impensável sem um projeto museico”¹⁰², porque a queda de valores tradicionais, combinada com um desejo profundo pela sua (re)construção, foi o que delineou a criação dos museus modernos.

¹⁰⁰ HUYSEN, Andréas. Escapando da amnésia. In: *Memórias do modernismo*. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 223.

¹⁰¹ *Ibidem*. p. 224.

¹⁰² *Idem. Ibidem*.

Para se pensar no gesto de preservação da tradição nas imagens colocadas em movimento por Godofredo Filho, não podemos esquecer que o museu, assim como a descoberta da história, é um efeito direto da modernização e não um investimento à sua margem. Historicizar esse efeito é o movimento que me disponho a fazer para caminharmos em direção à *cidade museu* de Godofredo Filho.

A primeira metade do século XX foi um período de muita movimentação no mundo Ocidental, sobretudo na Europa e nos EUA, onde a chamada Segunda Revolução Industrial desencadeou mudanças nas mais variadas dimensões da *praxis* humana, com a supervalorização do progresso e da máquina. Foi o tempo das guerras mundiais, da bomba atômica, dos automóveis produzidos em série pela Ford, do antibiótico, da comida enlatada, do petróleo, da escova de dentes, do rádio, do telefone, da máquina de escrever, da anestesia, do leite pausterizado, do cinema, da geladeira, do avião. Todas essas novidades alteraram radicalmente a forma de viver e de sentir o mundo do homem moderno e, conseqüentemente, o cotidiano das grandes cidades, cada vez mais urbanizadas.

Duas cidades europeias - Paris e Londres - experimentaram, desde o final do século XIX, um extraordinário processo de modernização, cujas reformas em prol do embelezamento, do saneamento, da racionalidade espacial alargaram as suas ruas, construíram avenidas de vale, boulevares e as transformaram em modelos para as outras cidades do ocidente. Especialmente Paris, com as famosas reformas de Georges Eugène Haussman¹⁰³, barão e prefeito da capital francesa, tornou-se paradigma da

¹⁰³ A gestão de Haussmann na prefeitura de Paris durou 17 anos, de 1853-1870.

metrópole moderna; cidade metáfora e metonímia da modernidade; cidade luz que deveria ser imitada por aquelas urbes que se quisessem modernas.

Para acompanhar o movimento desenvolvimentista Ocidental, modernizar as cidades brasileiras tornou-se condição *sine qua non* que possibilitaria o ingresso do país no “curso evolutivo da civilização”, ou, ainda, no “concerto das nações modernas”, tal como pretendiam aqueles que eram defensores do progresso. Na primeira década do século XX, o Rio de Janeiro, então capital do país e tida como o seu cartão postal e de visita por conta da beleza natural exuberante, foi a primeira cidade a entrar na onda modernizadora. Embora fosse a capital federal, o centro cosmopolita, político e financeiro e tivesse o maior contingente populacional e consumidor do país, o Rio de Janeiro ainda mantinha as feições de uma cidade colonial e – atravessada por um crescimento progressivo e anárquico – necessitava de uma remodelação ordenadora para que pudesse oferecer melhor qualidade de vida à população e, desse modo, “[...] encenar a ordem e o progresso civilizatórios [...]”¹⁰⁴, conforme escreveu Renato Cordeiro Gomes, em “A cena e a obscena de uma cidade, dita maravilhosa”.

O jovem Francisco Pereira Passos, quando da sua estadia em Paris, a partir de 1857, aperfeiçoando-se como engenheiro na *École des Ponts et Chaussées*, presenciou de perto as intervenções bem sucedidas do Barão de Haussmann na capital francesa e, ao se tornar prefeito do Rio de Janeiro, entre 1902 a 1906, promoveu uma série de “melhoramentos” na cidade, com o intuito de torná-la aprazível, moderna, uma *Paris-sur-mer*. Para tanto, pavimentou ruas, construiu calçadas, criou avenidas, asfaltou

¹⁰⁴ GOMES, Renato Cordeiro. A cena e a obscena de uma cidade, dita maravilhosa. In: *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 105.

estradas, embelezou praças e largos etc. Mas também apagou alguns ícones do passado, identificados com o atraso, demolindo antigos casarões do centro da cidade para a construção da Avenida Central; derrubando o Convento D’Ajuda para a edificação do Hotel Americano, que nunca chegou a ser erguido; colocando abaixo o Morro do Castelo para a construção de aterros e expansão da cidade. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, “[...] o conjunto das intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu também penetrar fundo nas sociabilidades e nos valores do povo.”¹⁰⁵ Em vista disso, o projeto para a modernização da urbe carioca demoliu cortiços e afastou a população pobre do seu centro; proibiu alguns hábitos e costumes populares que pudessem macular a sua imagem civilizada: cães, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó foram impedidos de circular livremente. Lê-se, em alguns escritores da época, as ambiguidades dessas intervenções realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Lima Barreto, por exemplo, embora experimentasse certo fascínio pelos espaços novos construídos, como a Rua do Ouvidor e a Avenida Central, locais nos quais muitos dos seus personagens passearam, também denunciou as mazelas resultantes da metamorfose da vida carioca a caminho de um cosmopolitismo identificado com o modelo parisiense. As favelas, em acelerada formação, são descritas por esse escritor como um contraponto ao progresso:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. [...] Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas corroas, nos morros, que as árvores e os bambuzais escondem aos olhos dos transeuntes.

¹⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio de Janeiro: uma cidade no espelho (1890-1910). In: *O imaginário da cidade*. 2º ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. p. 176.

Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda esta população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.¹⁰⁶

O Rio de Janeiro, flagrado por Lima Barreto, transformava-se, embelezava-se conforme os padrões estéticos importados, contudo, a maioria da sua população, composta pelos pobres, era excluída daquela cidadania requintada, e habitava as favelas. Era esse o contraponto ao fausto renovador, o reverso da medalha.

Como numa dança concêntrica, esses ecos transgeográficos se faziam ouvir na Cidade da Bahia que, por sua vez, não ficou imune à ideologia moderna de progresso e a este processo de modernização urbana. Tomando o Rio de Janeiro como modelo, o governador J.J. Seabra comandou, na segunda década do século XX, uma série de reformas na cidade, com o objetivo de modernizá-la. Segundo Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes, em “Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna”, a presença de um mercado estrangeiro (devido à grande exportação do cacau¹⁰⁷), a irrupção da massa urbana e a necessidade do governo de gerir a cidade, que crescia desordenadamente, tornaram urgentes algumas medidas com o intuito de garantir a fluidez do comércio internacional, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de uma

¹⁰⁶ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ática, 1988. p. 73.

¹⁰⁷ O estado era o maior importador do produto desde 1905. Cf. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna. In: *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. p. 56.

imagem de cidade limpa, moderna e bela. Nesse sentido, os argumentos determinantes das intervenções seabristas foram “a salubridade, a fluidez e a estética”¹⁰⁸.

Os benefícios para a população objetivados pelo projeto de Seabra eram notórios, contudo, no cerne dessas transformações assistiu-se, conforme aconteceu no Rio de Janeiro, a um processo de afastamento da população de baixa renda das áreas visíveis da cidade e à demolição de algumas construções do passado. Muitos dos casarios, prédios e igrejas da cidade colonial foram “botados abaixo” em nome de uma modernização que pretendia substituir a cidade antiga por uma nova. De 1912 a 1932, valendo-se do argumento do desembaraço da linha do bonde, que então se implantava na Bahia com o intuito de tornar o transporte de pessoas mais fluido e econômico, desencadeou-se na capital baiana uma polêmica sobre a demolição da Catedral da Sé, a segunda mais antiga igreja da urbe construída por Tomé de Souza¹⁰⁹, e cuja edificação remontava à construção mesma da cidade. A velha Sé que, segundo Godofredo Filho, encontrava a eloquência da morte:

A sábia torrinha decepada
[...]
Morte
Suntosidade fria da morte

A polêmica da derrubada da Sé evidenciava duas visões paradoxais da modernidade: uma progressista, que defendia o progresso a todo e qualquer custo; e a

¹⁰⁸ Salubridade, no sentido de melhorar as condições higiênicas da cidade e as condições de saúde dos seus habitantes. Fluidez, pois era necessário ampliar as possibilidades de deslocamentos rápidos e baratos pela sua população. Estética, objetivando torná-la uma cidade bonita, “branca” e europeizada. Cf. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e História. Op. Cit.* p. 63.

¹⁰⁹ A primeira foi a de Nossa Senhora da Ajuda.

outra, conservadora, que buscava resguardar marcas do passado monumental consideradas fundamentais para a edificação do corpo da história. No centro da controvérsia estava em jogo, segundo os autores de “Bahia: colonização e culturas”, “[...] o valor principal do imaginário baiano, a sua diferença instituída e cultivada – a memória e a proeminência da metrópole colonial, materializadas no volume pesado, degradado pelo tempo, da velha Sé da Bahia.”¹¹⁰ Demolir o templo significava, então, abrir mão de uma parte da história da cidade, aquela ligada à colonização portuguesa. As duas forças – a progressista e a conservadora – enfrentavam-se nessa contenda. A primeira, favorável à demolição, era formada por: a administração pública, que pretendia modernizar a cidade; a burocracia da igreja católica, preocupada em definir o valor material do bem e o seu ressarcimento; a Companhia Circular de Carris da Bahia, que visava um trajeto econômico e eficaz para os seus bondes e que por isso mesmo estava disposta a pagar os altos custos da derrubada da Sé; os defensores do progresso, entre os quais se incluía aquela parcela da população que sonhava com a melhoria da qualidade de vida urbana, numa cidade cujos bens públicos sofriam do descaso há quase quatro séculos. Do outro lado estavam os intelectuais e artistas baianos defendendo a preservação da história cultural da cidade. Entre estes intelectuais encontrava-se o escritor Godofredo Filho, que defendia com o seu “Gostosura” a velha igreja da Bahia.

Não é pelo valor arquitetônico que o poeta lamentava a eminente morte (demolição) da igreja construída por Tomé de Souza. A importância da preservação se

¹¹⁰ ALVES, L. A.; BACELAR J.; CUNHA, E. L. Bahia, colonization and cultures. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America*. Op. Cit. p. 559.

dava antes pela história que ela guardava, pelas gentes e pelas mortes que por ali passaram, ou seja, ele buscava a preservação não pela funcionalidade, mas pelo valor histórico.

gente que foi
 gente que não foi
 e o poema da morte florindo lajes brancas
 eloquência da morte
 morte
 morte

Em tom de ironia o poeta critica o corte na memória da cidade em nome da racionalidade moderna: “e a sábia torrinhã decepada pro magistral equilíbrio do presepe do Sr. Tomé”. Resta-nos indagar que Tomé é esse, se Tomé de Souza, o fundador da cidade do Salvador, ou o Arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva, dignitário da Igreja que, segundo Fernando da Rocha Peres, no seu livro *Memória da Sé*¹¹¹, foi indiferente ao significado histórico e artístico dos imóveis da Arquidiocese. O pesquisador esclarece que essa demolição foi bastante compensadora para os cofres da instituição religiosa, tendo essa recebido cerca de 300\$000 por metro quadrado destruído.

Além da igreja propriamente dita, o projeto de Seabra pretendia demolir (e demoliu) toda a área ao seu redor, a chamada “freguesia da Sé”, fundada pelo Bispo Sardinha, ao que consta devorado pelos índios na segunda metade do século XVI: “D. Pedro Sardinha na boca rosada da selvicolagem braba”. O poeta encerra o poema

¹¹¹ Este livro documenta a polêmica da derrubada da Catedral da Sé. Cf. PERES, Fernando da Rocha. *Memórias da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo do Estado, 1999.

exaltando as naves da Sé (*a cidade museu*), conhecedora dos seus pecados sem conta e declarando serem inúteis as suas orações humildes, uma vez que a Arquidiocese mostrou-se indiferente às manifestações pela preservação da igreja, mesmo o impasse tendo durado de 1912 a 1933, exatos onze anos.

ó suntuosidade da morte
 morte suntuosidade fria da morte
 naves da Sé
 meus sete pecados
 meus pecados sem conta
 Santa Terezinha não quer a Sé

ó minhas orações humildes
 e a torrinha decepada

Cinquenta e quatro anos depois, em texto escrito em 1977 sobre a velha igreja para ilustrar uma pintura de Diógenes Rebouças, Godofredo destacou uma vez mais o valor histórico da catedral:

Nascida em 1551 ou 1552, aumentada, fortalecida, enriquecida e embelezada durante quase quatro séculos, por sucessivas benemerências dos Reis de Portugal, de Vice-Reis do Brasil, de Governadores e Capitães Gerais da Bahia, de Prelados e doadores, a Sé Primacial teve sua demolição começada em 7 de Agosto de 1933 e concluída poucos meses depois. A demora seria em levantar pedra sobre pedra; não se arrastou no tempo o derribá-las. Para satisfazer a ignorância de muitos e a cupidez de alguns, destruiu-se o mais importante monumento religioso do país, do ponto de vista artístico menos do que histórico...¹¹²

Esta relativização do “valor artístico” da edificação antiga pode ser lida em consonância com a forma “moderna” do poema, e é um extraordinário exemplo da

¹¹² GODOFREDO FILHO. Sé primacial. In: REBOUÇAS, Diógenes. *São Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX*. 2ª ed. Salvador: Odebrecht, 1996. p. 68.

perspectiva modernista que, no Brasil, buscou o conhecimento e a preservação da memória cultural brasileira.

O modernismo foi um ímpeto artístico e literário surgido na Europa em meio às mudanças do início do século XX. Os artistas modernos pregavam a ruptura e a desvinculação com o passado. Por conta disso, verificou-se, naquele momento, um impressionante confronto entre o novo e tudo aquilo que representava a tradição. Vanguarda (do francês *avant-gard*, "o que marcha à frente") foi o nome dado às novas correntes artísticas que se alastraram pelo ocidente: o Futurismo, o Cubismo, o Dadaísmo, o Expressionismo, o Surrealismo. No Brasil o movimento moderno teve as suas peculiaridades. Em ensaio intitulado "A permanência do discurso da tradição no modernismo", Silviano Santiago salienta que o passado pátrio "[...] foi ativado pelos primeiros modernistas, e logo no início do movimento"¹¹³. Segundo o crítico, quando, em 1924, com a viagem a Minas Gerais ciceroneando Blaser Cendrars, os modernistas paulistas da Semana de 22 entraram em contato com o passado barroco mineiro, eles perceberam a necessidade de que fossem feitas pesquisas com o objetivo de se definir o autêntico elemento nacional. Esse legítimo elemento nacional, ou brasilidade, era buscado tanto na vertente popular da cultura, através dos estudos de expressões populares não valorizadas da tradição oral¹¹⁴, quanto na vertente mais erudita, através da institucionalização do patrimônio.

¹¹³ SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 110.

¹¹⁴ Mário de Andrade viajou ao Nordeste e a Amazônia, em 1927, e, de novo, em 1941, à região Norte em busca dessas expressões populares não valorizadas.

Em terras baianas, os primeiros acordes do modernismo chegaram somente em 1927, com a publicação de *Poema de Ouro Preto*, de Godofredo Filho e *Moema*, de Eugênio Gomes. Em 1928 foi lançada a *Revista Arco & Flexa*, que pretendia sintonizar a Bahia com a renovação cultural que eclodira em 1922. Com o ensaio-manifesto “Tradicionalismo dinâmico”, Carlos Chiacchio, líder do grupo, procurou estabelecer um diálogo entre a Bahia conservadora e os novos projetos de renovação literária que chegavam do sul.

Foi nesse contexto paradoxal entre modernização e conservação da tradição que Godofredo Filho configurou a sua *cidade museu*, repositório da história baiana e brasileira. A Igreja da Sé representava uma materialidade dessa história, uma inscrição que, para o poeta, deveria ser conservada.

O relevo da memória como característica singular da Cidade da Bahia foi mais uma vez enfatizado por Godofredo Filho na palestra “A DPHAN e a preservação do aspecto tradicional da Bahia”, proferida no Rotary Club, em 1955:

Por esta tradição, somente por ela, meus prezados rotarianos, é que a Bahia vale e é lembrada no resto do país e pelos estrangeiros ilustres que a visitaram [...] não se acabe, nem se mutile o caráter de uma cidade como a nossa, cuja força maior reside ainda no que foi, ou no que é e será, tanto mais, quanto mais extraordinária e viva sua tradição, o amor de sua beleza passada.¹¹⁵

O passado e a tradição deveriam ser resguardados, segundo o autor, para servirem de lição às gerações presentes e futuras:

¹¹⁵ GODOFREDO FILHO. A DPHA e a preservação do aspecto tradicional da Bahia. In: *Diário de Notícias*. Salvador, 27 de janeiro de 1955.

Compreendereis que, sem passado dignificado, a servir de nobre lição e incentivo ao presente, não pode subsistir país que se preze de civilizado.¹¹⁶

Godofredo Filho atribuía à memória um alto valor pedagógico. Podemos avaliar esse posicionamento recorrendo a Friedrich Nietzsche, na sua *Segunda consideração intempestiva*, quando escreve sobre a história monumental que, segundo ele, busca nos fatos grandiosos da história pretérita os exemplos ou a modelagem para se construir o presente e o futuro. O filósofo alemão esclarece, contudo, que o passado mítico não passa de uma eleição poética e eis aí o perigo de prender-se somente a ele porque este obscurece os outros passados, as outras histórias:

[...] enquanto o passado precisar ser descrito como digno de imitação, como imitável e como possível uma segunda vez, aquela alma estará em todo o caso correndo o risco de se tornar algo distorcido, embelezado e, com isto, próximo da livre invenção poética.¹¹⁷

As lições do passado, para Godofredo Filho, eram definitivas para o andamento do processo civilizatório no qual os elementos culturais concretos ou abstratos de uma sociedade (conhecimentos, técnicas, bens e realizações materiais, valores, costumes, gostos etc.) eram coletiva ou individualmente elaborados, desenvolvidos e aprimorados. No artigo “A dança das estátuas”, o escritor compara a Cidade da Bahia a Atenas, considerada como “o berço da civilização ocidental”:

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2003. p. 22.

Cícero (De Finib. , I.5), louvando Atenas, nos dizia que era tão rica em monumentos, que, por ela não daríamos um passo sem marchar sobre a história, porque, ali, as praças públicas, os teatros, os templos, as obras primas da escultura e da cultura lembravam aos atenienses as ações e as virtudes de seus antepassados. Da Bahia, bem que se poderia dizer o mesmo, se, ao que nos legou o passado até os fins do século XIX, outras obras fossem acrescentadas¹¹⁸.

O fato de a Bahia ter sido a primeira cidade fundada pelos portugueses no Brasil coloca-a – numa perspectiva platônica de concepção do mundo – como lugar de origem da civilização brasileira, assim como a capital grega é o mito fundamental da civilização do ocidente. Godofredo Filho parecia estar de acordo com esse pensamento, no entanto, para ele, apenas os monumentos, os edifícios, as inscrições concebidas até o século XIX constituíam a monumentalidade da cidade baiana.

A antropóloga Mariza Veloso Motta Santos, na tese de doutoramento “*O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil*”¹¹⁹, evidencia a presença de um grupo modernista¹²⁰ como o principal articulador da trama discursiva em torno das

¹¹⁸ GODOFREDO FILHO. A dança das estátuas. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 23 de outubro de 1960.

¹¹⁹ A tese analisa, como o próprio título já indica, o surgimento da noção de patrimônio e das práticas sociais consolidadas a partir desta ideia no período compreendido entre 1920 e 1970 no Brasil. Cf. SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

¹²⁰ A estudiosa denomina este grupo de “Academia SPHAN” ou “grupo do patrimônio”, uma vez que seus membros, ou pertenciam à instituição ou a freqüentavam e formavam um grupo maior, bastante integrado, porque compartilhavam um conjunto de ideias sobre a preservação da memória cultural brasileira. Alguns dos membros desse grupo, listados pela estudiosa, são: o próprio líder Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freire, Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Afonso Arinos de Melo Franco e Abgard Renault, Emílio Moura, Ascânio Lopes, Martins Almeida, Moraes Neto, Sergio Buarque de Hollanda, Manoel Bandeira, Heloisa Alberto Torres, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Portinari. Embora o nome de Godofredo Filho não apareça no seu trabalho, Mariza Veloso Motta Santos fala daqueles que trabalhavam no Nordeste em prol do Patrimônio. Segundo a autora, o traço comum que unia a todos era sua autorepresentação como agentes da consciência e do discurso, o que sem dúvida estava relacionado com a posição que ocupavam na sociedade e, sobretudo, com a própria rede discursiva que os mesmos construíam a respeito da sociedade brasileira e do contexto cultural de seu tempo.

ideias de patrimônio e nação. Esse grupo se formou em volta de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando estes foram chamados a colaborar com o projeto político e ideológico estadonovista que pretendia implantar a modernização do Estado Nacional, tendo como pressuposto que, para tanto, em primeiro lugar era necessário estabelecer o que constituía a nação brasileira, ou seja, o que definia o elemento nacional.

A partir de um projeto gestado por Mário de Andrade, retocado e finalizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e que se tornou Anteprojeto de Lei pelas mãos do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que objetivava a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Segundo Mariza Mota Santos, “[...] o discurso sobre o patrimônio é um discurso de celebração, de invenção da nação através da identificação de valores tradicionais – estéticos e históricos.”¹²¹ Nesse sentido, a “missão” dos intelectuais modernistas do SPHAN consistia em reconhecer a face da nação, desvendá-la através de suas manifestações artísticas e históricas compreendidas enquanto conjunto de bens designados como patrimônio. Essa “missão” implicava também na produção de um discurso, expresso através de relatos, pesquisas, fatos, pareceres e tombamentos. É importante refletir que o patrimônio a ser preservado era definido pelos próprios dirigentes do SPHAN, cujo poder era ultracentralizado, como toda administração do Estado Novo. Em muitos casos, assistia-se ao tombamento e à patrimonialização do passado colonial, escravista, católico e europeizado como signo

¹²¹ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo. Op. Cit.* p. 24.

material da nacionalidade enquanto outros signos divergentes da perspectiva hegemônica eram desconsiderados.

Por trinta e oito anos Godofredo Filho foi representante do SPHAN, porquanto, quando este intelectual descreve a cidade da Bahia, sua fala está em consonância com os ideais de preservação da memória cultural que caracterizavam a Instituição. Ainda no texto “A DPHAN e a preservação do aspecto tradicional da Bahia”, Godofredo Filho ressaltou que esta cidade valia ser lembrada pela sua própria história e mostrou a sua indignação diante do arrefecimento das tradições:

Mas, infelizmente, essa tradição vai morrendo ante a ignorância, indiferença ou hostilidade das novas gerações e, até, dos poderes públicos que a deviam cultivar, aprimorar, defender e propagar. Não é triste, por exemplo, para não dizermos humilhante e degradante para nossos foros de civilização, que a Noite dos Reis da Lapinha, se transformasse em grito de carnaval¹²².

A morte da tradição acarretaria, para o intelectual (que parecia confundir o valor da memória com certo passadismo), a morte da civilização. O caráter grandiloquente da sua narrativa buscava, nas forças positivas da história monumental, uma continuidade das características culturais da cidade. Nietzsche, ao argumentar acerca das utilidades e desvantagens da história para a vida, chamou a atenção para a importância dessa história de glória:

Através de que se mostra útil para o homem do presente a consideração monumental do passado, a ocupação com o que há de clássico e de raro nos tempos mais antigos? Ele deduz daí que a grandeza, que já existiu, foi, em todo o caso, possível uma vez, e por isto mesmo, com certeza,

¹²² GODOFREDO FILHO. A DPHAN e a preservação do aspecto tradicional da Bahia. *Op. Cit.*

será algum dia possível novamente; ele segue com coragem o seu caminho, pois agora se suprimiu do seu horizonte a dúvida que o acometia em horas de fraqueza, a de que ele estivesse talvez querendo o impossível.¹²³

No pensamento histórico monumental existe o perigo de se apegar demais às grandezas passadas, a ponto de se reprimir outras dimensões, menos gloriosas. No caso do Brasil e da Bahia, por exemplo, a grandeza pretérita tem marcas cruéis, tais como a experiência colonial e o escravismo. Enaltecer a *cidade museu* é valorizar a sua memória cultural, a sua história, mas é também exaltar um passado colonial escravocrata que trouxe no seu bojo a barbárie, a violenta imposição de uma cultura, de uma língua, de uma história, de uma sociedade sobre outras. Exaltar a *cidade museu* é, ainda, omitir a resistência dos “dominados” a essa violência e silenciar as suas histórias, também gloriosas, como é o caso da resistência negra à escravatura que, de acordo com Antonio Risério, acontecia no interior das relações mais cotidianas, denominadas por ele de “pequenas sedições do cotidiano”¹²⁴, as quais resultavam em insubordinações contra as determinações do regime escravocrata. Nietzsche, na obra já referida, escreveu sobre a necessidade do homem de se ligar ao passado monumental “[...] para os fins da vida, e,

¹²³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Op. Cit. p.20.

¹²⁴ Alguns exemplos dessas pequenas sedições do cotidiano, de acordo com Risério, são: as mentiras dos escravos que levavam os senhores ao erro; o fingimento de enfermidades, de dores que os tiravam do serviço; o envenenamento dos senhores (no romance *Viva o povo brasileiro*, por exemplo, a escrava Merinha envenena, lenta e impiedosamente, o barão de Pirapuama); a demora dos escravos em executar os trabalhos; na execução mal feita dos trabalhos, ou sabotagem; também na execução bem feita do trabalho que fazia com que o escravo escapasse um pouco da vigilância do poder senhorial; os furtos que representavam, no dizer de Risério, “um ato de vontade” daquele que não possuía nem vida própria; o aborto voluntário impedindo o crescimento da mão-de-obra escrava; o suicídio (em *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freire se refere aos escravos que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens de mantiqueiros, mas o suicídio em Freire não foi lido como resistência e sim como resultado do banzo) etc. Cf. RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Salvador: Omar G., 2002. p. 122-123.

sob o domínio e condução suprema destes fins.”¹²⁵ No caso dos negros, apegar-se a esse passado de resistência significa validar a sua própria história de glória, brutalmente omitida pela historiografia oficial e recalcada na *cidade museu* godofrediana.

A *cidade museu* de Godofredo Filho é também uma *cidade barroca*. No Brasil, o modernismo propiciou a valorização intensa de todas as formas de expressão consideradas tradicionais, que pudessem dar singularidade à história e à cultura nacionais. Dentro dessa perspectiva, particularmente, será destacado o Barroco. De acordo com Mariza Veloso Motta Santos “[...] o barroco é redescoberto e valorizado porque nele a arte e a história ganham dimensão eminentemente coletiva, constituindo-se, assim, em paradigma da construção da ideia de nação enquanto civilização.”¹²⁶ A isso se pode acrescentar que o alto valor do Barroco decorre também do fato de que a suas construções brasileiras, verbais, pictóricas ou arquitetônicas, deixam entrever as marcas da mestiçagem, da realização singular de uma modelagem estética europeia, no Brasil colonial e tropical onde trabalhavam as mãos negras e mestiças.

No texto “O mundo trágico da talha baiana”, publicado no *Diário de notícias*, em 07 de agosto de 1959, Godofredo Filho manifesta a sua visão sobre a importância do barroco e da sua permanência na arquitetura baiana. Segundo ele, o barroco combina com a natureza apaixonada, mística e sensual da terra:

Nenhum dos grandes documentos arquitetônicos entre nós, deixou, internamente, de perseguir a volúpia das curvas e de se inspirar na linha barroca, que, por seu movimento e calidez, esteve fadada a se perpetuar. [...] E, pelo conteúdo espiritual revelado com vitalidade e

¹²⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Op. Cit. p. 23.

¹²⁶ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo*. Op. Cit. p. 44.

tumulto, uma pedagogia segura dos seus resultados nas almas trabalhou o processo barroco. Como singularmente eficaz na educação dos columins e no apelo ao coração ingênuo dos selvagens¹²⁷.

O escritor chama atenção para o caráter pedagógico do barroco que, por condensar as tensões entre espiritualidade e mundanidade, cosmopolitismo e localismo, foi eficaz na educação/catequização dos nativos.

Venceria, entre nós, o barroco, porque foi emoção, a “desordem e a anarquia”, o delírio tão malsinado em outras terras, aqui foram naturais, como veículos da melhor expressão ou, quiçá, como reflexo da eterna luta que todas as almas cristãs conhecem, dessa “agonia” perene que é a prova iniludível de que nossa vida terrena aspira a uma eternidade que desconhece, mas acredita e sabe real.¹²⁸

O barroco é uma referência histórica para muitos modernistas, um emblema da nação, matriz fundadora, mitológica. Representa simbolicamente a origem, uma origem na qual está inserido o hibridismo cultural que é a marca da autenticidade brasileira. Para Godofredo Filho, a obra arquitetônica mais importante da Bahia é uma construção barroca, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis:

Entretanto, a mais sedutora maravilha que a Bahia apresenta aos basbaques e aos reais enamorados de sua beleza mística e sensual, é a igreja do Convento de São Francisco. Acreditamos que há horas especiais em que deva ser vista: - à tardinha, por exemplo, na penumbra do crepúsculo, ou, pela manhã, nos dias de verão, quando a luz escorre pelos vidros brancos de suas janelas e a transfigura, confundindo aos nossos olhos pasmos o ouro novo de seus retábulos com o velho olho sol. Não a salvasse, em tais ocasiões, o apaziguamento azul dos azulejos. Mas o surpreendente em São Francisco, como na igreja do Carmo da Bahia, é a obra de talha no jacarandá. A negra e resistente madeira, trabalhada com requintes cruéis, apresenta-nos um acervo de

¹²⁷ GODOFREDO FILHO. O mundo trágico da talha baiana. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 07 de agosto de 1959.

¹²⁸ *Ibidem*.

documentos polidos pelo tempo, que são dos mais significativos para o estudo dos símbolos na escultura baiana.¹²⁹

Percebe-se a valorização explícita da matéria prima brasileira (o jacarandá) na qual mãos, também negras, talharam as formas do imaginário colonial e europeu, hibridizando-o. O valor extraordinário do barroco no Brasil está exatamente na sua adaptação, na mistura, na realização local e diferencial da modelagem barroca ibérica – seja em Gregório de Mattos, seja na arquitetura.

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi fundada em 1702-1703 por uma organização de leigos que se dedicavam à vida cristã. O templo, além dos seus atributos religiosos, tinha, contraditoriamente, a função de casa comercial, onde os seus associados, contrariando os preceitos do seu patrono São Francisco de Assis (que pregava a simplicidade na vida e na fé), emprestavam dinheiro a juros, hipotecavam e penhoravam bens etc. Ou seja, era um local no qual exerciam tanto o poder espiritual quanto o temporal. Em *Uma história da Cidade da Bahia*, Antonio Risério referencia que os “[...] brancos ricos da Bahia pareciam não dar a mínima bola para a contradição [...]”¹³⁰ e, ainda, que as “[...] portas [da igreja] não se abriam em seu interior para pobres, negros, mulatos ou judeus [...]”¹³¹, os quais as haviam levantado. Não obstante a *cidade museu* ter sido edificada, sobretudo, por mãos pobres e negras, muitos dos seus espaços estavam cerrados para essas mesmas mãos.

¹²⁹ GODOFREDO FILHO. O mundo trágico da talha baiana. In: *Jornal A tarde*. Op. Cit.

¹³⁰ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Op. Cit. p. 142.

¹³¹ *Ibidem*.

Depois do encontro dos modernistas paulistas com o passado barroco mineiro, foram produzidos inúmeros trabalhos, pesquisas e crônicas sobre o tema, sobretudo acerca das cidades históricas de Minas Gerais. Significativamente, o primeiro poema baiano considerado modernista, escrito em 1928 por Godofredo Filho, refere-se à cidade histórica mineira de Ouro Preto. Além disso, o escritor também realizou uma série de estudos sob a arquitetura barroca da Bahia:

Como há dois, ou três, ou quatro séculos idos, a Bahia ainda é gorda; barroca na essência e nos pormenores de sua arte; barroca no seu modo de vida e nas soluções que tem encontrado para vários de seus problemas. [...] tudo justifica esse modo de vida que lhe é peculiar, essa mentalidade mais clara e difícil de definir, ou tão fácil se a integrarmos na imagem de um ser ao nosso alcance, como o Portugal de Eça esteve contido na alma de Gonçalo Ramires.¹³²

Para Godofredo Filho a Bahia é, pois, essencialmente barroca. O casario, as ruas, as frutas, as comidas, o ar, a luz, o céu, as procissões, os ritos, os modos de ser e de viver refletem a hibridez barroca que condensam, criativamente, tanto a cultura indígena e africana quanto a portuguesa. No entanto, na sua configuração da *cidade museica*, um desses interlocutores aparecia nitidamente mais valorizado.

A *cidade museu* godofrediana abriga parte da história, da memória, da cultura do país que, segundo o escritor, precisa ser preservada. Resta-nos indagar até que ponto o discurso voltado para a conservação do passado colonial não ignora outros traços culturais também importantes para a história baiana.

¹³² GODOFREDO FILHO. *Introdução ao estudo da casa baiana*. Diário de Notícias, Salvador, 15 de agosto de 1959.

A cidade moderna

Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno.
Marshall Berman, 1986

Enquanto na alerquinal São Paulo as chaminés das indústrias lançavam a todo vapor sob o “céu ouro-rosa-verde”¹³³ as “sujidades implexas do urbanismo”¹³⁴, na Cidade da Bahia, até meados do século XX, o processo de industrialização acontecia lentamente. Ainda assim, alguns dos seus escritores transfiguraram essa condição e urdiram textos nos quais miragens da modernização substituíam elementos concretos, transpondo para a cidade – por espelhamento e artifício – índices e sintomas da modernidade, não somente da Europa, mas também de lugares dentro do próprio país. Em 1929, Godofredo Filho escreveu “Usina”:

Polifonia dos apitos estridentes...
Ritmo álaçre das polidas manivelas...

E o gira-gira volteante das polias...
E rosas muito brancas de fumaça
das invisíveis válvulas abertas...

Alavancas, turbinas...
O desvairo dos grandes dínamos pulsando, estrugindo na noite...

Amontoado espantoso de metais,
bocas de Belzebuts que são fornalhas,
pragas de fogo salpicando a treva...¹³⁵

Como a Cidade da Bahia não possuía grandes fábricas, conforme ocorria na “Paulicéia desvairada” de Mário de Andrade, Godofredo Filho retratou neste poema o

¹³³ ANDRADE, Mário de. O domador. *Melhores poemas*. Op. cit. p. 26.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ GODOFREDO FILHO. Usina. In: *Irmã poesia*. Op. cit. p. 156.

que havia de mais próximo: a usina, substituta do engenho de cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano. A partir do local/tradicional (usina) o poema remete ao universal/novo (fábricas) e constrói uma paisagem utópica de cidade moderna. Utópica porque, diante de uma realidade na qual o processo de modernização era incipiente, apresenta ícones do progresso: as máquinas, a velocidade, o barulho, a poluição. Tal construção, como já observamos, harmoniza-se com o conceito de “tradicionalismo dinâmico”, defendido pelo grupo da *Revista Arco & Flexa* da qual Godofredo Filho foi colaborador. A utilização de temáticas históricas e tradicionais e o aproveitamento do ritmo local na elaboração de uma “arte moderna” compunham as propostas do grupo liderado por Carlos Chiachio.

Marshall Berman, em “Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento”, analisa o movimento artístico em países periféricos e afirma que

[...] em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve, *assume um caráter fantástico*, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias.¹³⁶

Colocando em suspenso a ideia de atraso dos locais periféricos com relação aos hegemônicos, trazida por Bermann – uma vez que tal noção implica na supremacia de uma cultura sobre a outra –, interessa-nos antes destacar a inventividade¹³⁷ dos discursos elaborados nesses “entrelugares” que, em muitos casos, construíram a

¹³⁶ BERMAN, Marshall. Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento. In: *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a ventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986. p. 168. (grifo meu)

¹³⁷ Inventividade no sentido de criatividade e não no sentido inovação.

literatura, a arte e a cultura a partir de um criativo diálogo entre o local e o universal, o tradicional e o novo.

Eurico Alves, outro escritor membro da *Revista*, com o poema “Bahia” (1930), também configurou – na tentativa de (re)criar o novo, o cosmopolita, partindo do tradicional e do local – uma cidade moderna visualizada por meio de fantasmagorias, de miragens.

Gestos orgulhosos em ânsia de mãos metálicas para o céu,
afastando sóis, para a escalada das alturas.
Dança alucinada de fumo, no ar, sobre a larga
paisagem cúbica dos arranha-céus.
Gritos petrificados de torres altas, altas, gloriosamente...
Alucinações humanas nas avenidas longas, borborinhando...

E a pulsação mágica das fábricas
cantando;
e a gritaria ensurdecadora de lanchas e transatlânticos no
porto,
guindastes rilhando, arquejando.
Buzinas, apitos, sirenas, guinchos.
E o céu cinzento das massas enormes de cimento armado...

Bahia

E, à noite, o caminho de Sant’Iago
Dos reclamos, títulos e dísticos luminosos.¹³⁸

O poema transporta aspectos de São Paulo e do porto de Santos para a Cidade da Bahia, numa época em que a urbe não se apresentava tão integrada ao progresso e tinha um porto relativamente pequeno, embora detentor de grande importância desde a época colonial, pois era ancoradouro não só dos transatlânticos, mas dos saveiros que

¹³⁸ ALVES, Eurico. Bahia. In: *Poesia*. Salvador: Fundação das artes: Empresa gráfica da Bahia, 1990. p. 18.

interligavam a capital ao Recôncavo, fazendo circular produtos de consumo e exportação.

Durante o seabrismo, primeiro surto modernizador da capital baiana, algumas alterações foram feitas no sentido de prepará-la para os artefatos do mundo moderno: os bondes, os automóveis etc. Todavia, até a segunda metade do século XX, a cidade não experimentou grandes transformações urbanísticas, não sofreu saltos demográficos; permaneceu, no dizer de Antonio Risério, “[...] uma espécie de vagarosa estância da vida urbana típica de um mundo pré-industrial”¹³⁹. Portanto, a Cidade da Bahia moderna nasceu primeiro em sonho, em texto. A euforia e o desejo de se estar sintonizado com os novos tempos fez com que as representações literárias assumissem posições dianteiras, a despeito das inviabilidades apresentadas pelos fatores econômicos, sociais e tecnológicos: “[...] o modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasmas e sonhos de modernidade”¹⁴⁰.

A década de 50 trouxe para o estado baiano a Petrobrás e, com ela, o seu ingresso decisivo no capitalismo moderno. O grande número de investimentos e a consequente expansão salarial, propiciando a transformação da economia local, causaram evidentes impactos na reorganização do espaço urbano. Nessa época, foram construídas em Salvador algumas edificações, cujas características arquitetônicas vinculavam-se aos princípios básicos do movimento moderno já fixado no Sul e ainda embrionário na Bahia, como os edifícios Cidade de Salvador (1952), Suerdick (1955), Aliança de Seguros (1956), Teatro Castro Alves (1957), Banco da Bahia (1958) e várias

¹³⁹ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Op. cit. p. 316.

¹⁴⁰ BERMANN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Op. cit. p. 220.



Zeppelin sobre a Praça Castro Alvos, fotografia do Arquivo Público da Bahia, 1942.

Faculdades da recém-criada Universidade da Bahia, entre outros. Além disso, o impacto da nova economia petrolífera também gerou a ampliação do sistema viário da cidade, com a proliferação das avenidas de vale e o surgimento de novas indústrias.

Concomitante a tudo isso, se refazia em terras baianas a vida cultural institucionalizada com a construção da Universidade da Bahia pelas mãos de Edgar Santos. Figura emblemática do processo de transfiguração artística e cultural da cidade, Edgar Santos contribuiu não só para renovar as relações entre cultura, sociedade e saber nesse período, mas principalmente para abrir o que Antonio Risério chamou, em *Avant-gard na Bahia*, de diálogo cosmopolita com as vanguardas do pós-guerra¹⁴¹:

Numa fórmula concisa, a província se pensou planetária: informações de - e para - todos os lugares. Este é o tempo em que a vida baiana está marcada pelas idéias e pela ação de Koellreutter, Lina Bo Bardi, Yanka Rudzka, Ernest Widmer, Martim Gonsalves, Carybé, Agostinho da Silva, Mario Cravo, Nelson Rossi, Machado Neto, Milton Santos, Walter da Silveira, Pierre Verger, Clarival Valadares, Diógenes Rebouças, Vivaldo Costa Lima, Anton Walter Smetak. Mais mediata, pela distância geográfica, mas nem por isso menos intensamente, do ponto de vista do seu influxo, por Jorge Amado, Doryval Caymmi, João Gilberto.¹⁴²

A produção universitária no cotidiano da Cidade da Bahia configurou a implantação de um centro cultural ativo e potencializado para que fosse repensada a fixação da influência no eixo centro-sul. Esse deslocamento não só marcou a produção cultural brasileira, mas também, segundo os autores de “Bahia: colonização e culturas”, trouxe

¹⁴¹ O historiador chamou de vanguarda do pós-guerra, pois muitos intelectuais vieram para o Brasil e para a Bahia nessa época fugindo dos regimes totalitários que vigoravam em seus países pós Segunda Guerra Mundial, como foi o caso de Lina Bo Bardi (Itália), Koellreutter (Alemanha) Agostinho da Silva (Portugal). Cf. RISERIO, Antonio. *Avant-gard na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e PM Bardi, 1995.

¹⁴² *Ibidem*. p. 15.

[...] para a cena principal teorias e práticas estético-político-culturais que deslocavam a cultura do nacional-popular preservacionista, patrocinada pelo autoritarismo do Estado Novo, no primeiro governo de Getúlio Vargas.¹⁴³

O deslocamento se deu em um momento em que Godofredo Filho continuava deixando clara a necessidade de modernizar a Bahia sem, contudo, abrir mão do seu passado tradicional. Para ele, as duas cidades, *museu* e *moderna*, deveriam viver em harmonia.

Esta cidade eminentemente talássica, capital de grande Estado na vizinhança imediata de extensos lençóis de petróleo, deve estar atenta às solicitações da hora presente e do futuro, para progredir e para crescer. Mas isso não implica em sacrifício de sua estrutura tradicional, em mutilação de seus solares, em destruição sistemática de suas tradições plásticas, nem do ambiente que as vivifica, nem que representa esse ambiente, como símbolo de uma cultura. Aqui (o Novo Mundo o permite), as duas cidades até certo ponto podem coexistir, e nós temos o *dever de preservar esse Brasil autêntico que ela guarda, como o mais vivo de sua tradição cristã, humanística e lusitana*. O estupendo milagre deverá ser o de que nos falava com amor um celebrado crítico de arte europeu: “na Bahia há uma cidade negra, uma asiática, uma cidade europeia, e, sobretudo, uma cidade americana”. Essas muitas figurações numa só transfiguração é que é o milagre da Bahia, esse que deverá continuar sendo feito quotidianamente pelos governantes, pelos seus técnicos, em suma, por todos nós, os homens de boa-fé e do trabalho, os homens da inteligência e do coração.¹⁴⁴

Se por um lado, o caráter harmônico da convivência entre as duas cidades tem na leitura do intelectual algo de ativo, no que se refere à tentativa de quebrar a dialética *museu versus* modernidade, por outro, a ideia de coexistência entre a *cidade museu* e a *cidade moderna* está atrelada a uma vontade de origem, configurada no que Godofredo

¹⁴³ ALVES, Lizir Arcanjo; BACELAR, Jerfeson; CUNHA, Eneida Leal. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America. Op. Cit.* p. 560.

¹⁴⁴ GODOFREDO FILHO. Invasões e favelas. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 17 de abril de 1959.

Filho chamou de Brasil autêntico. Essa autenticidade diz de uma vontade de preservar valores logocêntricos (cristãos, humanistas, ocidentais) que representam a cultura europeia no Brasil. Nas configurações das cidades de Godofredo Filho, o “intercâmbio cultural” se processa de modo a privilegiar somente um dos interlocutores: o europeu.

O que Godofredo Filho sempre reivindicava era a conservação da cidade colonial. A sua *cidade museu* não se opunha à *cidade moderna*, uma vez que, para ele, modernizar significava também preservar. A vontade de manter a essência original do Centro Histórico, por exemplo, e conseqüentemente as características do barroco europeu presentes nesse espaço, no discurso do intelectual deflagra bem essa condição:

Longe de nós a idéia de desejar que a Bahia estacione no tempo, que esta cidade atlântica, que esta capital tenha seus passos entravados ou retardados.

O que desejamos, o que reclamamos, o que pedimos é a coexistência de ambas. É o respeito de uma pela outra. É a não interferência de uma no espírito e na plástica da outra. A Graça, o Canela e a Barra fiquem onde estão e melhorem sempre e atualizem-se, projetem-se para o amanhã; mas que o Pelourinho e o Carmo fiquem também onde se encontram, em seus lineamentos e limites estruturais, melhorando a seu modo, isto é, a *higienização* e decência das habitações condicionando-se à censura arquitetônica das fachadas.

Nem Roma, nem Paris, nem Atenas, nem Toledo, um pouco, deixaram de ser grandes e modernas cidades, sem que isso lhes perdesse o aroma do passado.¹⁴⁵

Em um momento em que o Pelourinho sofria as primeiras intervenções no sentido de reformá-lo, Godofredo Filho se posicionou enfatizando a necessidade da preservação dos seus aspectos tradicionais. Segundo o escritor, as melhorias deveriam ser feitas em prol da higienização, do embelezamento, mas sempre respeitando as suas

¹⁴⁵ *Ibidem.* (Grifo meu)

fachadas originais. A dinamização da economia baiana, pós 50, desencadeou uma nova estruturação do espaço territorial de Salvador que foi causando, segundo Milton Santos, em “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”, “[...] o espraiamento do centro tradicional [...]”¹⁴⁶. Esta fragmentação provocou a decadência do velho centro, devido à migração de algumas atividades, como as atividades portuárias que, ampliando-se, desertaram o velho porto, ou as atividades financeiras que, posteriormente, vão se instalar em áreas mais propícias à sua funcionalidade. Entre os anos 1950 - 1960 também já se esboçava em Salvador um projeto que a definia como cidade voltada para o turismo, no qual a orla e o Centro Histórico eram as localidades privilegiadas pelos investimentos do Estado visando o binômio turismo/lazer. Foi assim que o velho centro voltou a ser revalorizado e entrou na ótica das melhorias. Sobre essas reformas, na crônica “Salvemos a Bahia”, de 03 de março de 1950, Godofredo Filho deixou claro que

O problema e preservação dos aspectos tradicionais da Bahia, daqueles que são mais característicos e dão à nossa velha cidade uma fisionomia inconfundível no panorama brasileiro, está de novo na ordem do dia [...]. Aliás, consideramos mal ao dizer que tal problema está de novo na ordem do dia. Ele nunca saiu da ordem do dia. De muitos anos a esta parte, podemos precisar que, de 1920 em diante, com alternativas de maior ou menor insistência, ele persiste, dos mais prementes e extraordinários, a desafiar solução que só lhe poderá ser dada por homens de inteligência e sensibilidade, e, não, por energúmenos que encontram prazer em derrubar, ao invés de *higienizar*, nossos velhos casarões de invejável sobriedade plástica, para substituí-los por monstros de concreto em cujos apartamentos se empilharão infelizes

¹⁴⁶ SANTOS, Milton. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org.) *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995. p. 11.

inquilinos, e onde, mais tarde, iremos fatalmente encontrar a cabeça de porco ou o cortiço que se quis eliminar.¹⁴⁷

Higienização foi um termo muito utilizado pelos urbanistas que – no início do século XX, momento no qual o contingente populacional das cidades cresceu consideravelmente, aumentando com isso o risco de epidemias, de doenças – buscavam a fluidez, a salubridade do meio físico e do meio social, e atribuíam à estética um papel complementar à constituição da cidade nova. Influenciados pela teoria determinista e pela importância da biologia, desde o século XIX, esses urbanistas criaram analogias entre o corpo humano e a cidade, construindo metáforas biológicas para explicitar suas análises e técnicas de ação. Segundo Antônio Heliódório Lima Sampaio, para esses urbanistas, “a racionalidade técnica era condição que garantiria a funcionalidade do meio, tornando indissociável a noção de que ao bom-homem precede sempre um bom meio.”¹⁴⁸ Além disso, a idealização de uma cidade branca, europeizada, encontrava dificuldades de se consolidar em um espaço de maioria negro-mestiça. Em 1959, o alemão Robert Ave-Lallement, em visita a Salvador, observou:

Se não soubesse que fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la, sem muita imaginação, por uma capital africana residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros.¹⁴⁹

¹⁴⁷ GODOFREDO FILHO. Salvemos a Bahia. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 03 de março de 1959.

¹⁴⁸ SAMPAIO, Antônio Heliódório Lima. Cidade ideal moderna: forma e desenho. In: *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Quarteto Editora / PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFB, 1999. p. 161.

¹⁴⁹ AVE-LALLEMENT, Robert. *Apud*. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e História*. Op. Cit. p 68.

Se o secular passado colonial escravista da Cidade da Bahia impedia a concretização de um projeto de cidade branca, este se setorizava, materializando-se nos bairros burgueses. Portanto, higienizar significava também o afastamento da população pobre das áreas “nobres” da cidade.

Godofredo Filho retoma, no século XX, o termo higienização e o repete em vários textos nos quais preconiza a reforma de casarões, prédios e monumentos tradicionais, levando em conta a manutenção de traços originários. Higienizar, para Godofredo Filho, significava reformar os velhos casarões, prédios, monumentos, tendo o cuidado de conservar as suas fachadas. A parte interior das moradias deveria ser reformada para que proporcionasse maior conforto aos seus moradores. No entanto, aqueles que não possuíssem renda para assegurar a reforma higienizante, deveriam ser transferidos para loteamentos populares. Logo, para Godofredo Filho, higienizar também implicava alijar a pobreza da *cidade museu* e da *cidade moderna*. Tal fato aconteceu no Pelourinho, no momento em que os projetos para a revitalização do bairro, incluindo a renovação de sua infraestrutura e a consolidação e adaptação de seus edifícios a funções turísticas, deslocaram, de acordo com João Jorge Rodrigues, em “O Olodum e o Pelourinho”, 90% dos seus antigos moradores:

Em 1967, quando o atual governador foi prefeito [Antônio Carlos Magalhães], a Polícia Militar, junto com Polícia Civil e com a Polícia Federal, cercou a área do Pelourinho/Maciel, e todas as pessoas tiveram de se identificar. Na época, os homens saíram de cueca e as mulheres saíram de calcinha. Mas era uma intervenção no melhor estilo dos guetos de Varsóvia, dos Guetos da Alemanha nazista, no sentido de

quantificar quem eram os “ratos”, os marginais que deveriam ser abolidos.¹⁵⁰

No artigo “Ainda invasões e favelas”, publicado no *Jornal A Tarde*, em 24 de abril de 1959, o intelectual cartografa a cidade retomando valores hierárquicos, como etnia e classe. Com isso ele legitima as fronteiras entre centro e periferia, classe alta e classe baixa, para reforçar os elementos da metafísica ocidental binária que já se conhece. Para Godofredo Filho,

[...] a porção vetusta e bela de Salvador da Bahia não deverá perecer. Temos de saneá-la, de conservá-la. E, se não for possível, como de súbito não será, melhorar o nível econômico de seus habitantes, então façamos uma campanha tendente a removê-los para zonas de maior adequação com suas atividades e posses, onde venham a morar sem recalques, em condições de salubridade favoráveis. E que voltem ao coração da nossa cidade colonial os que possam mantê-la viva dentro das prerrogativas que um passado insigne lhe outorgou.¹⁵¹

O escritor evoca um Pelourinho branco, abastado, colonial. A *cidade museu* moderniza-se a partir do momento em que exclui de suas ruas tudo aquilo que subverte a racionalidade moderna, capitalista. Mas diante da diversidade cultural brasileira e baiana, como construir um conceito de unidade, de identidade, sem sobrepujar, afastar o que não está de acordo com a ordem?

Nas crônicas de Godofredo Filho, a *cidade moderna* deveria ser construída na *cidade museu* (o espaço mítico). Para isso era necessário limpá-la de tudo que a

¹⁵⁰ RODRIGUES, João Jorge. O Olodum e Pelourinho. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org.) *Pelo Pelô*. Op. Cit. p. 20.

¹⁵¹ GODOFREDO FILHO. Ainda invasões e favelas. Op. Cit.

mantivesse fora da ordem: o lixo, a desorganização espacial, as favelas e a população pobre, que era, em sua maioria, negra.

O necessário, o essencial, é não confundirmos velhice com porcária, ancianidade com sujeira. Defendamos a obra antiga, mas, é claro, que com fachadas limpas, vidraças polidas, soluções higiênicas no interior das habitações. Batamo-nos pela preservação de certos ambientes, praças e ruas antigas, mas é certo que sem lixo nas esquinas, sem meios-fios esborcinados, nem calçamentos falhos ou revolvidos. Velhice, tornamos a repetir, não exclui asseio, higiene, compostura cidadina. Estes requisitos é que lhe aumentam o prestígio e a aura de encanto.¹⁵²

O escritor se posiciona contra a favelização do centro. De 1940 a 1950 a população da Cidade da Bahia passou de 290 para 417 mil habitantes, porque uma boa parte da população agrícola do estado emigrou para a capital, ocupando os seus espaços, entre eles o Centro Histórico, e formando as invasões e favelas, marcadas estas pelo estigma, pela exclusão e a segregação social. No artigo “Invasões e favelas”, publicado pelo jornal *A Tarde*, em 17 de abril de 1959, Godofredo Filho escreveu:

Entretanto, na Bahia, ao contrário do geralmente verificado em outros lugares, e, sobretudo, em outros países, o centro perdeu seu poder econômico mais que na razão direta da super população com que foi acrescido, artificialmente. É claro que nos referimos a determinadas áreas urbanas de interesse histórico e artístico, onde o crescimento da população, conforme os censos demográficos de 1940 e 1950, trouxe o aviltamento das unidades residenciais, ou por desvio de sua primitiva função ou por degradação, em sórdidos “cortiços”, daqueles nobres exemplares arquitetônicos, que, em outro tempo, até mesmo no começo do século, foram habitações condignas da classe média, freqüentemente da classe alta, e, não raro, de remanescentes da fidalguia colonial e do império.¹⁵³

¹⁵² GODOFREDO FILHO. Conservar o caráter típico da cidade monumento. In: *Diário de Notícias*, Salvador, 7 de setembro de 1958.

¹⁵³ GODOFREDO FILHO. Invasões e favelas. In: *Jornal A tarde. Op. Cit.*

Nota-se, no texto de Godofredo Filho, a valorização da colonização portuguesa e das classes média e alta. Jeferson Bacelar, em “Modernização e cultura dos negros em Salvador”, destaca que, a partir do processo de industrialização pós Petrobrás e do conseqüente aumento do número de empregos, os indivíduos, ao invés de serem distintos conforme a etnia, “[...] passaram a ser categorizados de acordo com as suas posições face às relações de produção e participação no consumo, bem como pela posição histórica dos diversos grupos a que pertenciam no contexto da sociedade baiana.”¹⁵⁴ E na Bahia de maioria negra, o ser negro permanecia vinculado às posições mais baixas da sociedade e, por sua vez, “[...] identificado negativamente pelas imagens, estereótipos, expressões [...]”¹⁵⁵ atribuídas a ele pelos grupos dominantes e categorias ascendentes. E os negros/pobres, muitas vezes, eram subjugados, sub empregados, subnutridos e sub-habitavam a *cidade moderna* da Bahia

A *cidade moderna* de Godofredo Filho não é uma cidade da mudança pela mudança, do novo pelo novo, o que se percebe é um forte apego à tradição. Tradição esta que, para ser conservada, muitas vezes apagava, suprimia, excluía o que transtornasse a sua ordem desejada. A *cidade museu* é, portanto, o que prevalece nas Bahias de Godofredo Filho.

¹⁵⁴ BACELAR, Jeferson. Modernização e cultura dos negros em Salvador. In: *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 192.

¹⁵⁵ *Ibidem*. p. 192.

A cidade negra

*Ó gargantilhas de espanto
na esconsa rua perdida!*

Godofredo Filho, 1939

Em 1948, a Ladeira da Misericórdia foi literariamente recriada em poema homônimo de Godofredo Filho. O escritor refere-se a umas das mais antigas ladeiras da Bahia, já descrita por Gabriel Soares de Souza, em 1587, no seu *Tratado descritivo do Brasil*¹⁵⁶, e que ficou mais tarde conhecida pelas suas casas de prostituição.

O poema *Ladeira da Misericórdia* representa uma Cidade da Bahia pobre, negra e prostituída, da qual o Centro Histórico – cujos limites são os mesmos da cidade colonial, ou seja, as portas do Carmo, o portal de São Bento, a Praça da Piedade, o bairro da Saúde e a região do Cais do Porto – é o espaço simbólico no qual estão plasmados alguns dos contornos e formatos da *cidade negra* de Godofredo Filho.

Via de comunicação entre a cidade-alta e a cidade-baixa, a Ladeira da Misericórdia foi assim designada por conta das construções da Santa Casa da Misericórdia que, ainda hoje, assentam-se à borda da sua grimpá, à direita de quem desce. É, pois, um interstício, uma dobra barroca onde o sagrado (a Santa Casa) e o profano (as casas de prostituição), o alto (os senhores de boa família) e o baixo (as prostitutas) se encontram.

¹⁵⁶ Gabriel Soares de Souza assim se refere a esta ladeira: “Está no meio dessa cidade uma honesta praça em que se correm touros quando convém...; e desta mesma banda da praça, dos cantos dela, descem dois caminhos em volta para a praia, uma da banda do norte que é serventia da fonte que se diz do Pereira e do desembarque das gentes dos navios”. Cf. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1988.

É ladeira sem princípio
ou por princípio sem fim.
É ladeira que começa
onde eu quisera acabar.

É ladeira da Bahia,
cruel ladeira perdida,
que por boca da ironia
se diz da Misericórdia.

É ladeira da Bahia¹⁵⁷

Dentro dessas imagens férteis em ambiguidades, centram-se a tensão entre a matriz colonial lusitana, defendida pelo poeta enquanto ponto fundamental da edificação utópica da Cidade da Bahia, e o repertório de significações da cultura negro-mestiça visto como elemento motivador do atraso, da barbárie e da incivilidade da primeira capital do Brasil.

Daí a descrição da ladeira como lugar do vício e da virtude de vidas sociais estilhaçadas pela prostituição de corpos que, segundo Eneida Leal Cunha, em “Cenas e cenários da cidade negra”, “[...] são primitivos, obscenos e animais e, ao mesmo tempo, excitantes e atraentes nas falas brancas hegemônicas [...]”¹⁵⁸, como a do poeta:

Onde andais, sombras fugidas
da angra de meu carinho?
Onde andais, sombras perdidas,
Marfisa, Dalva, Marília?

[...]

Onde andais, sombras sumidas,
Floricéia negra e tantas

¹⁵⁷ GODOFREDO FILHO. *Ladeira da Misericórdia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1976. p. 7.

¹⁵⁸ CUNHA, Eneida Leal. Cenas e cenários da cidade negra. In: *Revista Semear*. Rio de Janeiro: PUC/Cátedra Padre Antonio Vieira. Vol. 03. Disponível na Internet via: http://www.letas.puc-rio.br/catedra/revista/3Sem_06.html. Acesso em 09 de abril de 2004.

que nunca tiveram nome,
espuma das turvas ondas
do mar da dissolução?

Onde andais, sombras perdidas?

[...]

Misericórdia de quem?
Misericórdia por que?

[...]

Ah, quantos sábados tristes
do amor estival das tardes
não rolei nas pedras lisas
de teu ardente convite,
buscando Lalu dormindo
afagando Durvalina
ou, na carne incandescida,
sentindo a pua dos ossos
do prenúncio do esqueleto
de Eva Maria Fernandes¹⁵⁹

Este poema foi muito festejado pelos amigos de Godofredo Filho que o ouviram esquentado pela sua própria voz¹⁶⁰. No entanto, somente vinte e oito anos depois ele foi publicado. Disse o poeta, à amiga Jerusa Pires Ferreira, que não o publicara antes por motivos éticos¹⁶¹. Talvez as questões étnicas e a forte sensualidade dos corpos prostituídos na Ladeira que o poema flagrava representassem para o escritor um problema social comprometedor para a imagem da primeira cidade fundada no Brasil. Dessa maneira, a Bahia negra de Godofredo Filho foi escamoteada por ele próprio.

¹⁵⁹ GODOFREDO FILHO. *Ladeira da Misericórdia. Op. Cit.* p. 9.

¹⁶⁰ Segundo Edivaldo M. Boaventura, Godofredo tinha o raro prazer de transmitir a poesia esquentada pela sua própria voz.

¹⁶¹ FERREIRA, Jerusa Pires. *Godofredo Presente. Op.cit.* p. 5.



Gravura de Hansen Bahia para o livro *Ladeira da Misericórdia*, 1975.

No *Ladeira da Misericórdia* o poeta mostra uma cidade negra, degradada política, social e economicamente pelo abandono dos seus governantes e habitada por meretrizes (negras e mulatas), bêbedos e fantasmas, mas que ele afirma amar.

Foste rua de prosápia
e hoje és ladeira de negras,
de mulatas sifilíticas,
de soldados e de bêbedos,
ruas de míseras putas
ou das sombras que entrevejo
cavalgando desabrido
ginetes de bruma errante.

Ó, esse amor ignorado
que só eu te dei, ó ladeira
de insone Misericórdia:
amor de carne, de sangue,
de saliva e beijos ácidos,
amor que sobe no fundo
dos pântanos seminiais.¹⁶²

No poema está visível a ambivalência do estereótipo, na qual convivem tanto a dominação e o prazer, quanto o medo e a recusa. O corpo negro é desejado e amado, mas também é execrado e punido com a miséria e a fome. O fascínio pelas prostitutas negras também reitera a subordinação desses corpos para o deleite da elite branca que o sistema escravista proporcionava. A culpa expressaria a nostalgia da legitimação do sistema.

Alguns anos antes da escrita do *Ladeira da Misericórdia*, na década de 30, Jorge Amado disseminava pelo país e pelo exterior imagens da Bahia, com a publicação dos seus romances: *Suor* (1934), *Mar morto* (1936), *Jubiabá* (1935), *Capitães da areia* (1937).

¹⁶² GODOFREDO FILHO. *Ladeira da Misericórdia*. Op. Cit. p. 10.

Jubiabá, principalmente, teve uma grande repercussão porque faz apologia à Bahia negra, tendo como personagens principais da narrativa o negro Antônio Balduino, metáfora da consagração da *cidade negra* da Bahia. Cidade cuja paisagem central é arquitetada através das imagens dos moleques e vadios perambulando pelo seu centro histórico; lugar onde acontecem os mistérios, a poesia e a alegria de uma baianidade que Jorge Amado queria pôr em diálogo com as reivindicações étnicas, sociais e políticas condizentes com as convicções ideológicas do Partido Comunista, ao qual era filiado. Mesmo tendo conhecimento das representações amadianas dessa Bahia negro-mestiça, Godofredo Filho recusou-se a mostrar a sua versão. O fato é que a sua cidade negra difere, e muito, da de Jorge Amado. Em Amado, ela é o cenário onde se tensionam as relações entre classe e cor, mas é também lugar de liberdade, de festa, de celebração do corpo e da sexualidade negro-mestiça. Já a Bahia negra de Godofredo Filho, configurada no *Ladeira da Misericórdia*, é triste e obscura, e nela o corpo, a sexualidade aparecem como tabu.

Os autores de “Bahia: colonização e culturas” elucidam que a abolição da escravatura, ocorrida em 13 de maio de 1888, transformou o negro livre numa “[...] questão fundamental a ser elaborada pela cidade letrada.”¹⁶³ Escamotear ou minimizar a assunto racial com um discurso assimilacionista de harmonia entre as raças que escondia, no seu íntimo, uma hierarquia racial (na qual os brancos eram superiores, os pardos ou mestiços ficavam numa posição intermediária e os negros ocupavam a posição de inferioridade) foi a solução para tal impasse. O temor de que essa relação de

¹⁶³ ALVES, L. A.; BACELAR J.; CUNHA, E. L. Bahia, colonization and cultures. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America. Op. Cit*

ordem social fosse revertida gerou, entretanto, uma “[...] política de exclusão da presença africana nos cenários da cidade.”¹⁶⁴ Sobretudo no momento em que se deu o primeiro ímpeto de modernização, entre a segunda e terceira décadas do século XX, houve um recalçamento da presença negra na Cidade da Bahia. Procurou-se afastar os negros para espaços invisíveis à população branca e os terreiros de candomblés foram interditados. Para Antonio Risério, o Brasil que contava naquela época “[...] era o Brasil do 14 Bis de Santos Dumont, o Brasil das avenidas, dos globos elétricos e dos pardais”¹⁶⁵. Por conta disso, urgia deletar do horizonte e da memória nacionais todo e qualquer sinal de barbárie. “Era preciso apagar do nosso mapa histórico e social o sangue de Canudos e os tambores do Candomblé.”¹⁶⁶

A ocupação dos espaços na Cidade da Bahia - cuja representação hierarquizada já se configurava desde o período colonial com a divisão dos cômodos das residências (aqueles situados nas partes mais elevadas eram ocupados pelas famílias e os compartimentos ao rés do chão pelos escravos) - criou segregações desde o final do século dezenove, quando se sonhava romper social, econômica e ideologicamente com as formas de organização herdadas da Colônia. No entanto, nos primeiros trinta anos do século XX, esse processo acirrou-se, com as tentativas de afastar do centro da cidade a população de baixa renda em sua maioria negro-mestiça. Esta segregação da população pobre foi requerida, por exemplo, por uma parte da população de Salvador, em 1912, quando, no contexto da primeira modernização, o *Jornal de Notícias* fez uma pesquisa

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ RISÉRIO, Antonio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Op. Cit. p. 312

¹⁶⁶ *Ibidem*.

questionando sobre o que mais precisava a cidade. As respostas indicavam desde sugestões para demolição de prédios antigos, como do velho Teatro São João, a recomendações para que fossem expulsos os negros da cidade. Os pedidos de deportação da raça negra atestavam “[...] a amplitude e a profundidade da herança histórica e colonial que a urbanidade queria ver extirpada”¹⁶⁷. Muniz Sodré reflete sobre o mesmo assunto no contexto da cidade do Rio de Janeiro ao afirmar que

[...] o escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes procedências sociais colocavam-no lado a lado com miasmas e insalubridade. Na realidade, além da condição escrava, o próprio homem negro – que já havia sido excluído, por ocasião do Pacto Social implicado no Movimento da Independência, a composição de classes que constituiria, na visão do Estado, o controle da Nação brasileira – recebia conotações negativas de parte do corpo social. Escravo e negro eram percebidos, na prática, como a mesma coisa¹⁶⁸.

Se por uma lado, a não publicação do *Ladeira da Misericórdia* nos anos consecutivos à sua escrita insinuava o silenciamento do escritor à *cidade negra* da Bahia, por outro, esta mesma cidade já havia sido descrita no livro *Samba Verde*, em 1925, como lugar político-cultural de resistência e, ao mesmo tempo, de regeneração social. Em *Samba verde*, Godofredo Filho flagra na Cidade da Bahia imagens de manifestações culturais de origem africana que aparecem representadas a partir do candomblé, da capoeira e do carnaval. No poema “Candomblé”, por exemplo, o escritor nos apresenta esse lugar político-religioso de resistência como parte constitutiva do imaginário da

Cidade da Bahia:

¹⁶⁷ ALVES, L. A.; BACELAR J.; CUNHA, E. L. Bahia, colonization and cultures. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America. Op. Cit.*

¹⁶⁸ SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro mestiça*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 36.

Zangam na sala como taiocas
 _ êh! êh!
 olhos abertos, esbugalhados,
 _ êh! êh!...
 os negros minas em reboleios,
 trancos, meneios,
 saracoteios...

_ Êh! êh!...

Tinem pandeiros,
 rufam tambores,
 trunfos, retesos...

No roxo fogaréu o azeite chia,
 de dendê louro.
 E as pipocas queimadas
 papocam estaladas
 taco-praco-taco,
 taco-taco

Há um grande rumor de arapuás danados...

E o candomblé, na fazenda, incandesce, fagulha,
 e cresce, e reboa, misterioso, pelos descampados,
 no sinistro pavor da noite tropical...

_ Êh! Êh!...¹⁶⁹

Os saracoteios dos corpos sincréticos dos negros do candomblé divergem da repulsa aos corpos prostituídos das negras da Ladeira da Misericórdia. Para Godofredo Filho essas danças jamais se igualam. Na representação da sua *cidade negra*, duas nuances se entrecruzam e se completam, construindo um discurso ambíguo que Homi Bhabha, no *Local da Cultura*, chama de ambivalência do estereótipo no discurso colonial. Essa ambivalência instaura um tipo de representação da alteridade que tanto afirma

¹⁶⁹ GODOFREDO FILHO. Candomblé . In: *Irmã poesia. Op. Cit.* p. 70-71.

quanto nega o outro, a partir de um processo de fetichização, no qual a diferença é, ao mesmo tempo, objeto de desejo e de repúdio.

A *cidade negra*, representada pelas invasões e favelas que se espriavam pela Cidade da Bahia, era rejeitada por Godofredo Filho. No contexto da segunda modernização, 1959, quando o ímpeto estético de absorção do primitivismo já havia arrefecido e o que estava em pauta era o planejamento urbano da cidade, Godofredo Filho sugeria que as invasões e favelas fossem eliminadas, para livrar a cidade do que ele avalia como manchas, máculas, na estética urbana:

Se tomarmos uma carta geral da cidade do Salvador na escala de 1/10.000, não será difícil mostrar, quase de relance, as áreas manchadas pelas invasões ou as que se vão degradando pela proliferação do favelamento.¹⁷⁰

O problema das invasões e favelas que descaracterizavam o Centro Histórico de Salvador (*locus* representativo da origem da fundação da cidade) foi insistentemente discutido por Godofredo Filho numa série de crônicas publicadas pelo *Jornal A tarde*, em 1959.

É que, na Bahia, com freqüência muito maior que em qualquer outra cidade tradicional do país, ocorreu um fenômeno cujas graves inferências estamos a sentir e constitui-se em perigo a atentar contra a integridade de mais nobre paisagem urbana do Brasil e, sem favor, das mais singulares do mundo americano. Trata-se da transformação já operada numa zona, que, de rica em seu conteúdo, abrigando famílias das classes alta e média-alta, ao par de um comércio de características estáveis, passou a ser, com todos os riscos decorrentes, a zona de mais flagrante deteriorização que se possa imaginar, onde milhares de seres humanos agitam-se obscuramente, em níveis de existência longe do mínimo requerido, de alimentação, de higiene e mesmo de decoro

¹⁷⁰ GODOFREDO FILHO. Ainda invasões e favelas. In: *Jornal A tarde*. 24 de abril de 1959.

imprescindíveis a qualquer estrutura da sociedade “soi disant” civilizada.¹⁷¹

No momento em que se dava a publicação dessas crônicas, iniciavam-se os debates na Bahia, como já vimos, sobre o movimento de recuperação do centro histórico da cidade, visando a exploração turística. O que o escritor propunha para esse projeto era a revitalização da *cidade museu* a partir da retirada da população pobre: “[...] milhares de seres humanos que se agitam obscuramente.” A segregação social era também uma segregação étnica, uma vez que na Bahia a maior parte dos seus habitantes, sobretudo pobres, eram de negros ou mulatos. A cidade é negra porque é constituída, na sua maioria, por uma população negra, mas é negra também porque a maior parte dessa população é pobre: “Todo pobre agora já virou negro”¹⁷², explicou Jubiabá para Antônio Balduino.

A *cidade negra*, configurada por Godofredo Filho, divide-se em duas vertentes: uma alegre, mística, sensual (desejada, diria); e, a outra, triste, pobre e perigosa (rejeitada).

¹⁷¹ GODOFREDO FILHO. Ainda invasões e favelas. In: *Jornal A tarde*. 24 de abril de 1959.

¹⁷² AMADO, Jorge. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 1978. p. 291.

Considerações finais

Quem poderia estar pronto para perder-se numa cidade... a não ser um solitário?

Win Wenders, 2001

Conservar. Essa foi a principal ação de Godofredo Filho. Durante toda a sua vida ele conservou em seu acervo marcas da sua história pessoal, intelectual e profissional, como também guardou rastros da história cultural, política e social da Cidade da Bahia e do Brasil.

Da mesma forma, enquanto Diretor do 2º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a atuação de Godofredo Filho sempre girou em torno da salvaguarda do passado colonial brasileiro que, para ele, continha a autenticidade cultural do país.

Embora a concepção de passado em Godofredo Filho esteja atrelada à noção de origem, ou seja, à ideia de uma essência primeira e verdadeira que contenha o fundamento estável determinante da significação do presente, a sua atitude conservadora instaura um paradoxo capaz de reverter o seu próprio conceito platônico. Se, por um lado, conservar significava guardar inscrições que representassem, na visão do poeta, um passado autêntico; por outro, a (re)construção, ainda que sempre provisória, de uma memória, de uma tradição, a partir da atribuição de valores a traços eleitos do pretérito, evidencia a ideia de que esse passado é uma construção do presente, uma escolha, não havendo pois uma verdade original.

Segundo Walter Benjamin, em “Sobre o conceito de história”, todo documento de história é também um documento de barbárie¹⁷³. Conservar é, também, um ato de barbárie, pois são escolhidos rastros de um passado em detrimento de outros; vozes são ressaltadas enquanto outras são silenciadas. Ao configurar as suas Cidades da Bahia, Godofredo Filho atribuiu significação a ícones de uma história monumental ocidental, portuguesa, elitista, católica, deixando de lado muitas outras histórias. Além disso, o próprio ato arquivístico do escritor implicava na escolha daquilo que deveria ser guardado e, conseqüentemente, no recalçamento de outras inscrições.

Entre o guardado e o não guardado, entre o dito e o não dito, circularam (e circulam ainda) muitas histórias: a história do homem que se arquivou e que arquivou as suas cidades; a história do poeta que trouxe para a Bahia os primeiros indícios do movimento modernista e que, ainda assim, permaneceu imerso em valores estéticos que confrontavam esse mesmo modernismo, tendo sido silenciado pelas historiografias literárias; a história do Chefe do 2º Distrito do SPHAN que trabalhou durante quase quarenta anos para a preservação da memória cultural baiana e brasileira; algumas das histórias da Cidade da Bahia; e a história dessa pesquisadora que também teve de fazer escolhas, de eleger caminhos e de silenciar outras vozes.

O certo é que na escrita dessa dissertação muitas vezes me vi perdida. Perdida dentro do labiríntico arquivo ante a gama de informações ali presentes. Perdida diante dos discursos, dos relatos, das teorias que escolhi para dialogar. Perdida na desmedida hipertextual das Bahias. Perdida diante do meu próprio texto: colcha de retalhos,

¹⁷³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história*. Obras escolhidas, vol. 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

costurada, descosturada e recosturada incessantemente pelos meus dedos “amadores”. Por isso, durante essa tessitura, muitas informações, muitas histórias, muitas hipóteses, muitos discursos, etc, etc, etc ficaram espalhados pelo caminho. Ou ainda flutuam no ar. O corpo, demasiado humano, não suporta a totalidade (de um mundo, um grão de areia). O que restou foi um discurso, o meu discurso, que hoje se inscreve nesse corpo exausto. Exausto sim (porque o corpo é frágil), mas alegre, e pronto, na medida do possível, para ler outras grafias, biografias, cartografias, *arquivografias*...

Post scriptum (escrito antes)Arquivo¹⁷⁴

*Quero gritar e não posso
quero correr e me sinto
colado no chão da esquina*

Godofredo Filho, 1959

Encerrados no armário
Estão todos os lamentos
Todos os sonhos
Todas as possibilidades
Eu não posso abrir o armário
Eu não tenho a chave

Olho o mundo pela vidraça agora
Vejo
Mas não o alcanço

(Os velhos papéis calaram-se)

A chave que eu não perdi
Tiraram-na de mim

E eu sinto falta das lagartixas...

Mônica Menezes
Salvador, agosto de 2002.

¹⁷⁴ No ano de 2002, o Arquivo Godofredo Filho ficou fechado para os pesquisadores.

REFERÊNCIAS

1. GERAL:

ALVES, Ívia. *Arco & flexa: contribuição para o estudo do modernismo*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

ALVES, L. A.; BACELAR J.; CUNHA, E. L. Bahia, colonization and cultures. In: VALDEZ, Mario KADIR, Djelal. (Org.). *Literary Cultures of Latin America: a comparative History*. New York, 2004, v. 2, p. 551-565.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ANDRADE, Mário de. *Melhores poemas*. 5ª ed. Seleção de Gilda Mello e Souza. São Paulo: Global, 2000.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ática, 1988.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. 2ª ed. Trad. Myriam Ávila (et al.) Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história*. Obras escolhidas vol. 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas vol. 3. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 5ª ed. Trad. Carlos Felipe Moisés e Anna Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 2ª ed. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CÍCERO, Antonio. *Guardar*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CUNHA, Eneida Leal. Cenas e cenários da cidade negra. In: *Revista Semear*. Rio de Janeiro: Cátedra Padre Antônio Vieira da PUC-Rio. Vol. 03. Disponível na Internet via: <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/semear.html>. Acesso em 09 de abril de 2004.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. 2ª ed. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, SP: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras. (orgs.) *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/MAU/Faculdade de Arquitetura, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do saber*. 18ª ed. Org. e trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2003.

FREIRE, Gilberto. Casa grande & senzala. In: SANTIAGO, Silviano (coordenação, seleção de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org.) *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.

GOMES, Renato Cordeiro Gomes. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, Renato Cordeiro. Cartografias Urbanas: representações da cidade na literatura. In: BERARDINELLI, Cleonice; GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *Semear: revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*. n. 3, Rio de Janeiro, NAU, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HUYSSSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. 2ª ed. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. s/d.

MAGALHÃES, Carlos Augusto. *A Cidade da Bahia: espaço, história e representação literária*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras, 2003.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: BERARDINELLI, Cleonice; GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *Semear: revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*. n. 3, Rio de Janeiro, NAU, 1999.

PERES, Fernando da Rocha. *Memórias da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. 2º ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 10ª ed. Trad. de Paulo Rónai. 30 ed. São Paulo: Globo, 1999.

RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi e P.M. Bardi, 1995.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Salvador: Omar G., 2001.

RONILK. Raquel. *O que é cidade?*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora/PPGAU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTANA, Valdomiro. *Literatura baiana (1920-1980)*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. 2ª ed. São Paulo: Rocco, 2002.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SANTOS, Roberto Corrêa. *Modos de saber, modos de adoecer: o corpo, a arte, o estilo, a vida, o exterior*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais?. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro mestiça*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Eneida Maria de. *Pedro Nava – o risco da escrita*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1988.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

2. OBRAS DE GODOFREDO FILHO:

2.1. Livros publicados:

GODOFREDO FILHO. *Poema de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.

GODOFREDO FILHO. *Balada da dor de corno*. S.A. Artes Gráficas, 1952.

GODOFREDO FILHO. *Poema da rosa*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1952.

GODOFREDO FILHO. *Sonetos e canções*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1954.

GODOFREDO FILHO. *Lamento da perdição de Enone*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1959.

GODOFREDO FILHO. *Sete sonetos do vinho*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1971.

GODOFREDO FILHO. *Solilóquio*. Salvador: Beneditina; Edições Arpoador, 1974.

GODOFREDO FILHO. *Ladeira da Misericórdia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1976.

GODOFREDO FILHO. *Poema da Feira de Sant'Anna*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1977.

GODOFREDO FILHO. *Irmã poesia: seleção de poemas (1923-1986)*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Salvador: Secretaria da Educação e Cultura da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 1986.

GODOFREDO FILHO. Sé primacial. In: REBOUÇAS, Diógenes. *São Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX*. Salvador: Odebrecht, 1996.

2.2. Crônicas publicadas em jornal:

GODOFREDO FILHO. A DPHA e a preservação do aspecto tradicional da Bahia. In: *Diário de Notícias*. Salvador, 27 de janeiro de 1955.

GODOFREDO FILHO. Conservar o caráter típico da cidade monumento. In: *Diário de Notícias*. Salvador, 07 de abril de 1958.

GODOFREDO FILHO. Salvemos a Bahia. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 03 de março de 1959.

GODOFREDO FILHO. Salvemos a Bahia, II. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 17 de março de 1959.

GODOFREDO FILHO. Salvemos a Bahia, III. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 07 de abril de 1959.

GODOFREDO FILHO. Invasões e favelas. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 17 de abril de 1959.

GODOFREDO FILHO. Ainda invasões e favelas. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 24 de abril de 1959.

GODOFREDO FILHO. O mundo trágico da talha baiana. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 07 de agosto de 1959.

GODOFREDO FILHO. Introdução ao estudo da casa baiana. In: *Diário de Notícias*. Salvador, 15 de agosto de 1959.

GODOFREDO FILHO. A dança das estátuas. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 23 de outubro de 1960.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 24 de outubro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, II. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 31 de outubro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, III. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 07 de novembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, IV. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 14 de novembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, V. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 21 de novembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, VI. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 28 de novembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, VII. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 5 de dezembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Arquitetura civil da “belle époque”, VIII. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 12 de dezembro de 1982.

GODOFREDO FILHO. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho por Godofredo Filho. In: *Diário Oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984.

2.2. Textos inéditos:

GODOFREDO FILHO. Dois capítulos de um romance inacabado. In: *Série escritos*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

GODOFREDO FILHO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

3. SOBRE GODOFREDO FILHO

3.1. Textos publicados

AYRES, Bisa; OLIVA, Zitelmann; ROCHA, Carlos Eduardo. Canção de amor e vinho de Godofredo Filho. In: *Tribuna da Bahia*. Salvador, 17 de julho de 1971.

AZEVEDO, Paulo Ormino. Godofredo Filho: entre o espírito e os sentidos. In: *Tribuna cultural*. Feira de Santana, domingo, 02 de maio de 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Irmão feirense. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004.

DUARTE, Zeny. Arquivamento do eu. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004.

FERREIRA, Jerusa Pires. A alquimia generativa do bruxo Godofredo Filho. In: *Revista Ocidente*. Vol. LXXXX. Lisboa, 1971.

FERREIRA, Jerusa Pires. A poesia em galego de Godofredo Filho: entre sol e sombra. In: MONTEIRO, Xesús Alonso; SALGADO, Xosé M. (organizadores). *Poeta alófonos em língua galega*. Atas do I Congresso. Santiago de Compostela, 1993.

GOMES, Eugênio. O cinquentenário de um poeta. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 01 de abril de 1954.

GROPPEL, Symona. Um jovem poeta com 50 anos. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1975.

LEAL, Fernando Machado. Visionário da preservação. In: *Jornal A tarde*. Salvador 24 de abril de 2004.

SCHIMIDT, Augusto Frederico. Páginas de galo branco. In: *Revista da semana*. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1957.

SENA, Consuelo Pondé de. Meu convívio com dois mestres das humanidades. In: *Diário Oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984.

SOUZA, Remy. Entrevista com Godofredo Filho. In: *Diário Oficial*. Salvador, 26 de abril de 1984. p. 8.

VIANA FILHO, Luiz. As mil faces do poeta. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 26 de abril de 1984.

3.2. Textos Inéditos:

FERREIRA, Jerusa Pires. *Godofredo presente*. Palestra proferida na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em 1999.

3.3. Cartas

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Carta a Godofredo Filho. In: *Série Cartas de Rodrigo Mello Franco de Andrade*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

BANDEIRA, Manuel. Carta a Godofredo Filho. In: *Série correspondências com escritores e intelectuais*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador: Bahia.

KUENER, João R. M. Carta a Godofredo Filho. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia.

ANEXOS

Anexo 1:

Ladeira da Misericórdia

É ladeira sem princípio
ou por princípio sem fim.
È ladeira que começa
onde eu quisera acabar.

È ladeira da Bahia,
cruel ladeira perdida,
que por boca da ironia
se diz Misericórdia.

É ladeira da Bahia.

Por onde a traçaram vai
ou de súbito não vai,
torcida sobre seu corpo,
virada quase ao contrário,
canyon por onde os alíseos
se precipitam silvando
na trança das urupemas.

Que de sobrados fantasmas,
varandas ermas de sonho,
arcos, muralhas de sombra,
janelas, portais vazios,
molduras de pedra suja
sem apoio de mais nada,
com rios doidos de vento
saltando no etéreo golfo
do inútil azul das tardes!

Ó vós que passais, ouvi-me
a efêmera e monocórdia
canção da negra ladeira
que é da Misericórdia.

Misericórdia de quem?
Misericórdia por quê?
se eu só (quem lhe deu amor
obscuro mas imortal),

possa entender o desvairo,
a esconsa mágoa, o silêncio
que oprime seu sonho informe.

Ai, quero cantar-te agora,
na solidão desta hora
que não voltará no tempo
- sombra vã da eternidade,
cantar-te o jugo, o tormento
que faz que durmas de noite
com pálpebras descoladas,
o obsidente sofrimento
que prendo na trama aérea
de meus versos incorpóreos.

Também quisera na glória
contigo sobreviver,
como hoje, no desespero,
te incorporas ao meu ser
pelo verbo conviver.

Ó inverossímil ladeira,
que foste o íngreme caminho
por onde outrora subiram,
coléricos e espantados,
tantos negros sofredores
sob o relho dos feitores,
índios bravos, curumins,
ao suave clarão dos hinos
de pastorais cor de aurora
que iam a dessedentar-se
nas fontes do teu perdão.

Onde vive o teu perdão?

Ouçó-te as vozes perdidas,
ou que das festas dos muros,
de teus paredões enormes,
vão singrando o dorso esquivo
da maré de teu silêncio:
são vozes de missionários,
alaridos de corsários,
esporas de bandeirantes,

lanças longas, arcabuzes
vazando o crânio da treva,
gemidos de agonizantes
nos postigos do Hospital,
saudades daquelas donas
do Santo Recolhimento,
os olhos postos no mar;

vozes bruscas de ouvidores,
De capitães, de Doutores,
de Primazes sonolentos,
e de Vice-Reis odientos;
e também, no teu mistério
das horas de amor celeste,
procissões de virgens brancas
entre aromas de alecrim,
gargantilhas de aleluia
em cadeirinhas de arruar,
e o amor que ali teve um dia
um rei mago de Ajudá.

Misericórdia por quê?
se a alva escorre sem ver,
nem redimir os amantes
que dormem pelo abandono
dos mornos beijos viscosos
no mar dos lençóis desfeitos.

Misericórdia de quem?
se esmagar os rostos que dormem
ou sobre as pedras magoadas
eu piso gargantas súplices
de vozes que não escuto.

Ah, quantos sábados tristes
do amor estival das terdes
não rolei nas pedras lisas
de teu ardente convite,
buscando Lalu dormindo,
afagando Durvalina,
ou, na carne incandescida,
sentindo a pua dos ossos
do prenúncio do esqueleto

de Eva Maria Fernandes.

E quantas noites unguidas
de lua escorrendo insone
sobre os desvãos de teu leito,
não preendi minh'alma enferma
nos muros de teu silêncio,
e tangido ao torvo anseio
de madrugada morrente
varando portais desertos,
trepei teus jiraus de espanto!

Ah, descesse eu em tais noites
teu funicular de angústia,
sob o riso avermelhado
da gengiva das janelas,
e amargo olvido buscasse
nas ilhas do mar do vinho.

Ou então perquirindo o assombro
de horas tardas de vigília,
ouviste teu longe canto
no cimo das turvas ilhas,
as ilhas do mar do vinho.

Onde andais, sombras fugidas
da angra de meu carinho?
Onde andais, sombras perdidas
Marfisa, Dalva, Marília?

E as outras mais? Onde estão,
de clorose e de carmim,
glicínias da noite ardente
despetaladas por mim?

Sila, Silu, Clementina,
Eurides nos braços de Elza,
Zezé com seu filho morto,
cantando a canção de Ofélia...

Juracy longa e fragílisma,
Que amor abrasou na vulva
nevrose de consunções

e Judith, a flor do ciúme
que a noite acendeu no espanto
das convulsões fesceninas,
Judith que eu redimira
(ó alma, ó clarão da alma!)

Que no dezoito não vejo
na sombra o rosto de Stela,
nem Flaviana anoitece
na tarde de outra janela.

Onde andais sombras sumidas,
Floriceia negra e tantas
que nunca tiveram nome,
espuma das turvas ondas
do mar da dissolução?

Onde andais, sombras perdidas?

E tu, Leonor, pela cova?
Que tal isso lá, menina?
Melhor que nossa ladeira
com sulfa e penicilina?

No reino das águas frias,
quisera dormindo o rosto
de Dionéia Jesus Pires.

Dionéia, dá-me essa taça,
quero beber por teus olhos
no reino das águas frias.

Que vem do mar da ladeira,
entre ondas de urina e pedra,
borboleta comandando
o barco da perdição,
e eu, piloto dessa nave,
à doida rosa-dos-ventos
furando a bruma das saias
de Eva Maria Fernandes... .

ó Nauta que vais escolta,
suspende a vela que é tarde,

ó Nauta, vais naufragar:
nos penedos desses peitos,
nos baixios desses púbis,
o barco vai se afundar.

Navegador solitário
dos óstios himenais,
não soçobres teu decoro
na fossa navicular.

Que longe o Porto dos Mastros,
onde alguém de balde espera
a nave que não virá!

Ó Nauta, que vai às ilhas
para esconder teu tormento,
não haverá nesses mares
a ilha do esquecimento?

Que longe o Porto dos Mastros
e o brando lençol macio
da praia do Bogari !

Por aqui só excrescências,
detritos amoniacaais
e, em decúbito dorsal,
untada de mornas galas
para estranhos esponsais,
a noiva dos formicidas
com seu bilhete fatal.

Marise, Antônio sumiu.
Amália, a luz se apagou.
O riso daquela boca
o tintureiro lavou.

Escorraçado, esse canto
buscando a torta ladeira
na crina das bebedeiras,
é o canto de um marinheiro
que mares azuis trocara
pelo Biscaia de treva
das pedras desta ladeira.

É um canto de amor desfeito
contrapontando o silêncio
da língua dos enforcados
na trave de teu banheiro.

Ó Dionéia Jesus Pires
afogada na escuridão
das ondas do mar sem fim,
também eu vou me afundando
nas ondas do mar do peito
de Eva Maria Fernandes.

Ladeira do meu tormento!

Fojo de animais bifrontes,
pobres cervos desganhados
que João Batista apascenta
nos verdes quintais da encosta,
vagas enguias lustrosas
que o pesadelo da noite
distende no claro-escuro
do aquário lunar do sono...

Guiovaldo acende uma vela,
Rosa jogou-se à calçada:
_ “Meu lenço de seda branco,
meu pé de manjerição!”

Ron Merino, bofetadas,
um punhal riscando a fundo
teu nome numa canção,
soluços, pragas, risadas,
misturando blues e sambas
das radiolas de aluguel
ao lento noturno rouco
de xiques-xiques e agês
se alando às trilhas longínquas
do Aché do Opô Afonjá...

Ebó, dendê na farofa,
pimenta no arroz de Haussá.

Nossa Senhora do parto

tem olhos de conta verde
no rosto moreno estanho;
galos de alfazema e nuvem
com bicos de índigo vidro,
e as aéreas naves de âmbar,
partindo a meio o silêncio
das duas da madrugada.

Ladeira que já não subo,
mas que desço agora sem medo
da sombra que vai comigo.

Vereda isenta de arrimo,
caminho solto no tempo.

A lua deitou-se agora
no leito escuso da rua,
tomando a forma das coisas,
das janelas e das tranças
porque os convites obscenos
transmudasse em línguas brancas
segredando-me a ternura
de um conúbio sepulcral.

Hoje, és Padre Nóbrega
para o cartaz das esquinas,
mas foste acaso o caminho
de Mem de Sá, de Vieira,
de Gregório de Mattos Guerra,
comborça de capadócios,
amante de seresteiros,
Xisto da Bahia afagando
na garganta dos violões
modinhas de adormentar
o olhar que não tem mais pálpebras.

Foste rua de prosápia
e hoje és ladeira de negras,
de mulatas sifilíticas,
de soldados e de bêbedos,
ruas de míseras putas
ou das sombras que entrevejo
cavalgando desabridos

ginetes de bruma errante.

Ó, esse amor ignorado
que eu só te dei, ó ladeira
de insone Misericórdia:
amor de carne, de sangue,
de saliva e beijos ácidos,
amor que sobe do fundo
dos pântanos seminais.

Sou eu quem te beija as pedras,
quem, ao pranto convolado,
se adensa no teu mistério;
quem prende à carne dos lábios
macerados de servícia
o amor que não sabe o nome,
e o traduz em luz aurora
de redenção impossível,
por te querer abrasada
nesse amanhã que demora
de alvorecer meu tormento,
ansiando-te violentada
da graça abissal do Cristo,
à flor da chama vermelha
tocando de irreal brancura.

E então és Misericórdia!
Ladeira da minha vida.
Ladeira do meu amor.

GODOFREDO FILHO
Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1976.

Anexo 2:

A DPHAN e a preservação do aspecto tradicional da Bahia

Agradeço-vos este convite que me permitirá almoçar em vossa companhia e, nesta breve conversa, vos informar sucintamente a respeito de um dos mais vivos problemas da vida cultural baiana: o da preservação e restauração dos monumentos artísticos de seu passado.

Compreendereis que, sem passado dignificado a servir de nobre lição e incentivo ao presente, não pode subsistir país que se preze de civilizado. E admitireis, de certo, que, no caso particular da Bahia, poucas vezes estarão autorizadas a considerar o assunto, como a de quem vos fala, neste momento com a responsabilidade, há dezoito anos, de guardião e defensor do que de mais belo nos legaram, aqui, os séculos que se cumpriram.

Estas palavras pretendem ser não só de esclarecimento, partidas de um técnico que à solução de tais problemas tem dado o melhor de seu esforço, mas de um conterrâneo vosso, de um baiano que deseja e pede, para o seu trabalho e o de seus companheiros de equipe, vossa compreensão, vossa simpatia, em suma, o prestígio impar de vossa ajuda.

Nossa maior tarefa talvez seja educativa, de formação ou cultivo do bom gosto, de despertar ou afinar a atenção de amigos e, até, dos indiferentes, para o verdadeiro encanto de nossa terra, que não será o de meia dúzia de ruas largas ou de arranha-céus funcionais, que esses existem multiplicados e mais notáveis em toda a parte, mas para essa beleza grave de nossas vilas esconsas, para o colorido vivo de nossa casaria humilde, para as igrejas e os solares de outro tempo, para as nossas músicas, nossas festas de rua, enfim, nossa mais pura tradição.

Por esta tradição, somente por ela, meus prezados rotarianos, é que a Bahia vale e é lembrada no resto do país e pelos estrangeiros ilustres que a visitaram e dela se recordam, de sua incomparável magia.

Mas, infelizmente, essa tradição vai morrendo ante a ignorância, indiferença ou hostilidade das novas gerações e, até, dos poderes públicos que a deviam cultivar, aprimorar, defender e propagar. Não é triste, por exemplo, para não dizermos humilhante e degradante para nossos foros de civilização, que a *Noite dos Reis*, na Lapinha, se transformasse em *Grito de Carnaval*?

É para conversar a respeito dessas coisas que eu estou aqui e, mais, para lançar um apelo à vossa autoridade, à vossa influência social, econômica e quiçá política, no sentido de nos unirmos todos, pela palavra, pelo exemplo, pela generosidade dos donativos, para que não se acabe, não se mutile o caráter de uma cidade como a nossa, cuja força maior reside ainda no que foi ou no que será, tanto mais, quanto mais extraordinária e viva sua tradição, o amor de sua beleza passada.

Longe de nós a idéia de desejar que a Bahia estacione no tempo, que esta cidade atlântica, que esta capital tenha seus passos entravados ou retardados. O que desejamos, o que reclamamos, o que pedimos, é a coexistência pacífica de ambas. É o

respeito de uma pela outra. É a não interferência de uma no espírito e na plástica da outra. A graça, o Canela, a Barra fiquem onde estão e melhorem sempre, atualizem-se, projetem-se para o amanhã; mas que o Pelourinho e o Carmo fiquem também onde se encontram, em seus lineamentos e limites estruturais, melhorando a seu modo, isto é, a higienização e decência das habitações condicionando-se à censura arquitetônica das fachadas.

Nem Roma, nem Paris, nem Atenas, nem Toledo, um pouco, deixaram de ser grandes e modernas cidades, sem que isso lhes perdesse o aroma do passado.

Acredito que, numa cidade como a Bahia, há inúmeras coisas a fazer pelo seu progresso e mínimo de conforto de seus habitantes, antes de alarga-se a Rua do Passo, retificar-se o traçado da Rua São Francisco, ou escaiolar e apor platibandas aos sobradões do Pelourinho. A propósito, quase pediríamos bom-senso em lugar de senso estético.

É sabido o que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde sua fundação, tem feito nesse sentido, afim de proteger e restaurar os monumentos arquitetônicos da Bahia

Lutando contra toda a sorte de dificuldades, desde a exigüidade de verbas disponíveis às restrições muitas vezes impostas pela incompreensão ou má-vontade de interessados, basta exemplificar que, somente de 1937 a 1946, nove anos apenas, essa repartição federal empreendeu, a expensas da União, no 2º Distrito, que compreende os Estados de Bahia e Sergipe, a restauração de 36 monumentos arquitetônicos, alguns dos quais, como a igreja de São Lourenço de Itaparica e Rosário dos Pretos de São Cristóvão em Sergipe, se encontravam em estado de ruína quase total.

A maior parte desses imóveis reparados encontra-se nesta Capital, que graças às comemorações do 4º Centenário de sua fundação, foi, de 1950 em diante, excepcionalmente beneficiada com o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, autorizado ao poder Executivo pelo Congresso, em virtude da Lei nº 874 de 18 de outubro de 1949.

Desse crédito, o mais vultoso que a DPHAN teve à sua disposição para fins de restauração de monumentos baianos, coube a importância de Cr\$ 4.000.000,00 ao governo do Estado da Bahia, para atender as despesas com as festividades do dito Centenário e Cr\$ 2.000.000,00 foram destinados à compra, feita à Misericórdia, da Casa dos Sete Candeeiros, palácio setecentista que é a sede do 2º Distrito da DPHAN e onde brevemente funcionará um pequeno museu de artes plásticas.

Desnecessário acentuar, porque é de vosso conhecimento, o valor de tais contribuições, e o quanto dignificaram os monumentos da Bahia.

Entretanto, estarão algo prejudicadas se não se cogitar, a todo transe, de preservar uma parte da cidade onde a maioria deles se encontra localizada.

Será possível sentir a imponência da Catedral, ou de São Francisco, ou da Ordem 3ª, sem a sua atual e adequada integração nos conjuntos arquitetônicos que compõem?

E que apesar desses monumentos, e de São Domingos, de outros palácios de então, se o Terreiro, por exemplo, viesse a ostentar edifícios modernos ou de grande altura?

Não seria mais lógico alinhá-los em outros setores urbanos, ou cogitar de harmonizar os edifícios da Praça da Sé, tão feios, tão inexpressivos, depois da loucura que destruiu para sempre o templo primacial?

Concordareis comigo, estou certo. Ou procurai-vos convencerdes da verdade destas palavras.

Eu o desejo, e a Bahia de vós.

E para que este apelo não fique ao vento, lá na Casa dos Sete Candeeiros estarei à espera de vossa ajuda, de vosso encorajamento, de vossas sugestões, de vossa força, para que possamos, poder público e iniciativa privada, unidos pelo mesmo ideal, salvar a verdadeira Bahia, a Bahia tradicional, retribuindo-lhe, assim, em compreensão e amor, a dádiva incomparável que ela perenemente nos dá.

GODOFREDO FILHO

Salvador, *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1955.

Anexo 3:

Conservar o caráter típico da cidade monumento

Godofredo Filho, Diretor do Patrimônio Histórico Artístico, expõe seu pensamento sobre os problemas de Salvador - É possível a coexistência do nobre passado com as modernas formas arquitetônicas - Elogio ao EPUCS - Velhice não é sujeira.

Um “Prefeito ideal” para Salvador, eis a questão que será decidida por cerca de cem mil eleitores dentro de pouco tempo. Como nos propusemos a colaborar com a opinião pública, oferecendo oportunidade para que os principais problemas da Comuna fossem debatidos, divulgamos hoje a opinião do poeta Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Uma grande honraria

O poeta Godofredo Filho, para quem a Bahia não tem segredos, considera um privilégio dirigir a Cidade do Salvador. E explicou:

“De início, pensamos que não deve constituir tarefa das mais simples a de ser prefeito de uma cidade como a Bahia. Como não deve ser um homem de soluções simplistas, um simplório ou, apenas, um sabido, aquele que se abalance a conquistar o privilégio (sim, o privilégio) de governar a nossa velha e sempre admirável Cidade do Salvador.

As responsabilidades, de excepcional importância, que serão ônus efetivo de quem se proponha a tal empreendimento transcendem as de um administrador qualquer, de uma cidade qualquer, mesmo mais populosa, mais industrial, mais progressista ou plena de outras possibilidades de desenvolvimento material. Não há exagero, nem impropriedade em dizermos que, sob certos aspectos essenciais, é mais fácil, por exemplo, ser prefeito de São Paulo que ser prefeito da Bahia. Aqui requeremos não só um técnico, um conhecedor da realidade, mas, também, um homem sensível às suas seduções de arte e de história. E isso não em palavras, para efeitos teatrais, turísticos, demagógicos, porém em verdade, em consciência, em espírito público”

Planejamento: tarefa realizada pelo EPUCS

Godofredo Filho, enamorado da Bahia, não esqueceu as tentativas de outros conterrâneos no sentido de valorizá-la. Assim, fez o elogio do EPUCS:

“Afastemos, nessa conversa, a tentação de proceder ao diagnóstico de Salvador. Nem enveredaríamos pela estatística de suas deficiências, pelo exame de suas crises e, menos ainda, pela insinuação do que se nos afigura deverá ser seu planejamento, a terapêutica para seus males, a justa correção de seus desvios. Esse serviço, tanto quanto possível completo, já o fez o EPUCS e, em tais condições, que é tão admirável e acha-se já realizado, quão deplorável o esquecimento a que foi votado, suas soluções às mais das vezes oportunas, sacrificadas por improvisações à base de interesses efêmeros e danosos. Não que o plano do EPUCS seja intocável em suas

conclusões, aliás convertidas em lei municipal; pelo contrário, algumas soluções que propõe poderiam ser modificadas e equacionadas sob o critério de novos estudos por fazer, sob o imperativo de necessidades e realidades igualmente ponderáveis. Mas estudos, dissemos, e, jamais, postergação por motivos fúteis ou para satisfazer interesses de grupos ou a vaidade de noviços em urbanismo. E vale notar que o aludido plano, auto-financeável, removeria obstáculos financeiros de monta e como afirmou outro dia o arquiteto Diógenes Rebouças em lúcida entrevista a este jornal, proporcionaria os meios adequados à racionalização do crescimento da cidade.”

Combate à standartização

O Diretor do Patrimônio esquiva-se às questões sobre higiene, transporte, educação e esportes. Mas, não se omite quando problemas que são objeto de sua atividade diária estão em jogo. O caráter original de Salvador deve ser preservado.

O Prefeito da Bahia “terá de ser um homem visceralmente amoroso da forma inconfundível de nossa cidade, um apaixonado de suas peculiaridades plásticas e espirituais, de seu sentimento místico e sensual, de sua música, de suas danças, de suas comidas. Deve ser um homem que não sonhe com por macadame no Pelourinho, nem imagine arranha-céus no Terreiro. Deve ser um humilde diante da beleza barroca, lusitana e negra de nossa cidade, lutando extremamente por preservá-la. Um homem possuído de humildade, afirmamos, e só orgulhoso de poder servir desse jeito à sua cidade. Longe de nós um demolidor, um Joe Louis de prédios velhos, um Adrien Menderes de ruas veneráveis. Precisamos, antes, de um estabilizador, de um restaurador. Para dar dignidade ao Passeio Público e ao Campo Grande reintegrando-os no risco harmonioso e na graça vegetal de outrora. Para consertar o calçamento e os passeios da Rua do Passo, da Rua do Carmo, de São Miguel, dos dois Maciel, das Portas do Carmo, da Rua do Bispo e de outras. Uma espécie de governante fiorentino dos tempos áureos. Objetar-me-ão que seria muito, e de fato seria, se não estivéssemos figurando um prefeito ideal; ou não será sob pena de acreditarmos na indigência intelectual, moral e estética dos políticos baianos. E Deus nos livre de tal blasfêmia. Precisamos de quem saiba cuidar da moldura de nossos monumentos, que, destes, bem ou menos mal há quem zele. Que não se perca o ambiente desses monumentos. Que não seja deturpado, acanalhado por construções mesquinhas e pavimentação grotescas. Que o prefeito seja um guardião da pureza da Bahia, como um filho o é da nobreza materna”.

Velhice não é sujeira

O povo não acolhe com simpatia as opiniões daqueles que se batem pela conservação dos aspectos mais característicos de Salvador. Godofredo Filho percebe esta incompreensão e responde de maneira satisfatória à dúvida existente:

“O necessário, o essencial, é não confundirmos velhice com porcaria, ancianidade com sujeira. Defendamos a obra antiga, mas, é claro, que com fachadas limpas, vidraças polidas, soluções higiênicas no interior das habitações. Batamo-nos pela preservação de certos ambientes, praças e ruas antigas, mas é certo que sem lixo nas

esquinas, sem meios fios esborcinados, nem calçamentos falhos ou revolvidos. Velhice, tornamos a repetir, não exclui asseio, higiene, compostura cidadina. Estes requisitos é que lhe aumentam o prestígio e a aura de encanto. Haja vista Santillana del Mar ou a nossa Ouro Preto. E não se diga que são cidades mortas. E Roma e Florença, perguntamos? E Santiago de Compostella? E Toledo? E Lisboa, meus caros baianos, Lisboa onde o velho e o novo se conjugam às maravilhas, o novo pelo que é, sem necessidade de louvação, e o velho esplendidamente alinhado, banhado (lavam-se as ruas diariamente), os poiais com cravos vermelhos e os retângulos das janelas com rostos alegres de crianças?”

A cidade moderna tem seu lugar ao sol

Fazer de Salvador uma cidade Museu não significa impedir seu progresso. Pode-se construir ao lado das velhas estruturas, formas arquitetônicas em consonância com as concepções plásticas da época. O que se exige é um pouco de respeito pela velha e adorável Bahia. Godofredo Filho o justifica, encerrando suas considerações sobre o problema:

“Há também espaço, em Salvador, para a cidade nova que alguns querem, de vastos jardins e avenidas com edifícios modernos, marcados pela força adolescente e graça quase aérea de nossa boa arquitetura. Mas que se respeite, por puro amor, ou por consenso dos que sabem amá-la, essa velha cidade da Bahia. E que a deixemos como ela deve ser e permanecer: inconfundível, única, uma das quatro ou cinco cidades do mundo onde a realidade não prejudica, antes acrescenta, nosso ideal de progresso e de beleza.”

GODOFREDO FILHO

Salvador, *Diário de Notícias*, 07 de setembro de 1958.

Anexo 4:

Dança das Estátuas

Guardemos-nos de escrever sobre o que não é de nossa conta e, muito menos, sobre o assunto vedado ao nosso trato ou não percorrido pela atenção do nosso estudo. Imperdoável que nos entretivéssemos a disrepear a respeito de problemas que só a doutos, em suas respectivas matérias, coubesse a palavra reveladora das soluções acertadamente encontradas. E hoje, mais do que nunca, quando se constringe o círculo das especializações, é que parece impraticável e distante aquela posição de espírito tão comum aos homens de outras épocas e, no Renascimento, exemplificada na sabedoria omnímota de Leo Batista Alberti.

O enciclopedismo passou de moda, por impossível de autenticidade, e salvo aflorações ensaísticas efêmeras, embora pertinentes como comentário informativo, já não se crê no que não se possa provar, nem se afirma o que refoge a verificação condicionada a métodos críticos de rigor experimental.

O assunto, entretanto, não é de profundidade que esteja a desafiar intuição genial, estudos acurados, exercício contínuo, e só mediano bom gosto, esse humilde símile de bom senso, um e outro como que varridos de nossa velha Bahia, talvez a precisar, nos dias que correm, mais da língua suja de Gregório de Mattos que do sermonário de Vieira, insensatamente revivido por um exame de retóricos, cujas vozes ainda zunem na memória dos basbaques.

Iríamos longe no caminho desta digressão, se o que importa não fosse a justificativa imediata da dança das estátuas, que estamos a preconizar, sob a regência do administrador municipal que, às presentes sugestões, juntasse o parecer de urbanistas, de arquiteto-paisagistas, dos engenheiros, de críticos de arte, de historiadores, enfim, dos competentes desse grave órgão que suponho existir, ou deveria existir – o Conselho consultivo do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador – só ele capacitado para encaminhar ao executivo, do ponto de vista da estética da cidade, medidas capazes de defender-lhe a fisionomia em suas implicações com o bem estar público.

Cícero (*De Finib.*, I. 5.), louvando Atenas, nos dizia que era tão rica em monumentos que, por ela, não daríamos um passo sem marchar sobre a história, porque, ali, as praças públicas, os teatros, os templos, as obras primas da escultura e da cultura lembravam aos atenienses as ações e as virtudes de seus antepassados. Da Bahia, bem que se poderia dizer o mesmo, se, ao que nos legou o passado até os fins do século XIX, outras obras fossem acrescentadas, nascidas sob o signo da mais pura arte, ou, pelo menos, vivificadas pelo mediano bom gosto a que aludimos. O assunto, por demais, complexo, não cabe nas limitações desse artigo, e só a escultura no que tange às estátuas e aos monumentos simbólicos ou comemorativos existentes em nossas praças públicas, poderá ser objeto de breves comentários. E é pena que, salvo em raros casos, tenhamos de condenar tantas obras expostas e, às vezes, a impropriedade de sua localização.

Haverá em nossa cidade estátuas, baixo relevos, inscrições, arcos, capazes de perpetuar condignamente a memória de fatos históricos ou ações dos que a serviram com sacrifício e aumento de glória? Poucos e modestos, deverá ser a resposta: o Obelisco do Passeio Público; o monumento ao 2 de julho, no Campo Grande; o monumento à batalha de Riachuelo, em frente à Associação Comercial; a figura de Teixeira de Freitas, réplica do original de Bernardelli, tão inconvenientemente situada; o Rio Branco, em S. Pedro; e, em outro sentido, o Cruzeiro de São Francisco e a Cruz do Pascoal. À parte esses, só o busto do Dr. Paterson e a estátua da Fé sobre o túmulo do Barão da Cajaíba, no Campo Santo, são dignos de atenção, sem falar em alguns monumentos de propriedade particular, ou semi-particulares, como os de Luiz Tarquínio e Pedreira Marinho. As restantes estátuas que adornam nossas praças não apresentam características que as façam emergir da mediocridade e algumas há, como a de Seabra, na praça da Inglaterra, ou a dos irmãos Pereira, na Fonte Nova, que constituem verdadeiros mostrengos. Incrível tanto gasto de tempo e dinheiro para consagrar tais estafermos plásticos, quando o caminho acertado seria o do concurso, com uma douta comissão julgadora, e a porta aberta aos Correia Lima, aos Cozzo, aos Leão Velloso e, sobretudo, aos Bruno Giorgi, aos Celso Antônio, aos Mário Cravo, sensíveis estes últimos à inspiração e à técnicas contemporâneas.

Entretanto, na Bahia, o que vemos é desagradável, por insólito: quase todos os monumentos foram entregues por encomenda ao finado Pascoale de Chirico, excelente criatura, que Deus haja na sua glória, talentoso, expansivo, generoso, senhor dos segredos do *métier* autor mesmo de alguns bons trabalhos, mas destituído de ímpeto criador, de rapidez expressiva, de *virtú*, o que não exclui virtuosismo plástico. Porque a escultura, muitos o sabem, parecendo a mais fácil das artes especiais, é, contudo, a mais complexa pelo isolamento a que está condenada e pela sua resistência ao processo comum de assimilação. Os problemas que sugere desde a remota antiguidade, em que pesem as soluções helênicas e as do próprio Miguel Ângelo, seguindo por Brancusi, Rodin, Epstein, Maihol e Despiau, sem olvidar as experiências de Lipchitz nem o biomorfismo de Arp, são de molde e nos convencer de que seu mundo é, aparentemente, o menos acessível ao sopro do Verbo, donde os percalços de sua conversão às soluções simplistas das receitas aprendidas em formulários. E já quando novas pesquisas revelam outras faces da escultura, andávamos ainda presos ao acadêmico, como perversão do classicismo, e a uma espécie de bibelotismo hipertrófico, prestigiando os que se comprariam, por impotência nos simples processos da imitação e da repetição.

Mas, voltemos às estátuas da Bahia onde o mais lamentável não é que obedeçam as determinadas linha de concepção e fatura tradicionais, mas que sejam quase todas monotonamente do mesmo artista, com exclusão de outros valores brasileiros ou estrangeiros de seu tempo. De Pascoale de Chirico são a maioria delas, as que deviam ter mais significado: Rio Branco, Conde dos Arcos, Cayrú, Pedro II, Nóbrega, o Bispo Sardinha, Labatut, Carneiro Ribeiro, Tapiranga, e, o que é mais grave, o nosso Castro Alves. Como compreender, em praça pública, na praça de seu nome, um Castro Alves trabalhado por artista, que não fosse tocado de talento quase genial? A

Bahia continua a dever-lhe esse monumento. Como deve a Gregório de Mattos. Como deve ao Padre Antônio Vieira. Como deve a Francisco Dias D`Ávila II. Como deve aos mártires de 1798. Como deve a Ruy. “É de bronze inteiriça a espinha dos heróis”, disse o poeta. E nossa Bahia persevera em faltar-lhes, enquanto outros filhos seus, sem que fossem heróis, nem santos, nem benfeitores insignes de seu povo, aí estão perpetuados no mental da glória.

Que dancem, pois, nossas estátuas, ao compasso paternal de um sábio demiurgo. O Obelisco que volte ao Passeio Público onde o Conde dos Arcos o erigiu em jardim que poderia ser o mais formoso da cidade; e que, em frente ao Palácio da Aclamação, se erguesse o monumento a em dos grandes governantes da colônia, do Império, ou da República: um Diogo Botelho, um Dom João Lencastre, um Pedro Luiz, um J.C. Bandeira de Mello, ou, com maior propriedade, um Góes Calmon, esquecido em má estátua no exílio dos Barris. Que o atual monumento a Castro Alves seja oferecido a sua terra natal, o antigo Curralinho, e que a ele se levante um outro, pleno de mocidade, de calor libertário, de poesia grandiloqüente, obra de excelsas intenções e proporções. Que no Terreiro haja um Nóbrega melhor afeiçãoado e colocado, homenagem extensiva à Companhia de Jesus, que nos cristianizou. E que um Gregório também haja, em qualquer canto ou recanto onde viveu, e com aquele ar malicioso e atrevido que tem o poeta criado em Lisboa. E, finalmente, que, na Praça Municipal, se é que esta possa comportar qualquer conjunto escultórico proporcionado ao gabarito de seus edifícios, ficasse o monumento ao nosso grande fundador, a Tomé de Souza, o pai da Bahia, e, não, ao Descobridor para ali proposto, e que jamais aos seus títulos ajuntou qualquer referência a esta terra em que tocou sem ser o primeiro, pois ela continuaria, como ainda hoje, é Camões quem o disse, “Terra de Cruz pouco sabida”.

Que dancem nossas estátuas e, afora estas sugestões de em amoroso da cidade, também sejam ouvidas as de seus sábios e artistas, para que nos livrems, por Deus Nosso Senhor, do acréscimo de novos males, frutos amargos da improvisação.

GODOFREDO FILHO

Salvador, *Jornal A Tarde*, 23 de outubro de 1960.

Anexo 5:

Salvemos a Bahia I

O problema e preservação dos aspectos tradicionais da Bahia, daqueles que são mais característicos e dão à nossa velha cidade uma fisionomia inconfundível no panorama brasileiro, está de novo na ordem do dia. Toda a vez que se esboça nos horizontes políticos a perspectiva de uma administração municipal com dirigentes e técnicos portadores de programas desconhecidos, ou sem programas definidos para certos setores de excepcional importância, tremem aqueles que são amorosos de nossa cidade, no que ela tem de único: o patrimônio artístico, em particular arquitetônico e urbanísticos, legado pelas gerações que nos precederam.

Aliás, consideramos mal ao dizer que tal problema está de novo na ordem do dia. Ele nunca saiu da ordem do dia. De muitos anos a esta parte, podemos precisar que, de 1920 em diante, com alternativas de maior ou menor insistência, ele persiste, dos mais prementes e extraordinários, a desafiar solução que só lhe poderá ser dada por homens de inteligência e sensibilidade, e não por energúmenos que encontram prazer em derrubar, ao invés de higienizar, nossos velhos casarões de invejável sobriedade plástica, para substituí-los por monstros de concreto em cujos apartamentos se empilharão infelizes inquilinos, e onde, mais tarde, iremos fatalmente encontrar a cabeça de porco ou o cortiço que se quis eliminar.

Nosso pensamento se dirige de preferência aos conjuntos residenciais que integram, entre outras, ruas como as do Passo, do Carmo, das Flores, do Maciel de Cima, do beco Mota, do Pelourinho, da Gambôa e da Jaqueira nas imediações do Unhão, e praças como o Pelourinho, o Cruzeiro de S. Francisco e o Terreiro de Jesus, cuja intangibilidade defendemos, para que possam ser veneradas em sua singularidade e beleza, tais como portuguesas e espanhóis, francesas e italianas, inglesas e, mesmo, alguns povos sulamericanos apontam com orgulho certas cidades suas, tornadas clássicas pelo encanto arcaico que delas emana, e onde o bom Presente sabe conjugar-se com o Passado que será um dia, sem molestá-lo, sem feri-lo, sem humilhá-lo.

Nunca é demais repetir que, no caso especial da Bahia, não valem somente seus monumentos isolados, sem ambiência, sem concordância com outros elementos que os emoldurem. Locais há que não comportam soluções totalmente novas ao lado de edificações antigas. O Terreiro de Jesus e o Cruzeiro de S. Francisco são dos mais significativos nesse particular. Se, por qualquer circunstância imperativa ou fortuita, uma falha se verificar em qualquer dos blocos que os completam, a solução mais lógica e equilibrada nos parece a de compor, para o claro eventualmente aberto, um volume construtivo sem compromissos exagerados com o simplismo das linhas do passado, nem com as soluções extremistas da arquitetura contemporânea, a única, em princípio, admissível, mas para outras ruas e outros bairros. Estamos, nisso, com exemplos consabidos e a tradição de um sem número de arquitetos e urbanistas de escola. Nem se pense, em que pese a opinião minoritária de alguns estudiosos, que, em tais vias e praças, o moderno se deve alinhar ao lado do tradicional, contrastando-o, porque assim

ocorre, com relação a documentos arquitetônicos dos séculos XVII, XVIII, XIX. De modo algum. Haverá, entre os citados exemplares, diferenças básicas de programa, de técnica, de partido? Não. Acaso de modernatura? Também não, pois sutis e discretas as que se notam. Exemplificando, e óbvio, por exemplo, que o edifício situado no Cruzeiro de São Francisco, n. 2, que é do século XVII, não difere em termos essenciais, dos sobrados ns. 10 e 12, oitocentistas, nem do n. 15, uma simpatia do século XIX. Notar-se-á, porventura, dessemelhança entre seus telhados, excetuada a de número de águas? Não. Em seus beirais e cornijas? Não. No revestimento das paredes? Não. No material empregado em cercaduras e folhas de segurança? Não. Na dimensão dos vãos e nos formatos de suas vergas? Aí algumas, mas que se resolvem na variedade dos arcos, ora plenos, ora abatidos, ou em simples retas mais antigas e próximas da tradição renascentista sem nada que conturbe o leigo ou pasme o erudito, antes, com uma singular harmonia plástica insinuando-se no conjunto. Que diríamos, porém, se por ali erguessem um edifício de risco modernista, mesmo em obra de arquiteto de quatro costados? Teríamos, então, à parte um programa com inovações que o século permite, um sistema construtivo e a comodulação inteiramente estranhos a quaisquer vinculações com o passado. Ponto e material de corbeturas, revestimento das paredes, vãos, vidraria, diversos em tudo e de tudo quanto se usou até poucos anos. E convém notar, o que é muito importante, que não se trataria de um simples hotel para turistas numa cidade antiga, como o de Ouro Preto, edifício moderno, sábio, traça de bom arquiteto, e posto em situação que não prejudica o conjunto de casas tradicionais. No mesmo correr. Entalado entre sobradões arcaicos. Um estafermo.

Não queremos lembrar, por hora, pareceres de doutos, estudos e exemplos recentes em favor de nosso modo de pensar, nem trazê-los como alicerce de argumentação. Baste-nos a percepção amorosa de nossa realidade, sem sutilezas hauridas no convívio livresco.

Porque não é com palavras que o vento leva, que haveremos de tentar esse quase impossível hoje em dia, que é preservar a todo transe certos aspectos tradicionais da Bahia, os únicos por que se interessam o estudioso, o turista, o homem comum que virá ver nossas coisas e passa aqui férias, gozando encantos que só a nossa cidade lhe poderá pôr. E os únicos que trouxeram aqui os Paul Morand, os Luc por, os Bazin, os John dos Passos, os Aldous Huxley e tantos outros enamorados de sua paisagem urbana e humana. E fazer que aqui viessem morar um Pancetti, que só a contragosto não morreu na Bahia, ou esse fabuloso Pierre Verger, já incorporado, apesar de quase aérea, à doce poesia de nossas ladeiras e ao mistério de nossos batuques noturnos. E fazer que outros pressintam que irão viver menos porque não poderão conviver conosco, tal o recente caso do cineasta Rossellini.

Ah, Bahia difícil de ser tratada! Bahia, que deverá ter no bronze, em praça pública, para execução póstuma, também os nomes dos que destruíram mutilaram ou defraudaram suas riquezas arquitetônicas, fosse por maldade ou por burrice, o que, em certos casos é maldade dobrada ou posta ao cubo. Deste século, poderíamos apontar, quase que um por um, os principais: derrubadores de igrejas e palácios; mutiladores de solares; descaterizadores de ruas e praças; autores ou cúmplices da evasão de um sem

número de bens móveis que eram padrões de uma civilização irremediavelmente sacrificada.

Mas não é com palavras, afirmávamos, nem com lamentações líricas, nem com patéticos e inócuos apelos, que se há de salvar o pouco ou muito que nos resta. É com planejamento, planejamento e trabalho. Trabalho e fé para remover montanhas (no caso, comover certas parcelas do Poder Público). E é com pertinácia e dinheiro (que tentaremos indicar onde esta), movidos pela inteligência e sensibilidade de equipes que serão convocadas, que atingiremos nosso objetivo.

Com a experiência que temos, já extensa e algo em profundidade, pretendemos voltar ao assunto. Que é de todos nós baianos e brasileiros. E assunto capital a ser resolvido, agora ou nunca.

GODOFREDO FILHO
Salvador, *Jornal A Tarde*, 03 de março de 1959.

Anexo 6:

Invasões e favelas

O problema das invasões e das favelas não é privativo da Bahia, embora particularmente favorecido pela nossa desorganização administrativa municipal e por especialíssimas condições econômicas (agravadas dia a dia) de uma grande parte de nossa população citadina. Além de tais causas e das menos evidentes que se enraízam sob a contextura do aglomerado urbano, outras persistem à espera da prospecção dos historiadores, do diagnóstico dos economistas e do remédio que se há de contrapor ao descabro. Porque a política a seguir, no caso, será de correção e previdência, atenta a um planejamento que tenha em vista o crescimento da cidade, o seu futuro e o de seus habitantes, os infelizes e pobres habitantes de Salvador, que já vão perdendo o gosto de viver em sua terra, porque nem só de ufanismo se vive, nem de cantar loas inconseqüentes ao que realmente vai se tornando feio e sujo. É esse o caso de nossa velha cidade, vítima ora da agressividade, ora da passividade ou da leviandade de alguns dos responsáveis pelo seu destino, que, não só desdenharam a solução de problemas básicos, de arruamento, de tráfego, de pavimentação, de arborização, de asseio de abertura de grandes parques ou áreas pulmonares e tantos, como insistiram em desfigurá-la na sua feição arquitetônica mais típica, no conjunto de elementos plásticos que a tornam única na costa Atlântica da América. E, por um paradoxo que nos deixa perplexos, são esses os que mais procuram dar ênfase à palavra turismo, como se o estrangeiro culto ou médio aqui só viesse para beber água de côco em Itapuan, olhar esse barracão ou gare que se intitula Teatro Castro Alves, ou extasiar-se ante os pobres arranha-céus da Cidade Baixa; são ainda, os que não tremem quando, em seus escritos ou discursos patrióticos, orgulham-se dos quatro séculos de tradição e de civilização baianas, como se não fosse isso exatamente o que procuram esconder ou destruir.

Ninguém quer, ou pelo menos não queremos que a Bahia pare, estacione, imobilize-se no tempo. Não o queremos, nem seria possível tamanha insensatez. Esta cidade eminentemente talássica, capital de grande Estado na vizinhança imediata de extensos lençóis de petróleo, deve estar atenta às solicitações da hora presente e do futuro, para progredir e para crescer. Mas isso não implica em sacrifício de sua estrutura tradicional, em mutilação de seus solares, em destruição sistemática de suas tradições plásticas, nem do ambiente que as vivifica, nem que representa esse ambiente, como símbolo de uma cultura. Aqui (o Novo Mundo o permite), as duas cidades até certo ponto podem coexistir, e nós temos o dever de preservar esse Brasil autêntico que ela guarda, como o mais vivo de sua tradição cristã, humanística e lusitana. O estupendo milagre deverá ser o de que nos falava com amor um celebrado crítico de arte europeu: “na Bahia há uma cidade negra, uma asiática, uma cidade europeia, e, sobretudo uma cidade americana”. Essas muitas figurações numa só transfiguração é que é o milagre da Bahia, esse que deverá continuar sendo feito quotidianamente pelos governantes, pelos seus técnicos, em suma, por todos nós, os homens de boa-fé e do trabalho, os homens da inteligência e do coração.

Mas o problema não deve ser posto apenas e, palavras, numa base afetiva e só sentimental. A tarefa terá de decorrer de um planejamento racional, que condicione o meio físico vivido ao bem público e, todas as suas implicações, inclusive de ordem estética. A realidade sócio-econômica da cidade deverá, pois, estar presente nas cogitações dos que pretendem conduzi-la, dentro de predeterminados escalões de progresso.

Relativamente ao fenômeno das “Invasões”, desconhecido entre nós há vinte anos idos e tão freqüente nos últimos tempos, bem como ao crescente favelamento de extensas áreas sitas no coração citadino, atente-se no exemplo, menos brasileiro que universal, do deslocamento de populações da periferia para o centro, ou mais comumente, das áreas rurais para as zonas urbanas. É uma tendência, por motivos de vária ordem difícil de conter, salvo por um processo de fixação que se terá de basear na revalorização econômica das regiões abandonadas e na consciência a ser criada, da dignidade e proveito da sedentariedade ali, por motivações concretas e irreversíveis.

Entretanto, na Bahia, ao contrário do geralmente verificado em outros lugares, e, sobretudo, em outros países, o centro perdeu seu poder econômico mais que na razão direta da superpulação com que foi acrescido, artificialmente. É claro que nos referimos a determinadas áreas urbanas de interesse histórico e artístico, onde o crescimento da população, conforme os censos demográficos de 1940 e 1950, trouxe o aviltamento das unidades residências, ou por desvio de sua primitiva função ou por degradação, em sórdidos “cortiços”, daqueles nobres exemplares arquitetônicos, que, em outro tempo, até mesmo no começo do século, foram habitações condignas da classe média, freqüentemente da classe alta, e, não raro, dos remanescentes da fidalguia colonial e do Império.

A quase total ausência de “Instrumentos de controle” com que o governo pudesse defender certos programas relativos ao bem-estar coletivo, a inexistência de tais programas, e, por último, a criminoso omissão do poder público em face ao perigoso desvio de rumo notado no tocante às diretrizes de habitação, de urbanização e de planejamento regional, - resultaram na situação caótica com que nos defrontamos, em alguns casos quase irremediável pelo sacrifício, já consumado, da beleza ímpar da paisagem urbana, tal ocorreu entre a península de Itapagipe e o continente, na parte que demora no Porto dos Mastros, ou vem acontecendo na orla marítima externa, da Barra a Itapoan, na Jequitiaia e em outros locais.

Ante a complacência, a impotência ou o descaso do governo municipal, à parte uma ou outra exceção dignificante, consumaram-se nos últimos vinte anos, crimes dos mais monstruosos contra a estética urbana, ao invés de solucionarem-se os problemas surgidos, de maneira a beneficiar o povo sofredor, prejuízo da integridade de sua cidade. Bastaria, por exemplo, para correção de muitos males e enviarem-se outros, que não ficasse engavetado por tão longos o Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, a elaborado por algumas equipes de estudiosos e técnicos orientados pelo saudoso Prof. Mário Leal Ferreira, ou que o mesmo plano fosse emendado, corrigido nos pontos falsos, completado nos omissos debatidos, trabalhado, vivido em suas características essenciais, o que não implicaria em subserviência a todas as suas

conclusões, de algumas das quais nós também discordamos: bastaria, ainda que não se houvesse feito tão pouco caso do estatuído no Decreto-lei municipal n. 701, de 24-3-1948, com vistas a uma oportuna tomada de consciência e de orientação no que se refere a algumas normas basilares da habitação em Salvador.

Não pretendemos, nestes comentários, abordar sob outros aspectos singulares e tentadores, o problema das “invasões”, que refoge do crivo de nossa orientação, que é a vista de seu entrosamento com a paisagem urbana que Deus nos deu, em parte já sacrificada e tão difícil de recuperar. Igualmente, sob este e mais um ou outro prisma, é que nos vem interessando o estudo do favelamento de certas áreas da Bahia antiga. Assim o veremos, proximamente.

GODOFREDO FILHO
Salvador, *Jornal A tarde*. 17 de abril de 1959.

Anexo 7:

Ainda invasões e favelas

Se tomarmos uma carta geral da cidade do Salvador na escala de 1/10.000, não será difícil mostrar, quase de relance, as áreas manchadas pelas invasões ou as que vão se degradando pela proliferação do favelamento. Os quistos sobrepostos pelo crescimento anormal de células residenciais multiplicando-se sem controle ou o processo de aviltamento, corrosivo das edificações do centro devido às precaríssimas condições econômicas de seus habitantes, são, sem dúvida, dos maiores males que afligem o desenvolvimento espacial de nossa Bahia, e ambos carentes, ora de intervenções de cirurgia urbanística, ora de uma terapêutica segura, cujos efeitos se façam sentir, em prazo mais dilatado, com a recuperação dos órgãos atingidos e conseqüente normalização de suas funções.

Sem nos fixarmos em aspectos do problema que interessam particularmente o sociólogo, o educador, o sanitarista, o engenheiro, examinaremos o caso das favelas do centro urbano, do ponto de vista do valor arquitetônico de suas unidades e da preservação dos conjuntos por elas integrados. É que, na Bahia, com freqüência muito maior que em qualquer outra cidade tradicional do país, ocorreu um fenômeno cujas graves inferências estamos a sentir e constituir-se em perigo a atender contra a integridade de mais nobre paisagem urbana do Brasil e, sem favor, das mais singulares do mundo americano. Trata-se da transformação já operada numa zona de mais flagrante deteriorização que se possa imaginar, onde milhares de seres humanos agitam-se obscuramente, em níveis de existência longe do mínimo requerido, de alimentação, de higiene e mesmo decoro imprescindíveis a qualquer estrutura da sociedade "*soi disant*" civilizada.

O caso específico dos sub-distritos da Sé e do Passo, e em parte, dos sub-distritos de Sant'Anna da Conceição da Praia e do Pilar é sumamente ilustrativo e tanto mais quanto ao pauperismo de sua atual população, corresponde a enormidade e nobreza das edificações que lhe vieram a caber para a moradia, sem que possa de modo algum repará-las, resguardá-la e sequer lhes dá asseio ou cuidados outros, mesmo elementares de conservação. Obrigado por dever de ofício a visitar freqüentemente tais prédios, temos constatado o contraste confrangedor entre a situação econômica de muitos de seus ocupantes, consumidos por privações de toda a ordem, e os aposentos palacianos em que moram, com seus tetos caixotados, azulejos, portas almofadadas, restos de dourado nos frisos e cantos dos tetos elegantes. Nem é raro que rostos de crianças subnutridas o de mulheres esqueléticas assomem de balcões outrora festivos e alguns ainda vedados por uma renda suntuosa de grade.

Tomemos, essa figuração esquemática, a área delimitada pela Rua do Bispo, Rua da Vala, Cruz do Pascoal e, do lado do mar pela encosta da montanha ou parapeito da escarpa quase a prumo sobre o plano da Cidade-Baixa. O perímetro assim compreendido não será tão extenso que não o possamos abarcar com a vista, ou percorrê-lo todo a pé, vagorosamente, em tempo que não excederá a metade de um dia.

Veremos então, como se grupam quase em vizinhança, templos e solares dos mais ilustres, desde a antiga igreja do Jesuítas e a de São Francisco, com a sua Ordem 3^a, do Rosário do Pretos, de São Miguel, do Paço e do Carmo, entremeadas de edifícios densos de motivação histórica e de arte: aqui, é o antigo palácio do Cônego Telles de Meneses, depois Seminário de São Damásio; são as casas de sobrado seiscentistas do Licenciado Jerônimo Burgos e do Cel. Pero Camelo Pereira de Aragão, esta ilustrada pelo nascimento de Gregório de Matos; são acolá, o Palácio Ferrão e a Casa de Sete Mortes.; e, aquém ou mais além, um sem número de outras mansões fidalgas, os sobradões da burocracia e do comércio endinheirado, com suas fachadas severas de seiscentos, ou tocadas da simpatia plástica dos séculos XVIII e XIX. Pois nesse cenário, a que nada falta do selo dos tempos idos e onde, no silêncio das noites mornas da Bahia, ainda seria possível, talvez, escutar-se o tacão de botas altas sobre as lajes das ladeiras, ou frases perdidas da vida morta, amor de donzelas, banzo de negros, oratória de frades, prosápia dos varões de estirpe exímia - nesse mesmo cenário é que a miséria habita e vai corroendo implacavelmente a ossatura da grande cidade mística e sensual.

Mas essa porção vestuta e bela de Salvador da Bahia não deverá perecer. Temos de saneá-la, de conservá-la. E, se não for possível, como de súbito não será, melhorar o nível econômico de seus habitantes, então façamos uma campanha tendente a removê-los para zonas de maior adequação com suas atividades e posses, onde venham a morar sem recalques, em condições de salubridade favoráveis. E que voltem ao coração da nossa cidade colonial os que possam mantê-la vivas dentro das prerrogativas que um passado insigne lhe outorgou. Não será problema para a iniciativa privada; é, antes, problema para a administração municipal, conjugados seus esforços com os do governo estadual e do federal.

Entretanto, no exame de solução proposta, quer a restauração das unidades residenciais processe por iniciativa do poder público, sob qualquer modalidade, quer apenas expensas dos respectivos proprietários, há que se ter em conta as exceções a surgirem de cada caso estudado de per si, considerando-se que numerosas famílias e alguns dos atuais inquilinos não deverão ser afastados dos prédios e cômodos em que residem e a que estão ligados por vínculos jurídicos ou outras poderosas razões. Restará, também, o grave problema dos excedentes e sua conseqüente localização em casas ditas populares, sitas em áreas de fácil comunicação.

Defendendo intransigentemente a preservação das características arquitetônicas de certos trechos tradicionais da cidade, é claro que não somos indiferentes à destinação e melhoria da vida dos habitantes das favelas dos bairros da Sé. Do bairro da Sé, acentuamos de modo geral, e de outros mais ou menos nas mesmas condições: Preguiça, Julião, Saúde, Passo, Ladeira da Soledade, para só lembrar os que apresentam maior interesse plástico ou pitoresco que urge salvar. Acreditamos não ter sido outro o pensamento do nosso prefeito Heitor Dias quando, ainda candidato, em carta a este vespertino, prometeu que não se descuidaria de coordenar esforços para enfrentar a crise da habitação popular “através da preparação de áreas dotadas de serviços necessários de água luz e transporte, para que nelas, com o apoio e auxílio da Prefeitura, esta imensa parcela da boa e tolerante gente baiana possa levantar sua casa

modesta e simples, mas com uma disciplina de construção que se coadune com as novas técnicas urbanísticas e sanitárias” (Vd. *Jornal A Tarde*, 19, de setembro de 1958). Que isso não fique em promessa, nem só no papel, e teremos meio caminho andado na redução das favelas centrais.

E uma tarefa capital será atacada de frente. Porque, como disse o professor Milton Santos, nas conclusões de excelente inquérito (“Uma favela de fachadas históricas: Pelourinho”) “até admira que esta cidade tenha sido realmente governada, pois a alguns passos do centro administrativo, não houve prefeito que encarasse a questão como ela merece”.

Atende-se, ainda, no contingente ganho para esta causa, no dia em que se promover (como parece vai sendo feita) a recuperação de muitas e extensas ruas do bairro da Sé, até agora entregues ao baixo meretrício e a toda uma fauna adventícia de marginais. Se os resultados dessa conquista forem bem conduzidos, se um planejamento racional servi-se da oportunidade e dignificá-la, então, no presente, enquanto aguardamos medidas de maior alcance, não só a crise de habitação no centro terá uma solução parcial, como nos advirão esperanças concretas de melhor tratamento dessa parte venerável de Salvador. E morar em prédios restaurados no Maciel de Baixo, no Açouginho ou na silenciosa e arejada Ruas da Laranjeiras, será um privilégio igual ao de morar na Rua do Passo, varrida pelos ventos atlânticos e tendo aos pés umas das mais soberbas paisagens do mundo: A da Bahia de Todos os Santos, com seu recôncavo e suas ilhas a confundirem-se com o céu.

GODOFREDO FILHO
Salvador, *Jornal A Tarde*, 24 de abril de 1959.

Anexo 8:

Introdução ao estudo da casa baiana

Se examinarmos a carta topográfica de Salvador da Bahia, abarcando-lhe com a vista o emaranhado dos relevos, das dunas alvas de Ipitanga ao almagra vivo dos morros da costa e do centro, de logo nos espanta o contínuo enrugamento que se processa num terreno castigado por incontáveis erosões.

A apreciação das plantas existentes, acentua Mario Leal Ferreira naquele seu admirável trabalho que é o “Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador”, “mostra claramente a decomposição da área dos morros ligados entre si por gargantas de pequena profundidade, mais ou menos escalonadas, e cujas encostas ocidentais, quase a pique, dão ao conjunto, desde a escarpa de St^o Antônio da Barra até a garganta do engenho da Conceição, onde a pequena cordilheira se engasta no maciço continental, a aparência de uma muralha ou dique a cavaleiro da beira da praia estreitíssima, apenas alargada pela inserção da Península de Itapagipe e pelos acrescidos resultantes das obras do porto”.

O retrato físico da terra, a sua “geo-morfologia”, nas palavras acima está de corpo inteiro, a possibilitar-nos a compreensão ou interpretação da audácia daqueles que, do outro lado do mar, quiseram fundar uma réplica da metrópole, a que seria, deste ponto do hemisfério, recompensa da visão dos políticos, objetivação do devaneio dos aventureiros, palma de mártires obscuros, enfim a Roma tropical, castro e sólio dos que de novo partiriam em vagas sucessivas pelo sertão, abrasados do ideal nunca demais vivido, de dilatarem a “Fé, o Império”.

Se a natureza, nessa parte do Novo Mundo, não lhes pareceu adversa como a do mar do Amazonas, ou brutalmente defendida pelos paredões graníticos das serras, não obstante, aos conquistadores insinuou o difícil que seria vencê-la, se não pudessem antes, e seus corações, dominar a melancolia que o golfo aberto e debruado de rasas montanhas lhes acordava, aquela sugestão de multiplicação da distância que adormece nos longes azuis do Recôncavo Baiano.

O conquistador ensaiaria, então, outras armas com que vencê-la; buscaria (sábio que foi nas intuições de amoroso) outros meios para reduzi-la; e, diante de sua magia, não raras vezes trocou a espada pela pena, o sabre pelo livro, o apodo, a bravata, a língua suja e pródiga de palavrões, pela doçura de ditirambos, de versos, de lausperenes que embalassem.

E aparece, desde os primeiro tempos, a litania dos louvores, como se quisessem com palavras de bruxaria “encantar” a terra que os perdia. A região da faixa litorânea de Porto Seguro, topograficamente semelhante de nosso golfo, exaltou-a Caminha, com edênica ingenuidade: “... Muito chã e muito formosa”, pelo sertão nos pareceu do mar muito grande: porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos”; “muito bons ares”; “águas muito infindas” (ó gongórico Caminha!); graciosa (ó doce Caminha! Ó portuga enamorado!). Gandavo também a investe com

armas de ternura: “Toda está vestida de mui alto e espesso arvoredado, regado com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa a terra...”

Mas não só da terra proclamaram as excelências dos homens e das mulheres, sobretudo destas, o citado Caminha ressaltou os “bons rostos”, os “bons narizes”, e disse que tinham os corpos “limpos, e tão gordos, e formosos, que não pode mais ser”, de algumas tupinambás conta que eram “bem gentis, com cabelos mui pretos, compridos pelas espáduas”. Mais tarde, leremos o mesmo em Pero Lopes de Sousa, a quem os jejuns do alto mar de certo turvaram a vista, mostrando-lhe, nas índias de Vila Velha, “mulheres mui formosas, que não hão nenhuma inveja às Rua Nova de Lisboa”.

Conhecido esse novo caminho, a insólita aventura precisava transmutar-se em sólida ventura. Urgia domar pela palavra e mistério onipresente. E o hino prossegue. As vozes já se sucedem em contraponto: _ é Cardim, no seu exagero de quem muito provara e cheirava o mel cozido nos engenhos; é, mais tarde, Rocha Pita, de quem se afirmou que fora o magno inspirador da “Canção do exílio”, o mais remoto patriarca de nosso ufanismo; e a linha dos “encantadores” da terra parece não ter morrido nunca, que a ela se veio filiar, em outro clima sentimental e sob outros aspectos, o derradeiro de nossos grandes oradores, quando a chamou de “ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia”.

Talvez, nesse processo de escolha de novos engenhos para consecução de uma áspera vitória, resida uma das plausíveis razões da constante de eloquência que nos atribuem, e que, longe de pejorativa, como querem os partidários do osso contra os da banha, seria simbólica de uma seqüência ou reação de ordem cultural, paradoxalmente paralela à da sátira gregoriana e do epigramismo ainda vivos em nosso meio, como correção natural e salutar aos excessos da outra feição.

Como há dois, ou três, ou quatro séculos idos, a Bahia ainda é gorda; barroca na essência e nos pormenores de sua arte; barroca no seu modo de vida e nas soluções que tem encontrado para vários de seus problemas. O casario, as ruas, as frutas, as comidas, o ar, a luz, o céu, o povo das procissões matinais e dos ritos bárbaros que a noite esconde, tudo justifica esse modo de vida que lhe é peculiar, essa mentalidade mais clara e difícil de definir, ou tão fácil se a intergrar-mos na imagem de um ser ao nosso alcance, como o Portugal de Eça esteve contido na alma de Gonçalo Ramires.

Não nos iludamos: na Bahia, o céu não é mais sereno nem madrugada mais bela a aurora, como queria Mestre Pita; mas as orações da feira mística do Desterro, possessa do amor divino que foi Madre Vitória da Encarnação, *O sermão para o bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, que Vieira na Bahia escreveu e pregou, as chulas de Gregório entre cônegos picados e mulatas picantes, tudo isso emerge de raízes que só nesta gulhar, e gundamente, na terra região do Brasil puderam mer-escura do massapé.

O óleo de estranhas unções escorre por toda a parte; e convenhamos, quando o azeite de dendê já escasseia, comido pela boca insípida das industrializações, vem sobrar-nos das refinarias de Mataripe, que Deus guarde não nos afogue e perca um dia.

A casa, quer a consideremos como aquisição natural, de técnica biológica, quer a encaremos sob prisma da adição cultural, foi um fator de relevância

incomparável na formação baiana. E, embora não possamos precisar os limites dessa influência, sabemos que um sem número de vivências incorporadas à nossa psicologia se originaram de obscuras heranças que de processo extrínsecos, modificadores por excelência do grande e misterioso rio das almas.

Se “a ordem espiritual brasileira terá que ser amanhã uma ordem baiana”, como afirmou lúcido ensaísta, bem múltiplas razões desta dedução vêm ligar-se aos alicerces sobre que repousa a estrutura de edifícios modeladores.

A arquitetura de cada século, do impreciso XVI ao XIX, nos trouxe a vida privada e social alguns resíduos de soberana e capital importância. Indolência, luxúria, gula, misticismo, coragem, amálgama estranho de defeitos e virtudes, provieram, em singular escala, do tipo ou dos tipos da habitação que nos serviu, surgida das conspirações do meio para enxerir-se logo como disciplinadora de instintos, condutora de vontades, ou dona do sortilégio de soprar nas chamas de quanto misterioso e recôndito incêndio.

Particularizando, como dissociar da casa isolada do século XVI, às mais das vezes “coberta de palma ao modo do gentio”, a nevrose da volúpia ou a tristeza sem nome tão peculiares aos seus primitivos moradores? À distância de quase quatrocentos anos, compreendemos melhor porque ferveram aqueles fojos aos grotescos ou nefandos pecados de que nos falam as *Confissões da Bahia*, quando da primeira visitação do Santo Ofício: – “Moradora junto do Monte Calvário”, “moradora junto de N. S^a da Ajuda”, “morador detrás da Sé”, “moradora nesta cidade na Rua de São Francisco”, “moradores no Rio Vermelho”, “moradora na Rua Bastiam de Faria” e em tantos outros lugares de que se acusam, mas em que nós o imaginamos ilhados num desconforto e pavor que só os haveria maiores no mar eivado dos corsários hereges, ou na selva em derredor, prenhe de índios e de bichos, de assombros e de medo do esconjuro das feiticeiras.

Vagando pelo recôncavo da Bahia em dias de verão, ou nos de chuva e vento sobre a maré dos rios; entrando, por exemplo, o rio de Matoim, tão famoso pela sortida de Pieter Heyn, em 1627; varando a solidão desse esteiro que se prolonga na Baía do Aratu, como que nos sentimos, ainda hoje, impregnados do silêncio hostil e possuídos do mistério sem nome que emerge do deserto da terra e das águas. E supomos como a solidão e esse mistério não seriam multiplicados nos primeiros anos da colonização, quando a floresta era mais densa, mais escondidos os peráus do golfo, mais terríveis os inimigos na surpresa do ataque. Que habitações por ali se arriscariam? À sombra de que proteção efetiva se estenderam? De que materiais se fundaram para uma resistência que lhes assegurasse vida menos efêmera?

Se consultarmos um documento coevo e condizente com a mesma região, o *Inventário e avaliação do Engenho de Sergipe de Mem de Sá*, datado de 10 de março de 1572, sabemos dos pormenores de muitas daquelas construções: – “Duas casas de palha grandes em que se agasalham os negros”; “outra casa comprida em que em que se agasalham os negros de Guiné que é de palha nova”; “outra casa onde vive o padre”; (aqui, segundo o tabelião Diogo Ribeiro, o padre vive, não mora); “a casa d’argueia”; “uma casa de meles telhada de novo”; “uma casa de purgar onde se beneficia todo o açúcar da dita fazenda”; “um baluarte telhado e cercado de pau a pique de redor onde

mora Simão de Sá”; e, principalmente, “uma casa fortaleza nova de pedra e cal telhada de novo e meia assoalhada e toda cercada de madeira para se fazer de varanda a qual estar por assoalhar”.

Em precisos detalhes encontramos a descrição de várias casas do tempo, das que seriam refúgio de pecados, viveiro de melancolias insubmissas, nascentes vivas de paixões que mais tarde se desbordariam até os ouvidos do Licenciado Heitor Furtado de Mendonça.

O próprio Mem de Sá não lhes fugiria ao prestígio maléfico. Aquele grave e magnífico governador, tão amigo dos padres da Companhia, freqüentes vezes as buscava, cumpliciando-se com a noite. É Frei Vicente do Salvador, homem dos campos de matoim, quem no-lo conta, talvez com encantadora malícia: - “O governador se mudou do Rio de Janeiro para a Bahia e chegou a ela em o mês de junho do mesmo ano de 1560, onde continuou com o governo da terra, na qual era tão necessária a sua assistência e presença que, algumas vezes que ia ver um engenho que fez em Sergipe, ia de noite e deixava um pajem na escada que dissesse que estava ocupado a quem por ele perguntasse, o qual não mentia porque aonde quer que estava se ocupava, e isto fazia para que a notícia da sua ausência não fosse ocasião de alguma desordem, e assim, ainda que o engenho distava desta cidade oito léguas, fazia lá mui pouca detença”. Idas e vindas que outro homem de Matoim, o Sr. Wanderley Pinho, com malícia superior à do franciscano seiscentista, não encontrou alheias ao sentido de certa cláusula testamenteira do 3º Governador: - “tenho mais em casa de Diogo da Rocha duas mamelucas, e uma da terra, as mamelucas deixo forras, e rogo a Diogo da Rocha que trabalhe [pelas] casar ao menos Guiomar a quem deixo vinte mil réis para a ajuda de seu casamento por a outra ser enferma vindo a sarar para poder casar lhe deixo outros vinte mil réis para ajuda de seu casamento”.

Por esse rumo ao padrão amoral, que a terra nova exculpava, também se arriscariam os pobres mortais daquele tempo, fazendo jus à nossa indulgência quando sabemos como e porque se perderam, doentes do ermo, em cada murmúrio da mata pressentindo-se a chegada de uma “Santidade”, excitados na carne desamparada, tentados pela nudez lasciva dos índios, ou aturdidos quiçá pelo clarão das chamas que consumiram o corpo de Ana Roiz, matriarca da terra e filha rebelde da primeira e última sinagoga do Recôncavo.

Do século XVII, como aceitar a sociedade recolhida e quase hermética, o exaltado senso familiar e religioso, e, até a desvairada bravura contra o invasor flamengo, contra os corsários do largo, contra a investida dos bárbaros, se esquecemos as casas do tempo, austeras e fortes, os grandes solares de escassos vãos nas paredes, ou mal abertos em seteiras e altos sacadões de gradil de lança, sobrados só vulneráveis através dos rudes portais de pedra escura?

Singulares e vestutas moradas, tais as adivinhamos menos que contemplamos no aglomerado confuso das vistas primitivas: - a de Doesburg, defeituosa na convenção das distâncias e nos acidentes topográficos notados: A do *Atlas* de João Texeira Albernaz, famigerada *Planta da Restituição da Bahia*, mostrando, em 1631, o triangulo urbano com a Praça das Casas de El-Rei e o Terreiro de Jesus já estruturados nas

limitações de hoje; e várias outras, holandesas e portuguesas, sem perder a de François Coréal, ingênua ou trefegamente copiada por Froger, ou a de 1700, deliciosa *Vue de la Ville de St. Salvador du côte de La Baye*.

Foram essas casas que, de certo modo, forjaram a têmpera e animaram a força de toda uma geração de bandeirantes do Nordeste, domadores do deserto, incomparáveis conquistadores da mais trágica porção de nossa terra; de satíricos e preciosos gongóricos; de sermonistas barrocos possuídos do verbo e da ira dos profetas; de artistas obscuros da talha negra e de ouro; de mulheres alucinadas do Cristo; de todo aquele mundo oscilante entre a ventura do sertão e as igrejas litorâneas de seu amor como em 1648 o encontramos na doação de Felipe de Moira e João Peixoto, iluminando a Sé Primacial de um altar votivo em prata lavrada, o metal de sua ambição terrena e sua ambição terrena e esperança da glória que não passa.

Como a vida amável do século XVIII também seria menos compreensível se, notando a profusão de novas residenciais palacianas, não atentássemos no luxo dourado de suas capelas, lavor de tetos primorosamente apainelados, ou não nos detivéssemos em salas cuja extensão e surpreendente altura só foram adoçadas pela graça ornamental dos azulejos.

Prolongou-se de tal sorte a sugestão educadora da casa, que a sentimos misteriosa e avassalante já em plena decadência do regime patriarcal.

Graças a esse jugo, o nosso provinciano talvez ganhasse maior plasticidade emotiva, gosto pela contemporização, e a excessiva polidez que o requinta como um dos espécimes mais puros do "homem cordial".

Não há como escurecer influência tão flagrante, a favorecer hábitos de vida e métodos de trabalho um tanto diferentes dos conhecidos do resto do Brasil.

Ainda hoje, na cidade do Salvador, os imperativos da rua se anulam diante das prerrogativas da casa, que é o encanto supremo de quase todas as nossas horas, essas que parecem as mais lentas e as mais precisas do trópico.

O baiano descansado, polido, ao sabor de um fatalismo muçulmano, só poderia ser o produto de uma casa tipicamente baiana que o modelasse. A sua lascívia, a sua gula, a sua preguiça, precisavam de tal meio propício. E, também, a lucidez mediterrânea de seu espírito, a sua facilidade para dizer as palavras de que Deus fez o mundo, o seu escape para o epigrama que é a correção o prumo pelo assobio, o seu humanismo intrínseco, o sentido plástico de suas realizações. Qualidades e defeitos. Insuficiências e compensações. Tudo condicionando-se à solidez das paredes, à penumbra das salas, ao ambiente protetor da casa.

Assim a exegese espiritual do nosso povo deve ser, em grande parte, procurada na habitação que o protegeu. Uma casa de sentido freqüentemente horizontal, meio derramada, a princípio aberta em esquivos vãos de frente e, mais tarde, em janelões de fundo espiando o oceano ou escancarados para o verde dos outeiros e dos vales. Porque, em Salvador, a topografia da cidade amenizou e corrigiu os excessos arquiteturais impostos pela norma consuetudinária.

Os visitantes da era colonial, muitos louvaram a robustez e elegância das construções encontradas. Em épocas diversas Pyrard de Laval, François Coréal, Froger,

La Barbinais, Willian Dampier e Martius admiraram-se da solidez e nobreza das edificações baianas.

O primeiro deles que as conheceu tocadas do frescor da infância, formado em 1610, na parte baixa, “une belle et grande rue”, também louva as que erguiam no Recôncavo chamando-as de “belas casas nobres”. Froger é outro que elogia, textualmente, a solidez e altura das casas que viu; como La Barbinais, no começo do século XVIII, esse La Barbinais ardente e remoto enamorado da Bahia, deixando-se encantar dos ócios do engenho de Mataripe, onde sentiu, “sem tédio” a fuga das horas; ou o inglês Dampier, referindo-se as nossas excelentes “edificações de dois e três andares, paredes gorssas, fachadas de cantaria, quase sempre enfeitadas pelas largas sacadas”. Ao alvorecer do século XIX, o grave Martius não foi menos explícito: “As casas... são mais das vezes construídas de pedra, tendo três a cinco andares. São de aspecto agradável”. “Os mais lindos ornamentos desse extenso conjunto são os muitos jardins situados entre elas”.

De um grande número dessas (apesar da barbárie de certos remodeladores arvorados em progressistas), restam amostras de admirável significação que persistem intocadas. Refletem, as mais antigas, aquela força áspera e sincera, apanágio do patriarcado rural; outras o amaneiramento citadino, a graça leve e sensual a cuja sombra cresceria a exagerada flor de nossa delicadeza. E todas falando de coisas e de homens que já não podem voltar. De uma economia falida. De uma cultura morta.

GODOFREDO FILHO

Salvador, *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1979.

Anexo 9:

O mundo trágico da talha baiana

Às igrejas da Bahia, às velhas igrejas da Bahia, pareceu que o céu desceu. Secretas razões, e muito lúcidas, teriam de encontrar, nesta terra de clima ardente, uma compensação para o abandono no degredo, para a luta sem desfalecimento, entre o homem e a selva trágica e onipresente. Dado o intervalo de pouco mais de meio século, o país desconhecido já era o do louvor exagerado de Caminha, mas a terra que Anchieta achou “desconsolada e triste”. Seus dominadores, os da forte espada e os da fragílissima cruz, sonharam um refúgio que lhes falasse da pátria distante que o cristo prometera e pensaram em trazer aos sentidos desenfreados ou tentados pelo mundo dos homens nus, dos bichos e da flora tropicais, toda uma teoria de rostos sagrados que os apaziguasse ou salvasse, e mais aquelas rosas azuis, e mais aqueles frutos vermelhos e de ouro, ou de os grandes pássaros parados, como que um olhar sobre humano os imobilizasse no sortilégio venatório.

Então, às igrejas da Bahia, às velhas igrejas da Bahia, parece que o céu desceu.

Nenhum dos grandes documentos arquitetônicos entre nós, deixou, internamente, de perseguir a volúpia das curvas e de se inspirar na linha barroca, que, por seu movimento e calidez, esteve fadada a se perpetuar. O caráter militante do barroquismo casou-se à conquista empreendida: movimento, seu esplendor, seu sensualismo, era o que melhor correspondia à natureza dos homens do tempo: calidez. E, pelo conteúdo espiritual revelado com vitalidade e tumulto, uma pedagogia segura dos seus resultados nas almas trabalhou o processo barroco. Como singularmente eficaz na educação dos columins e no apelo ao coração ingênuo dos selvagens.

Venceria entre nós, o barroco, porque foi emoção, a “desordem e a anarquia”, o delírio tão malsinado em outras terras, aqui foram naturais, como veículos da melhor expressão ou, quiçá, como reflexo da eterna luta que todas as almas cristãs conhecem, dessa “agonia” perene que é a prova iniludível de que nossa vida terrena aspira a uma eternidade que desconhece, mas acredita e sabe real.

Todas as obras primas do barroco baiano, devemo-las aos séculos XVII e XVIII. Talvez que a mais primorosa dela, pelas suas magníficas proporções e pela sóbria riqueza que apresenta, seja a Catedral Basílica do Salvador, antiga Igreja do Colégio dos Jesuítas, onde a talha de ouro, ardentemente trabalhada, como que se recolhe aos vãos de grandes arcadas frias, molduras do mesmo mármore moreno de que é feito o resto do templo. Sabemos que o edifício monumental sofreu modificações várias em seu risco e disposições primitivas. Do século XVI ao XVIII, há indícios evidentes disso, inclusive, na talha suntuosa. Os principais trabalhos datam, ali do século XII, embora o início e terminação de alguns outros ocorressem no século XVIII, como teria sucedido aos altares de Santa Ursula e Sant’Anna, nos quais o arquiteto Lúcio Costa foi encontrar “o vestígio opulento e vigoroso característico da talha dessa época”. Em detalhes seus, aparecem figuras de meninos gorduchos e feios, suas fisionomias em contraste total com as figuras femininas, cujas cabeças, assentadas sobre os pescoços heráldicos, possuem

suavíssimos rostos, donos de uma clássica beleza. No altar de Santo Inácio de Loyola e no que lhe fronteiro, de São Francisco Xavier, ambos do século XVIII, as colunas salomônicas libertam-se das formas ornamentais costumeiras, a sede dos pelicanos e a vinha transmudadas liricamente em rosas, margaridas e palmas. Suas imagens de santos, menos antigas, já se encontram tocadas do movimento peculiar e essa fase do barroco, e como que uma grande tensão nervosa as arrebatam para o êxtase.

Entretanto, a mais sedutora maravilha que a Bahia apresenta aos basbaques e aos reais enamorados de sua beleza mística e sensual, é a igreja do Convento de São Francisco. Acreditamos que há horas especiais em que deva ser vista: - a tardinha, por exemplo, na penumbra do crepúsculo, ou, pela manhã, nos dias de verão, quando a luz escorre pelos vidros brancos de suas janelas e a transfigura, confundindo aos nossos olhos pasmos o ouro novo de seus retábulos com o velho olho sol. Não a salvasse, em tais ocasiões, o apaziguamento azul dos azulejos! Em cada recanto de São Francisco, avultam estranhos e singulares pormenores. Deixemos a notação dos ornatos que se multiplicam, os entrelaces, os festões dourados, as aves, as telas polícromas. As figuras, porém, como esquecê-las? Se fecharmos os olhos, seus semblantes e corpos como que nos perseguem. São crianças risonhas ou de ar enfadado, cariátides, monstros, gigantes, atlantes sobre cujos ombros as colunas se equilibram. Dir-se-ia que alguns arquejam, o cansaço fugindo de suas bocas semi abertas. Há os descalços, nus, um simples panejamento lhes encobrendo as cinturas, enquanto os demais vestem suntuosas roupagens. Nos púlpitos, a exaltação do artista parece quis impedir que outros louvores dali fossem dados a Deus, além daqueles que emergem dos claros do mundo fitomórficos, em rostos e corpos de crianças, ou em semblantes vagamente maliciosos. O singular, numerosa procissão de criaturas eternamente travessas, eternamente brejeiras...

Mas o surpreendente em São Francisco, como na igreja do Carmo da Bahia, é a obra de talha no jacarandá. A negra e resistente madeira, trabalhada com requintes cruéis, apresenta-nos um acervo de documentos polidos pelo tempo, que são dos mais significativos para o estudo dos símbolos na escultura baiana.

O feísmo, o erotismo, a angústia, todos os complexos que integram o sentimento trágico da vida aparecem nesses elementos em que o artista colonial brasileiro, libertando-se de obscuros recalques, deixou que viesse à tona de nossos olhos esse como emaranhado de algas tentaculares e mortais, cabeças e corpos torturados por uma forma que tão bizarramente os afeiçoou.

Dissemos que céu desceu às igrejas da Bahia. Talvez em parte. Mas a imagem, a visão tenebrosa da grande noite, persistiu sem que conseguissem expulsar de todo. Os anjos, as figuras celestialmente serenas, os santos, as flores, os frutos, o ouro, tudo se foi situar num plano de altura simplesmente ao alcance de nossa vista. Entretanto, perto de nós, tangível, à mercê de nossas mãos e de nossos lábios, quase nos separando da ascese, ou dificultando o acesso à contemplação pura, está a obra de talha na madeira negra, a tortura estratificada, um mundo confusamente sensorial, e em tudo elementar e primitivo. De baixo para cima, as colunas arredondam-se em pomos, achatam-se em bolachas, contorcem-se em espirais e vão morrer na linha florida dos guarda-copos. Seus

desenhos se repetem sempre. As figuras é que variam e se projetam assustadoramente expressivas. São machos de nariz achatado, globo ocular excessivamente protuberante, as bocas meio-escancaradas como se comissuras labiais fosse imaginária baba de gozo. Das asas de suas frondes e de seus olhos, nascem arremedos de folhagens que formam sulcos profundos ou vincos atrozes. Alguns exibem a forte dentadura. E todos esses rostos riem, numa vaga e exótica semelhança de certos orixás gêge-yorubanos.

As mulheres merecem registro à parte. São índias ou negras? São brancas, acaso, ou simplesmente indefinidas? De qualquer sorte mulheres. Abaixo delas, como paridas de seus ventres, surgem às mais belas cabeças de monstros, de fetiches, ou de diabos trágicos. Ela, porém, estão serenas, majestosas, quase indiferentes. Uma, do Carmo, de seio no centro do peito e pescoço bem musculoso, tem olhos rasgados, nariz grosso, levemente arrebitado, e a boca entreaberta, de pasmo quase erótico. Flores em profusão coroam-lhe a fronte avançada e, de sua cabeça, descem tranças em bandos.

As figuras femininas de São Francisco são geralmente menos graves. Sorriem de manso, umas. Outras, mostram um riso maior quase lhes abrindo os dentes certos e fortes. As cabeças ornam-se de diademas. Os cabelos estão cuidados, e ora caem lisos, ora docemente ondedos. Grossos colares de contas enroscam-se-lhes nos pescoços. Os narizes recurvos, não palpitam. Aos olhos são grandes e parados. E todas ostentam, emersos do busto forte, seios enturmecidos pela maternidade que arredonda seus ventres.

Grande obra, essa da talha da Bahia! Frei Luíz Torneio, seu principal mestre, de onde teria provindo, de que alta, média ou baixa camada da sociedade? Seria branco, negro ou mestiço? Provavelmente, um mestiço egresso de humilhações, das quais procuraria se desferrar. Os Frades Menores acolheram-no como leigo. Não sabemos que só ao “status” servil permita-se, no tempo, o trabalho manual, mesmo o de algumas artes? Assim, não será para estranhar que muitos dos ideadores e dos artífices dessa grande obra anônima tivessem sido escravos supostamente da Ordem, ou de fora, os chamados “escravos de ganho”.

O certo é que todos aqueles obscuros e até hoje ignorados artistas souberam, ao ensaiar vitória sobre seu tempo, transmitir aos elementos trabalhados no jacarandá os dramas secretos de sua alma e de seus complexos inconfessáveis. Sofreram por demais, é visto. E o sorriso que ainda parece iluminar de imaginário clarão vermelho alguns rostos por eles imobilizados, não será jamais o de esplendor apolíneo que se fixou nas cabeças totanacas, salvas do espírito sombrio da escultura nahoa. É, antes, e sempre, o sorriso da tortura do homem brasileiro em luta contra o mito, a libertação, afinal conseguida com humildade e trabalho, do pavor noturno do instinto. Às igrejas da Bahia, às igrejas da Bahia, o martírio do homem também desceu. E está presente, à espera de uma compreensão total, que o redimirá.

GODOFREDO FILHO
Salvador, 07 de agosto de 1959.